

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA ECONÔMICA

ANDRÉ MARTINS DE ALMEIDA

O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL ENDÓGENO NA REGIÃO DA AMUSEP

MARINGÁ
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANDRÉ MARTINS DE ALMEIDA

O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL ENDÓGENO NA REGIÃO DA AMUSEP

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Economia da Universidade
Estadual de Maringá, como pré-requisito
para a obtenção do título de Mestre em
Teoria Econômica.

Orientador:

Prof. Dr. Antônio Carlos Lugnani.

MARINGÁ
2007

Dedico este trabalho

Aos meus pais, Alcino e Berenice, ao meu irmão Alber, a minha namorada Aline e a todos os meus colegas da graduação e da pós-graduação em economia, pelo incentivo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

O alcance desta meta a que atribuo como importante passo para minha realização profissional, só me foi possível porque contei com o apoio, colaboração e compreensão de muitos. Casa-me, portanto, prestar neste momento, os meus mais sinceros agradecimentos.

Primeiramente, a Deus, fonte de inspiração e refúgio para os momentos de fraqueza e incerteza;

Em especial à minha mãe, ao meu pai, e namorada;

Ao meu orientador, Prof. Antônio Carlos Lugnani, que soube ampliar o sonho inicial de fazer um trabalho como este, além de todos os outros méritos profissionais;

Ao professor José Manuel Gonçalves Gândara por ter ajudado a colocar os alicerces sobre os quais erigiu-se esse pensamento;

Enfim, agradeço a inúmeros professores, amigos e pessoas ilustres que passaram pela minha vida e nela deixaram um tom alegre e feliz de apoio e de laços de amizade que jamais serão esquecidos, dentre eles, a professora Maria de Fátima Garcia, o Fernando Toledo de Fonseca, o Inimá Índio do Brasil e o Ricardo Muller.

Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém, há os que lutam toda a vida.
Estes são os imprescindíveis.
(Bertolt Brecht)

RESUMO

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório e tem como objetivo principal analisar o turismo como alternativa de desenvolvimento regional endógeno, na região da Amusep, por meio de três estudos de casos: nos municípios de Santo Inácio-PR, Itaguajé e Munhoz de Mello. Discuti-se as teorias de desenvolvimento regional, caracteriza-se a região da Amusep e o turismo como um fator de desenvolvimento e por fim analisa-se o turismo nos três municípios. Identificou-se um potencial para exploração da atividade turística nos municípios por meio de vários tipos de turismo como turismo rural, o agroturismo e o turismo de aventura. No entanto, a ausência de elementos endógenos e de infra-estrutura turística inviabiliza o turismo como atividade de desenvolvimento regional endógeno pelo menos em curto prazo. Entre os fatores inibidores constatou-se a falta de uma sociedade civil organizada, motivações dos atores locais para se explorar o turismo, a falta de conhecimento da atividade, sinalizações turísticas, posto de informações turísticas, hotéis, entre outros equipamentos e serviços turísticos.

Palavras-chave: Teoria de Desenvolvimento Regional. Turismo. Município de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello.

ABSTRACT

The present search is characterized as an exploratory study and it has, as the main purpose, to analyse the tourism as an alternative of endogenous development, in the Amusep region, through three studies of situation: in Santo Inácio, Itaguajé and Munhoz de Mello-PR's cities. It is discussed the regional development's theories, it is characterized the Amusep's region and the tourism as a factor of development, and, finally, it is analyzed the tourism in these three cities. It was identified the potential for the exploitation of the touristic activity in the cities through various types of tourism like rural tourism; the agro-tourism and the adventure's tourism. However, the lack of endogenous regional development, at least at short term. Among inhibiting, the lack of a civil organized society, local actors motivation to explore the tourism, the lack of activity's knowledge, touristic signs, touristic information post, hotels, among other equipments and touristic services.

Key words: Regional Development Theory. Tourism. Santo Inácio, Itaguajé and Munhoz de Mello cities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos municípios de acordo com o IDR (1996–2004)	50
Tabela 2	Evolução do IDR no período (1996-2004) na região da AMUSEP	52
Tabela 3	Municípios dinâmicos da AMUSEP por ordem decrescente no período (1996-2004)	53
Tabela 4	Evolução da participação relativa dos valores adicionados para os municípios dinâmicos.	55
Tabela 5	Dados do turismo no mundo	62
Tabela 6	<i>Ranking</i> dos principais ramos de exportação do Brasil –2000	63
Tabela 7	Municípios que serão avaliados e hierarquizados conforme as potencialidades turísticas	88
Tabela 8	Hierarquia dos municípios conforme Índice de Atratividade (IA)	89
Tabela 9	Quantidade de estabelecimento sujeito ao recolhimento de ICMS no município de Santo Inácio-PR	92
Tabela 10	Quantidade de Estabelecimento sujeito ao recolhimento de ICMS no município de Itaguajé-PR	109
Tabela 11	Quantidade de estabelecimento sujeito ao recolhimento de ICMS no município de Munhoz de Mello-PR	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Parâmetros de análise sobre o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento regional endógeno	28
Quadro 2	As principais características do modelo da teoria da polarização	36
Quadro 3	As principais características da teoria de desenvolvimento regional endógeno	45
Quadro 4	Diferença entre o turismo de massa e o turismo alternativo	66
Quadro 5	Impactos econômicos da atividade turística	81
Quadro 6	Impactos sócio-culturais da atividade turística	83
Quadro 7	Potencialidades turísticas lembradas pelos atores locais em Santo Inácio-PR	96
Quadro 8	Equipamentos/ serviços turísticos possíveis de atender os turistas em Santo Inácio-PR	99
Quadro 9	Tipos de Turismo a ser Explorado no Município de Santo Inácio-PR	100
Quadro 10	Potencialidades turísticas lembradas pelos atores locais em Itaguajé-PR	114
Quadro 11	Equipamentos/ serviços turísticos possíveis de atender os turistas em Itaguajé-PR	118
Quadro 12	Tipos de turismo a ser explorado no município de Itaguajé - PR	119
Quadro 13	Potencialidades turísticas lembradas pelos atores locais em Munhoz de Mello-PR	131
Quadro 14	Equipamentos/ serviços turísticos possíveis de atender os turistas em Munhoz de Mello-PR	133
Quadro 15	Tipos de turismo a ser explorado no município de Munhoz de Mello-PR	134
Quadro 16	Parâmetros de análise sobre o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento endógeno nos municípios de Santo Inácio x Itaguajé x Munhoz de Mello	143

LISTA DE SIGLAS

AMUSEP	Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IA	Índice de Atratividade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ICMS	Imposto Sobre Circulação Mercadoria e Serviço
IDR	Índice de Desenvolvimento Regional
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Municipal
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA	18
2.1	Caracterização da pesquisa.....	18
2.2	Procedimento metodológico do Índice de Desenvolvimento Regional.....	19
2.3	Metodologia do Índice de Atratividade (IA).....	23
2.4	Delimitação da pesquisa.....	27
2.5	Parâmetros de análise sobre o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento endógeno.....	27
3	AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	29
3.1	Enfoque clássico de desenvolvimento regional.....	29
3.2	As teorias de desenvolvimento regional endógeno.....	36
4	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE	46
4.1	A Região da AMUSEP.....	46
4.2	Alguns condicionantes das transformações recentes na economia paranaense	47
4.3	Caracterização dos municípios conforme o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) na região da AMUSEP.....	50
4.4	Análise da evolução do IDR (1996–2004).....	51
4.5	Análise dos municípios dinâmicos.....	53
4.6	O desenvolvimento regional na AMUSEP.....	55
5	O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO	57
5.1	Turismo: evolução histórica.....	57
5.2	Importância econômica do turismo.....	59
5.3	Turismo no mundo.....	61
5.4	Turismo no Brasil.....	63
5.5	Tipos de turismo.....	64
5.6	Turismo e meio ambiente.....	70
5.6.1	Impactos econômicos.....	72
5.6.2	Impactos sócio-culturais.....	81
5.6.3	Impactos ambientais naturais.....	84
5.7	Turismo e desenvolvimento endógeno.....	85
6	TURISMO NA REGIÃO DA AMUSEP	87

6.1	Avaliação e hierarquização dos municípios conforme as potencialidades turísticas.....	87
6.2	Resultados.....	88
6.3	MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO-PR.....	90
6.4	MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ-PR.....	107
6.5	MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELLO-PR.....	126
6.6	Análise do turismo entre os municípios de Santo Inácio X Itaguajé X Munhoz de Mello enquanto alternativa de desenvolvimento endógeno	142
7	CONCLUSÃO.....	148
8	RECOMENDAÇÕES.....	153
	REFERÊNCIAS.....	154
	APÊNDICE.....	158

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a análise do turismo como alternativa econômica para promover o desenvolvimento regional endógeno na região da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, a Amusep. Partindo da discussão das teorias de desenvolvimento regional, observa-se que no período do pós-guerra até meados da década de 1970 as políticas atuantes tinham o enfoque fundamentado nas teorias de pólos de crescimento. Entre os autores que compartilhavam essa idéia destacavam-se Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschmann (1961).

De modo geral, essa vertente de desenvolvimento centrava-se na disponibilidade quantitativa de fatores de produção como mão-de-obra, capital e tecnologia, nos efeitos de aglomeração ou de fatores de localização. Quando se pensava em setores para desenvolver a “idéia-força” era a industrialização, notadamente, aquelas associadas à implantação de grandes projetos estruturantes. Às margens restavam questões como a qualidade de mão-de-obra, a capacidade dos empresários, as condições institucionais, políticas, sociais, ambientais, as pequenas e médias empresas e as unidades artesanais de produção.

Essas teorias não fizeram com que o desenvolvimento regional ocorresse de forma homogênea, pelo contrário, favoreceram poucas localidades o que fez tornar algumas delas em pólos de desenvolvimento regionais. Concomitantemente a esse processo de polarização, por meio da industrialização, pequenas localidades sem fatores de produção, economias de aglomeração e vantagens locacionais para instalarem setores industriais, ditas, como aptas de engendrar o desenvolvimento regional, foi intensificando cada vez mais as oportunidades territoriais, os desequilíbrios espaciais, o abandono de recursos locais, gerando uma ausência de perspectiva econômica a curto e médio prazo.

Na região da Amusep constata-se que esse processo não ocorreu de forma distinta, ou seja, somente o município de Maringá se beneficiou das políticas¹ vigentes até a década de 70, o que fez tornar um dos poucos municípios do estado do Paraná em pólo de desenvolvimento regional, com uma economia relativamente diversificada e industrializada em detrimento dos municípios circunvizinhos.

Tal fato ganha contornos mais expressivos quando se calcula e se analisa o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)² da região da Amusep. Enquanto o município de Maringá considerado pólo de desenvolvimento regional tem relativamente aumentado e diversificado sua participação no índice parcial do valor agregado secundário e terciário, a maioria dos municípios ficam cada vez mais sem opções de desenvolvimento. Entretanto, com o cálculo do índice, verifica-se que a teoria de pólos na região da Amusep não está surtindo efeitos de espraiamento para a maioria dos municípios, ou seja, o desenvolvimento não está ocorrendo de forma a atenuar as desigualdades regionais.

No final dos anos de 1970, começa a emergir na academia a incorporação de novas abordagens de desenvolvimento com o conceito de desenvolvimento regional endógeno, que para muitos autores apresenta maiores subsídios para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para a sua correção. Esse enfoque de desenvolvimento busca a mobilização de recursos disponíveis e não utilizados, a capacidade organizativa e de iniciativa dos agentes econômicos, atores do desenvolvimento para a criação local da geração de riqueza e emprego, tanto das atividades tradicionais, bem como das atividades novas. Para Barquero (1988):

¹ Teoria da Polarização.

² Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) cuja metodologia é proposta por Gualda (1995), permite caracterizar e ordenar os municípios conforme o grau de dinamicidade. Calcula-se esse índice no Capítulo 4. Ver sobre a metodologia no Capítulo 2.

Nos últimos anos quando se tem ganhado maior audiência, à visão territorial do desenvolvimento e a começado a criar-se um novo paradigma em que o território passa de ser o suporte das relações sociais e funcionais e se converte em um agente de transformação social, o desenvolvimento local endógeno aparece como uma estratégia possível (BARQUERO *apud* ANDRADE, 1996, p. 09).

Na busca de atividades alternativas para desenvolver os municípios da Amusep, sob o enfoque da teoria de desenvolvimento regional endógeno, cujo cálculo do IDR mostrou ser municípios sem dinâmica, analisa-se o turismo como uma possibilidade de impulsionar o desenvolvimento local.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo “[...] compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras” (OMT *apud* SANCHO, 2001, p.21).

A escolha da análise do turismo na Amusep, como alternativa de desenvolvimento endógeno, deve-se a alguns fatores como a presença de potencialidades turísticas levantadas no inventário turístico do Pró-Amusep (2005)³, a falta de perspectiva econômica na maioria dos municípios da região identificada por meio do IDR, a carência de estudos sobre o turismo, além de ser uma atividade que vai ao encontro da teoria de desenvolvimento regional endógeno. Para Amaral Filho (1996):

Sem dúvida alguma o segmento turismo é a opção que mais se aproxima do paradigma do desenvolvimento endógeno sustentado na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local regional (i) forças sócio-econômicas, institucionais e culturais locais, (ii) grande número de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e sub-setores, (iii) flexibilização, (iv) alto grau de multiplicação da renda local, (v) indústria limpa, (vi) globalização da economia local, através do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiros, sem que essa globalização crie um efeito “trade-off” em relação ao crescimento da economia local (AMARAL FILHO, 1996, p.57).

³ A escolha desse inventário deve-se por ser o único existente na região em análise.

Considera-se o turismo como um dos maiores fenômenos econômicos da atualidade, sendo um dos poucos segmentos, segundo a EMBRATUR (2003), capaz de engendrar 52 setores por meio de seu efeito multiplicador, gerar emprego e renda, de proporcionar benefícios no meio ambiente natural e sócio-cultural, além de poder ser implementado diversos tipos de turismo, de acordo com as especificidades encontradas em cada localidade.

A presente pesquisa está alicerçada na hipótese de que o turismo é uma atividade alternativa de desenvolvimento regional endógeno na região da Amusep.

O objetivo geral é analisar o turismo como uma possível alternativa de desenvolvimento regional endógeno na Amusep.

A busca do objetivo geral requer que sejam trabalhados os seguintes objetivos específicos:

- a) Calcular e analisar o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) dos municípios da Amusep;
- b) Hierarquizar e analisar os municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) da Amusep, conforme o Índice de Atratividade Turística (IA)⁴;
- c) Identificar e analisar as potencialidades e os equipamentos e serviços turísticos existentes no município de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello;
- d) Propor os tipos de turismo possíveis de serem explorados de acordo com as potencialidades turísticas no município de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello;

⁴ Calcula-se o Índice de Atratividade (IA) no Capítulo 6. Esse índice segue as recomendações da Organização Mundial do Turismo (OMT) o qual permite ordenar, hierarquizar e definir a demanda turística dos municípios de acordo com o somatório de potencialidades turísticas. Os municípios que foram melhores hierarquizados e que se tornaram objeto dessa pesquisa são Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello. Sobre a metodologia ver no Capítulo 2.

e) Investigar as percepções da iniciativa pública, da iniciativa privada, da comunidade e da sociedade civil organizada em relação ao turismo no município de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello.

Além dessa introdução e da conclusão, a pesquisa apresenta-se estruturada em cinco capítulos. No segundo capítulo, delinea-se a metodologia. No terceiro capítulo, são explanadas as teorias de desenvolvimento regional. Inicia-se pela teoria de pólos de crescimento embasado nos autores: Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschmann (1961), e a seguir discute-se os conceitos de desenvolvimento regional endógeno, por meio das propostas de Sthor e Taylor (1981), Boisier (1986) e Amaral Filho (1996). Ainda são descritos os parâmetros que permitiram conceber uma estratégia de desenvolvimento regional, diferente do enfoque industrial, proposto pelo paradigma de “cima para baixo”. No quarto capítulo, aborda-se a região da Amusep e calcula-se o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), proposto por Gualda (1995), a fim de demonstrar a dinamicidade dos municípios da Amusep e o efeito de Maringá como um pólo de desenvolvimento regional nos municípios circunvizinhos. No quinto capítulo, discute-se a importância do turismo como fator de desenvolvimento. Faz-se uma caracterização do segmento do turismo por meio do histórico, da importância econômica e dos seus impactos no meio ambiente. No sexto capítulo explora-se o turismo na região da Amusep, mediante o estudo de casos nos municípios de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização da pesquisa

Diante da complexidade do fenômeno turístico e para alcançar os objetivos propostos optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios, mediante estudo de caso.

De acordo com Silva e Menezes (2001), uma pesquisa de abordagem qualitativa é aquela na qual há uma relação dinâmica em meio ao mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser explicado em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas, não carecendo de métodos e nem de recursos estatísticos para tal finalidade. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador tende a analisar seus dados indutivamente, sendo que o processo e sua aceção devem ser os objetivos principais da abordagem.

Segundo Gil (1991), uma pesquisa com objetivos exploratórios, visa proporcionar uma maior intimidade com o problema, com o objetivo de torná-la explícita ou de levantar hipóteses. Nesse caso, envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, além de analisar exemplos que instigam a compreensão. De maneira geral, uma pesquisa de cunho exploratório ostenta formas de pesquisas bibliográficas e estudo de caso.

Um estudo de caso, para Ludke e André (1986), deve ser empregado quando o pesquisador quer estudar alguma coisa singular, que apresenta um valor em si mesmo. O estudo de caso deve ser simples e específico, sempre bem delimitado, necessitando ter seus contornos visivelmente definidos no desenvolver do estudo, podendo até ser análogo a outro

caso, contudo, com objetivos peculiares. O plano da pesquisa, para se alcançar os objetivos propostos no presente estudo, constitui-se de observações, entrevistas e revisões bibliográficas.

A entrevista⁵ desempenhada teve como público-alvo o setor público, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e a comunidade. Para cada um desses ficou deliberado um grupo de pesquisa:

- a) Setor público, através do prefeito, da secretaria de turismo, da secretaria da educação, da secretaria de esportes, da secretaria do meio ambiente e dos vereadores;
- b) Iniciativa privada, por meio de donos de postos de combustíveis, pousadas, lojas, bares entre outros;
- c) Sociedade civil organizada, através de conselhos regionais de desenvolvimento, associações comerciais e industriais e fóruns de desenvolvimento;
- d) Comunidade, através da população, líderes comunitários e dos turistas existentes.

2.2 Procedimentos Metodológicos do Índice de Desenvolvimento Regional

Para a caracterização dos municípios dinâmicos, da região da Amusep, utiliza-se o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) construído por Gualda (1995), cujo objetivo visa apontar o grau de dinamicidade dos municípios em relação ao desempenho médio de uma determinada região. O índice procura averiguar se um município é dinâmico ou não, dentro do processo de desenvolvimento regional.

Para obter a configuração dos municípios dinâmicos emprega-se o seguinte procedimento metodológico:

⁵ A entrevista foi realizada durante o mês de junho de 2006. Sobre o questionário aplicado ver no Apêndice C. Cabe ressaltar que as pessoas pediram para não ser identificadas. Em cada grupo entrevistado, setor público e privado, sociedade civil organizada e comunidade, realizou-se entrevistas com 10 agentes.

I) Ordenação dos dados

Os dados necessários para a construção do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) são população urbana, população rural, emprego, alunos matriculados no ensino fundamental, valor adicionado do setor primário, valor adicionado do setor secundário, valor adicionado do setor terciário, ICMS, consumo de energia elétrica e produção total.

Como o objetivo é demonstrar a dinamicidade recente dos municípios integrantes da região da Amusep, os dados foram coletados em dois momentos distintos no tempo, no ano de 1996 e no ano de 2004.

Municípios	População	Consumo de Energia	(...) Variável n
Ângulo			
Atalaia			
Astorga			
(...)			
Município n			

II) Construção do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

Para o cálculo do IDR realiza-se a seguinte etapa:

a) A avaliação da participação relativa de cada município:

Por meio deste indicador pode-se analisar qual a contribuição de cada município ao valor da Amusep da variável:

$$\text{Part \% } i = \frac{X_i}{\sum X_i} \times 100$$

Onde:

X_i - Valor municipal.

$\sum X_i$ - Valor regional.

b) Construção dos índices parciais:

Os índices parciais de cada variável para cada município são obtidos a partir da seguinte expressão⁶:

$$IPCEEi = \frac{CEEi - CEE_{min}}{CEE_{max} - CEE_{min}}$$

Onde:

- IPCEEi = Índice parcial do consumo de energia elétrica do município i;
- CEEi = Consumo de energia elétrica do município i;
- CEE min = Quantidade de energia elétrica do município com menor consumo;
- CEE max = Quantidade de energia elétrica do município com maior consumo.

III) Construção dos indicadores social e econômico

Para o cálculo dos índices parciais estes são agrupados em dois grupos, com objetivo de obter um indicador social e um econômico.

INDICADOR SOCIAL	INDICADOR ECONÔMICO
1. População urbana (peso 0.3)	1. Vlr. Adic. Setor Primário (peso 0.1)
2. População rural (peso 0.1)	2. Vlr. Adic. Setor Secundário (peso 0.4)
3. Alunos matriculados no ensino fundamental (peso 0.3)	3. Vlr. Adic. Setor Terciário (peso 0.1)
4. Nível de Emprego (0.3)	4. Valor da Produção (peso 0.2)
	5. ICMS Arrecadado (peso 0.1)
	6. Consumo de Energia (peso 0.1)

- Indicador Social

O indicador social é calculado através da média ponderada dos mesmos:

$$ISi = (IPPUi * 0.3 + IPPRi * 0.1 + IPPA * 0.3 + IPEi * 0.3)$$

Onde:

ISi = Indicador social do município i;

⁶ A expressão exemplifica o cálculo do índice de consumo de energia elétrica, mas a lógica se aplica para as demais variáveis.

IPPU_i = Índice parcial da participação da população urbana do município i;

IPPR_i = Índice parcial da participação da população rural do município i;

IPPA_i = Índice parcial da participação dos alunos do ensino fundamental;

IPE_i = Índice parcial do nível de empregos.

- Indicador Econômico

O indicador econômico é calculado da mesma forma:

$$IE_i = (IPCEE_i * 0.1 + IPP_i * 0.2 + IPICMS_i * 0.1 + IPPVASP_i * 0.1 + IPPVASS_i * 0.4 + IPPVAST_i * 0.1)$$

Onde:

IE_i = Indicador econômico do município i;

IPCEE_i = Índice parcial do consumo de energia elétrica do município i;

IPP_i = Índice parcial da produção do município i;

IPICMS_i = Índice parcial da participação da arrecadação do ICMS do município i;

IPPVASPi = Índice parcial da participação do valor adicionado do setor primário do município i;

IPPVASS_i = Índice parcial da participação do valor adicionado do setor secundário do município i;

IPPVAST = Índice parcial da participação do valor adicionado do setor terciário do município i.

IV) Construção do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) é obtido a partir da média aritmética ponderada dos mesmos, atribuindo peso 0.4 para o indicador social e peso 0.6 para o indicador econômico.

$$IDR_i = (IS_i * 0.4) + (IE_i * 0.6)$$

V) Configuração dos municípios dinâmicos

- Municípios dinâmicos – índice de polarização de 1,0 a 0,1;
- Municípios moderados – 0,099 a 0,050;
- Municípios não dinâmicos abaixo de 0,050.

2.3 Metodologia do Índice de Atratividade (IA)⁷

Para avaliação e hierarquização dos municípios com potencialidades turísticas na Amusep a equipe foi composta por cinco membros⁸. Em sua composição incluíram-se um coordenador técnico com formação na área de turismo, dois representantes da comunidade envolvida com a atividade turística local e dois membros da equipe que participaram do inventário turístico do Pró-Amusep (2005)⁹.

A metodologia que se aplica para fazer a avaliação e a hierarquização dos municípios foram adaptadas das diretrizes da Organização Mundial do Turismo (OMT). Os fatores de avaliação foram:

- Acesso (Peso 02)

Considera-se no somatório o acesso mais utilizado pelo visitante para chegar ao atrativo, independente da sua localização (urbana ou rural) pontuando da seguinte maneira:

⁷ Metodologia extraída do manual: Orientação para Gestão Municipal de Turismo.

⁸ Ver Apêndice B.

⁹ A avaliação do Índice de Atratividade (IA) para cada item realizou-se pelo conhecimento de cada membro sobre os municípios avaliados e por meio do inventário turístico do Pró-Amusep (2005).

RODOVIÁRIO			AÉREO, MARÍTIMO/FLUVIAL, FERROVIÁRIO.	
3 pontos	2 pontos	1 ponto	3 pontos	0 ponto
Bom	Regular	Precário	Existência	Inexistência

- Equipamentos e serviços turísticos (Peso 04)

Avaliam-se todos os equipamentos e serviços turísticos instalados nos municípios que contribuem para a valoração e facilitem o uso e a permanência dos visitantes no local.

Esse valor varia de 0 a 3 pontos.

- Valor intrínseco do somatório das potencialidades existentes nas cidades (Peso 10)

É o valor do somatório das potencialidades do município. Obtém-se pela avaliação das características relevantes de cada potencialidade que no somatório se diferencia dos demais.

Esse valor varia de 1 a 4 pontos.

- Sensibilidade política coletiva para o turismo (Peso 04)

Analisam-se as ações de conscientização efetuadas a partir da municipalização do turismo, da existência de organizações da sociedade e do interesse do poder público pela atividade, mediante, a participação em eventos, atividades e projetos, confecção de indicativos legais, entre outros.

Esse valor varia de 0 a 3 pontos.

Critério para a hierarquização dos atrativos

O critério para ordenar os municípios em suas respectivas hierarquias realiza-se por meio do enquadramento do valor do seu índice de atratividade (IA), de acordo com os intervalos abaixo:

Hierarquia IV: 3,26/ 3,95

Município que apresenta um atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado turístico internacional, capaz, por si só, de motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais, tanto internacionais como nacionais.

Hierarquia III: 2,51/ 3,25

Município com somatório de potencialidades turísticas muito importantes em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais ou internacionais;

Hierarquia II: 1,76/2,50

Município com somatório de potencialidades turísticas, com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atual ou potencial, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas;

Hierarquia I: 1,00/1,75

Município com potencialidades turísticas, capaz de estimular correntes locais e regionais.

Matriz de avaliação dos municípios com potencialidades turísticas

Município:.....UF.....

Fatores	A	B	C	D	E	VALOR MÉDIO	PESO	PONTO DO FATOR
Acesso							2	
Equipamentos e serviços							4	
Valor intrínseco do somatório							10	
Sensibilidade política							4	
ÍNDICE DO ATRATIVO IA								

- Valor médio: resultado do somatório das pontuações que o fator recebeu dividido pelo número de avaliadores;
- Ponto do fator: resultado do valor médio do item multiplicado pelo seu peso;
- Valor intrínseco do somatório: valor obtido pela avaliação do somatório das potencialidades turísticas do município;
- Índice de atratividade (IA): somatório dos pontos dos fatores dividido pelo somatório dos pesos.

$$IA = \frac{\text{Soma dos pontos dos itens}}{\text{-----}}$$

2.4 Delimitação da pesquisa

Pelo fato da região da Amusep ter 30 municípios¹⁰, isso se torna um limite para a presente pesquisa. Dessa forma, buscou-se delimitar e analisar apenas três municípios, enquanto alternativa de desenvolvimento regional endógeno, por meio da atividade turística. A escolha dos municípios em análise deve-se a dois índices. O primeiro refere-se ao Índice de Desenvolvimento Regional (IDR). Com esse índice busca-se filtrar os municípios com menores perspectivas econômicas, considerados por um $IDR < 0,050$. O segundo refere-se ao Índice de Atratividade (IA). Entre os municípios com $IDR < 0,050$ calcula-se o IA. Assim, os três municípios com maior IA foram os objetos de análise.

2.5 Parâmetros de análise sobre o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento endógeno

Metodologicamente, para demonstrar como o turismo pode ou não ser uma alternativa de desenvolvimento regional endógeno, no município a ser analisado, construiu-se um quadro com alguns parâmetros que se constitui em duas partes. Na primeira parte, avalia-se em relação à sua capacidade de desenvolvimento regional endógeno, de acordo com as propostas de Sthor e Taylor (1981), Boisier (1989) e Amaral Filho (1996). Na segunda parte, por meio da própria atividade turística.

Tanto a parte A quanto a parte B são avaliadas por meio da entrevista realizada no município e pela percepção do pesquisador frente ao setor público, ao setor privado, à sociedade civil organizada e à comunidade em geral.

¹⁰ Sobre a região da Amusep ver Capítulo 4.

PARÂMETROS	SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	COMUNIDADE
1) Capacidade de organização social.				
2) Existe um reconhecimento dos fatores de produção e dos recursos naturais e culturais locais para explorar a atividade turística.				
3) Os atores locais apresentam motivações para explorar a atividade turística.				
4) Os atores locais tomam frente na formulação e execução de políticas visando o desenvolvimento.				
5) Buscam um desenvolvimento em longo prazo que supera a visão economicista.				
6) Privilegiam as pequenas e médias empresas ao invés de grandes projetos estruturantes.				
7) Privilegiam indústrias limpas que não exaurem /poluem o meio ambiente.				
8) Turismo é um setor prioritário.				
9) Existência de Infra-estrutura Turística.				
10) Conhecimento de linhas de crédito para o turismo.				
11) Conhece alguns programas/ projeto de fomento ao turismo.				
12) Conhecimento do Inventário Turístico.				
13) Conhecimento dos tipos de turismo.				
14) Conhecimento dos Impactos do Turismo.				
15) Conhecimento de todas as potencialidades turísticas levantadas no Inventário do Pró-Amusep (2005).				
16) Envolve com algum projeto relacionado com o turismo.				
17) Desenvolve algum tipo de turismo.				
18) Existem secretarias ou departamentos de turismo.				
19) Existência de fórum com a comunidade para discutir os problemas e potencialidades turísticas locais.				
20) Existem profissionais na área de turismo.				
21) Existe conscientização do turismo na escola e resgate histórico-cultural local.				
22) Existe empresário do setor turístico, ligado aos atrativos e aos equipamentos/serviços turísticos.				
23) O turismo é uma possível alternativa de desenvolvimento.				

Quadro 1 - Parâmetros de análise sobre o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento regional endógeno

3 AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nesse capítulo busca-se regatar os conceitos teóricos de desenvolvimento regional. Inicialmente pela teoria da polarização por meio das idéias de Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschmann (1961) e a seguir pela teoria de desenvolvimento endógeno, como Sthor e Taylor (1981), Boisier (1989) e Amaral Filho (1996).

3.1 Enfoque clássico de desenvolvimento regional

Entre os autores que fazem parte da teoria clássica de desenvolvimento regional destaca-se Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschmann (1961) os quais compartilham a idéia da polarização.

Perroux (1955) ao observar a forma como o sistema capitalista cresce e se reproduz regionalmente, extrapola os modelos tradicionais de crescimento econômico, fundamentado no equilíbrio estático e circuito estacionário, já que esses modelos não são observáveis na economia.

No entender do autor, na realidade, as economias crescem de maneira desequilibrada com variações de estrutura, que na essência, versa no aparecimento ou desaparecimento e crescimento de indústrias, podendo haver modificação no fluxo do produto industrial global, ao longo de períodos sucessivos. Ademais, as mudanças estruturais se solidificariam por meio da difusão imperfeita e desigual do crescimento entre setores e regiões.

Para Perroux (1955), o setor industrial é o grande responsável para o crescimento econômico, o que faz destacar a importância da indústria motriz, como suscetível

de promover a propagação setorial e espacial, cujo crescimento desenvolve-se como as grandes indústrias modernas¹¹, com as seguintes características:

- a) Cresce com taxa superior ao produto nacional;
- b) Possui inúmeras ligações de insumo-produto, por meio das compras e vendas de insumos que efetua em seu meio, sendo do mesmo modo uma indústria chave;
- c) Apresenta-se como uma atividade inovadora, comumente de grande dimensão e de estrutura oligopólica.

Conforme Perroux (1955), essas indústrias têm uma grande ação na economia ao promover o crescimento de outras indústrias, movidas mediante os efeitos de encadeamento para frente e para trás. Tal fato se sucede, uma vez que as indústrias apresentam inter-relações, e não simplesmente em função de preços como expõe a teoria neoclássica, mas do volume de produção e de compra de serviços. Portanto, à medida que a empresa motriz auferir lucros cada vez maiores, a ação faz com que as empresas individuais, ao mesmo tempo, sofram conseqüências do seu volume de produção, de compra de serviços e da técnica praticada pelas outras empresas. Dessa forma, isso faz surgir um efeito multiplicador e as economias externas ascendidas pelas indústrias chaves, acabam por promover a expansão econômica no restante da região.

As indústrias chaves apresentam ligações de insumo-produto, compra e venda de insumos sobre a média da economia, capazes de suscitar efeitos multiplicadores, polarizadores na região a qual está instalada, aumentando o emprego, investimento e disseminação da remuneração dos fatores.

Perroux (1955) esclarece que o conceito de indústria chave é um instrumento de análise que, em cada caso concreto, demanda uma identificação e uma relação da indústria motriz com o conjunto movido. Tal fato se sucede, já que na verdade, o que existe em uma

¹¹ As características da grande indústria moderna segundo Perroux (1955) são: separação dos fatores de produção, concentração de capitais sob o mesmo poder, decomposição técnica de tarefas e mecanização.

economia articulada, são indústrias que se configuram como pontos privilegiados de aplicação das forças de crescimento que dão origem ao chamado complexo industrial.

Com a expressão “complexo industrial”, Perroux (1955) refere-se não exclusivamente à presença de várias indústrias postas em comunicação entre si por conexões paretianas ou não paretianas, mas, na admissão de três elementos: a indústria chave, regime não concorrencial do complexo e a concentração territorial.

Nesse contexto, Perroux (1955) explana que o regime do complexo de indústrias é, com frequência, por si mesmo “instabilizador”, por ser uma combinação de forças oligopolísticas, as quais podem ir do monopólio parcial à luta oligopolística. Logo, é o conflito ou a cooperação entre os planos das grandes unidades e os grupos de pequenas unidades coordenados e arbitrados pelo Estado que, pela influência nos preços, volume de produção e compra de serviços que leva ao crescimento dos conjuntos movidos.

A concentração territorial, segundo Perroux (1955), acrescenta conseqüências específicas à natureza da atividade e ao regime não competitivo do complexo. Para o autor, um pólo industrial, complexo geograficamente concentrado e em crescimento, tem efeitos de intensificação das atividades econômicas devido à proximidade e aos contatos humanos, o que faz criar consumidores diversificados e progressivos, necessidades coletivas tais como alojamentos, transportes, serviços públicos, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento para o restante da economia.

Myrdal (1957) não via com otimismo o artifício de crescimento polarizado de Perroux (1955) e descreve a “teoria da causação circular acumulativa”. O conceito da causação circular e acumulativa, segundo Myrdal (1957), envolve uma contestação de forças que tendem a agir e reagir de maneira interdependente podendo manter um processo acumulativo em ascensão ou em descensão, o qual pode promover as desigualdades regionais.

O autor afirma que na dinâmica do crescimento, o equilíbrio, como advoga a escola neoclássica, só ocorre por acaso ou se houvesse intervenção de políticas com a presença do Estado. O que acontece na realidade é que o sistema movimenta-se expandindo ou contraindo a atividade econômica de modo acumulativo.

Myrdal (1957) ilustra um caso de causação circular acumulativa ascendente por meio da instalação de uma grande indústria. No entender do autor, o fato de uma indústria se instalar em uma determinada comunidade, pode impulsionar o desenvolvimento regional mediante a geração de emprego e renda, já que incentiva a florescer diversos negócios locais, à medida que aumenta a demanda por bens e serviços públicos e mão-de-obra de outros lugares. Ademais, além do trabalho, capital e empresas se sentirem atraídos pelas oportunidades o aumento nos lucros elevarão a poupança, os investimentos e os lucros, de modo que as economias externas criadas são favoráveis à sua continuação em um processo acumulativo ascendente.

Pelo fato de uma região atrair capitais e mão-de-obra de regiões estagnadas e decadentes por meio da instalação de uma grande indústria, Myrdal (1957) afirma que isto pode ampliar as desigualdades regionais, ou seja, na realidade a expansão de uma localidade pode ter efeitos reprimidos em outras localidades mais atrasadas, como resultante do processo de causação circular acumulativa.

Esses são os “efeitos regressivos”, o produto do maior dinamismo de crescimento dos centros maiores estimulados por um processo migratório seletivo da população mais jovem e qualificada, permanecendo pessoas mais velhas, inativas e crianças. Os efeitos regressivos são provenientes da emigração do capital, já que as regiões mais prósperas oferecem melhores oportunidades de investimentos e por alguns elementos desfavoráveis presentes nas regiões menos desenvolvidas como déficit em infra-estrutura e serviços públicos básicos.

Em oposição aos “efeitos regressivos”, o autor salienta a possibilidade de haver os “efeitos propulsores” (*spread effects*) centrífugos, derivados do crescimento do pólo urbano-industrial que se propagam dos centros de expansão econômica para outras regiões, provocando efeitos de encadeamento no conjunto das regiões do país.

Para Myrdal (1957), esse efeito verifica-se em localidades circunvizinhas de uma cidade desenvolvida. A prosperidade faz com que as demais cidades ao redor se favoreçam por meio de um espraiamento, ou seja, as regiões periféricas se beneficiam ao aumentar suas exportações de alimentos, matérias-primas, insumos industriais e manufaturas de consumo final para pólos de crescimento, em virtude do maior dinamismo da cidade próspera. Myrdal (1957) ainda salienta que dependendo da magnitude da expansão dos efeitos propulsores pode ocorrer de originar novos centros de expansão auto-suficientes. No entanto, os efeitos benéficos através dos “efeitos propulsores” comumente são abolidos pelos “efeitos regressivos”, ou seja, os movimentos de força de trabalho, capital, bens e serviços operaram no sentido do desequilíbrio beneficiando as regiões mais ricas em detrimento das mais pobres.

Pode-se dizer que o modelo de Myrdal (1957) converge com o modelo de Perroux (1955), visto que o autor também identifica dois tipos de efeitos de concentração territorial das atividades econômicas, por meio dos “efeitos regressivos” e do “efeito propulsor”.

Hirschmann (1961) analisa a transmissão inter-regional e internacional de desenvolvimento econômico, na tentativa de esclarecer como o desenvolvimento pode se comunicar de uma região ou de um país para o outro, admite como fato consumado bem como fez Perroux “[...] que o progresso econômico não se manifesta em toda parte ao mesmo tempo e que, uma vez que aquele surja, forças poderosas promoverão a concentração espacial do desenvolvimento, em volta dos pontos originários iniciais” (HIRSCHMANN, 1961, p. 275).

Segundo o autor, não resta dúvida de que uma economia para atingir níveis de renda mais elevada precisa internamente promover determinados centros regionais de força econômica. A necessidade desses pontos de desenvolvimento ou pólos de desenvolvimento demonstra que a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é uma condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento econômico.

Hirschmann (1961) destaca que embora os pólos possam fazer com que ocorram pressões, tensões e compulsões no sentido do desenvolvimento em pontos imediatos, se perdurarem por muito tempo, isso pode fazer com que impere um atraso econômico em outras áreas, resultando em uma divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dessa forma, haveria a necessidade das políticas governamentais serem utilizadas para desenvolver convergências.

Por outro lado, o autor admite que não importe quão forte e exagerada seja “[...] a preferência especial dos operadores econômicos; uma vez que o desenvolvimento se firme em uma parte do território nacional, indubitavelmente põe ele em movimento certas forças, que atuam sobre as áreas remanescentes” (HIRSCHMANN, 1961, p. 281).

Ao analisar essas interações o autor demonstra dois tipos de efeitos que poderão ocorrer nas áreas remanescentes: os efeitos fluentes e os efeitos de polarização. Os efeitos fluentes são os efeitos favoráveis para as regiões mais atrasadas, que de alguma forma poderão se beneficiar da expansão dos pólos caso a mesma fosse dependente de seu produto, isto é, caso a região atrasada desempenhasse o papel de fornecedora de insumos para os pólos. No entanto, Hirschmann (1961) salienta que poderão surgir obstáculos aos efeitos fluentes, e como consequência a região atrasada pode ficar pior que antes, já que os pólos poderão fazer um processo de substituição de importação, em relação à região atrasada.

Os efeitos de polarização, ao contrário dos efeitos fluentes, são desfavoráveis para as regiões mais atrasadas, uma vez que, com a evolução dos pólos pode ocorrer uma

migração de trabalhadores, o que faz privar a região atrasada de seus principais técnicos, dirigentes, bem como dos jovens mais empreendedores.

Dessa forma, Hirschmann (1961) defende a presença do ESTADO por meio de formulações de políticas econômicas específicas, uma vez que, se as forças de mercado tiverem maior influência nos efeitos de polarização, isso pode acentuar ainda mais as desigualdades regionais.

Pode-se afirmar que as idéias de Hirschmann (1961) e Myrdal (1957) convergem no sentido de que o processo de desenvolvimento econômico leva à desigualdade regional elevada, não ocorrendo em todos os pontos do território ao mesmo tempo, piorando a qualidade de vida das pessoas que vivem nas regiões mais pobres. Entretanto, esses autores demonstram que a desigualdade tem tendência de aumentar por processos de polarização.

Em relação à teoria de Perroux (1955), o modelo de Hirschmann (1961) tem a idéia central idêntica, ou seja, o progresso econômico não ocorre da mesma forma e com a mesma intensidade em todos os lugares e ao mesmo tempo, já que existem forças poderosas que estimulam a concentração em determinado espaço, onde se inicia o processo de crescimento. Dessa forma, os autores acreditam no desenvolvimento polarizado como sendo condição para que se ocorra o desenvolvimento de uma determinada região. Hirschmann (1961) também indaga o crescimento não-equilibrado na sua forma geográfica, de tal modo como fez Perroux (1955) inserindo o conceito de *linkage* para frente e para trás. Para o autor, o efeito de polarização é perverso para as demais regiões, já que elas perderão para o pólo mão-de-obra mais qualificada e capital, havendo assim uma tendência natural de centralização do crescimento em torno de alguns pólos em detrimento das áreas mais afastadas.

No entanto, Hirschmann (1961) e Perroux (1955) divergem nos seus efeitos de transmissão. Por um lado, para Perroux (1955), o efeito de transmissão ocorreria por meio da chamada indústria motriz, isto é, aquela indústria capaz de promover ampliação tanto

espacial como setorial, dos efeitos de encadeamento em direção das atividades polarizadas. Por outro lado, para Hirschmann os efeitos de transmissão inter-regionais do crescimento ocorreriam em forma de encadeamento *linkage* para frente e para trás.

De modo geral, as principais características do crescimento baseado na teoria da polarização podem ser visualizadas através do Quadro 2.

- Desenvolvimento polarizado
- Crescimento hierarquizado
- Políticas públicas compensatórias e assistências em áreas atrasadas ou carentes
- Instrumento e medidas de fomento econômico setorial
- Pólos de crescimento
- Pólos industriais
- Zona franca

Quadro 2 – As principais características do modelo da teoria da polarização

Fonte: LLORENS (2001).

3.2. Teoria de desenvolvimento regional endógeno

A teoria de desenvolvimento regional endógeno a ser delineada, a seguir, adota a abordagem a qual Andrade (1996) utilizou em sua pesquisa “Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional”.

Inicialmente, a teoria é discutida através de Sthor e Taylor (1981) que fazem uma crítica ao modelo de desenvolvimento de “cima para baixo” dominante até a década de 1970, ao elaborar e propor um novo paradigma intitulado de “baixo para cima”. Em seguida, explana-se a proposta de Boisier (1989) que adapta o paradigma de “baixo para cima” para a realidade da América Latina e uma adequação para o caso brasileiro desses novos modelos de

planejamento regional, que visa, sobretudo a gestão participativa na elaboração do planejamento, com Amaral Filho (1996). Esse desenvolve o conceito de desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1990.

Em geral, os três autores trabalham a questão do desenvolvimento regional de maneira a enfatizar a participação dos atores locais na elaboração, gestão e execução de estratégias e a necessidade de se desenvolver de acordo com a especificidade cultural, social, ambiental, institucional de cada região.

Em meados dos anos de 1970, começa a se estruturar na literatura uma nova abordagem do planejamento do desenvolvimento regional, destacando-se Walter Sthor e Fraser Taylor *Development from above or below* (1981). Esses autores estudam a questão do desenvolvimento regional partindo da base, autocentrado e endógeno, distintamente dos modelos de Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschmann (1961), no qual o desenvolvimento dar-se-ia por meio de poucos setores dinâmicos, centralizados geograficamente, que tenderia a disseminar para as demais regiões.

De acordo com Silva (2004), Sthor e Taylor começaram a verificar que nos países desenvolvidos a política de desenvolvimento regional fundamentada na estratégia de pólos de crescimento, ao invés de atenuar as desigualdades regionais, acabavam por não surtir efeito e até mesmo aumentar as diferenças regionais, devido aos efeitos negativos induzidos (*backwash effects*) que muitas vezes, se sobressaíam aos efeitos positivos (*spread effects*). Assim, diferentemente de “[...] Hirschmann, Myrdal e Perroux, Sthor e Taylor consideram que normalmente, os vínculos organizativos entre áreas com níveis de desenvolvimento diferentes, ao invés da convergência, têm proporcionado cada vez mais a ampliação das desigualdades em fatores como a distribuição do poder, preços de intercâmbio e distribuição das economias de escala” (ANDRADE, 1996, p. 18).

A partir da crítica feita, a estratégia de desenvolvimento regional de Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschmann (1961), denominada de desenvolvimento “de cima para baixo”, de acordo com Andrade (1996), Sthor e Taylor (1981) propõem um novo modelo de desenvolvimento denominado de “baixo para cima”. Os propósitos desse modelo consistem no pleno desenvolvimento dos recursos naturais e das habilidades humanas de uma região para atingir as necessidades básicas de todos os estratos da população e para alcançar outros objetivos de caráter mais amplo.

De maneira geral, o novo paradigma intitulado de “baixo para cima” sugerido por Sthor e Taylor (1981) implica:

a) Outros critérios de utilização de fatores, que ao invés de maximização de lucro visasse à mobilidade integral de recursos;

b) As decisões de intercâmbio de produtos utilizam outros métodos para a decisão, substituindo o princípio predominante de vantagens comparativas, pelo de igualdade dos benefícios comerciais;

c) A organização territorial ganha mais destaques nas formas específicas de organização social e econômica;

d) O conceito de desenvolvimento deve conter, no seu âmbito, metas sociais mais abrangentes com motivações autocentradas e endógenas.

Diante desse contexto, Sthor e Taylor (1981) formulam uma estratégia de desenvolvimento, cujas hipóteses básicas centram:

a) O conceito de desenvolvimento deve levar em consideração os recursos endógenos da localidade, as especificidades locais de natureza cultural e institucional, não subordinado a pressões de curto prazo do mecanismo mercantil, ou de influências externas;

b) A comunidade deve tomar a frente na formulação e execução de políticas para alcançar o desenvolvimento, descartando a hipótese de que pequenas localidades só podem desenvolver por intermédio de outras de maior nível de desenvolvimento;

c) É primordial a autodeterminação local/regional, já que as disparidades regionais são conseqüências negativas de uma integração econômica de grande escala.

Ao levar em consideração a necessidade de investimento na comunidade, de uma parte do excedente gerado localmente, Sthor e Taylor (1981) mencionam que o processo de desenvolvimento dentro do paradigma de “baixo para cima” acontece da seguinte forma: todo o excedente reinvestido na comunidade corroboraria para a diversificação da economia local, fazendo com que resultasse, dentro das regiões menos desenvolvidas, a criação de um circuito econômico integrado. Os circuitos econômicos gerariam impulsos econômicos que se transmitiria “para cima” do local, para o regional e por fim para o nacional. Dessa forma, Sthor e Taylor *apud* Andrade (1996, p. 20) destacam:

Conseqüentemente, as políticas deverão orientar-se para os serviços de necessidades básicas organizados sobre uma base territorial; o desenvolvimento rural e de aldeias; as atividades com uso intensivo de mão-de-obra; os projetos pequenos e medianos e a tecnologia capaz de aproveitar plenamente os recursos humanos, naturais e institucionais da região, sobre uma base de integração territorial.

No mesmo sentido que Sthor e Taylor (1981), Boisier (1989) em seu trabalho *Política Econômica Social e Desenvolvimento Regional*, adapta o paradigma de “baixo para cima” para a realidade da América Latina, ao tratar fundamentalmente a questão da organização social como base para consolidar o desenvolvimento regional, especialmente nas regiões subdesenvolvidas. O autor sugere a superação de algumas barreiras do planejamento até então vigente, ao enfatizar a importância dos atores locais nas tomadas de decisões globais.

a) A primeira barreira é o rompimento com a separação artificial entre sujeito e objeto das políticas de pólos de crescimento. Essa prática faz gerar proposta de planejamento regional elitista centralizada, e inviável devido à ausência de participação das próprias comunidades regionais;

b) Superar a prática monodisciplinar no enfoque dos problemas regionais, isto é, as propostas de desenvolvimento regional deverão ter dimensões sociais e políticas e não só de caráter econômico;

c) O caráter autocontido deve ser superado, pois as políticas econômicas de natureza global e de natureza setorial não são, em geral, neutras. Essas políticas atingem direta e indiretamente as regiões, sendo importante à participação dos planejadores regionais na política global;

d) Superar a prática tradicional do planejamento regional de aplicações irrestritas de teorias, modelos, metodologias e políticas visualizadas em contextos muito diferentes das prevalentes na América Latina, como a aplicação quase universal da estratégia de pólos de crescimento. Para isso, há a necessidade de identificar os macroparâmetros do problema, com um profundo estudo científico, objetivando uma teorização mais realista com o meio social onde se insere a práxis do desenvolvimento regional.

Diante desse contexto, Boisier (1989) sugere que o desenvolvimento regional deve adotar um cenário cujos atores são por um lado, o Estado como figura jurídica e por outro, a região como configuração geo-social, sendo que a decisão de planejamento deve ser de índole política, econômica e social, onde cada ator pode compreender sua existência ou a falta, em termo de interação dos vários processos. Dessa forma, o desenvolvimento de uma região em longo prazo, no entender, se dá na interação de três processos:

a) Da disponibilidade de recursos disponíveis;

b) Do signo e da magnitude do impacto que o quadro global da política econômica tem sobre a região;

c) Da capacidade de organização social da região, ou seja, de transformar os impulsos de crescimento em “estados” de desenvolvimento. Esse processo deve ser endógeno à região, interagindo-se com questões fundamentais para o desenvolvimento regional, tais como, aumento da autonomia de decisão da região, o aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente econômico, gerado pelo crescimento econômico, melhora social e por fim, uma preservação do meio ambiente. Assim, a organização social se configura no planejamento regional por ativar o processo e dar dimensão social claramente descentralizada em suas expressões concretas.

Na década de 1990, a principal questão no modelo de desenvolvimento regional endógeno, segundo Amaral Filho (1996) estava em entender as seguintes perguntas:

a) “Por que as taxas de PIB de alguns países crescem ao mesmo tempo em que suas taxas demográficas são declinantes”?

b) “Por que alguns países crescem mais que os outros?”

c) “Por que alguns países conseguem crescer e outros não?”

d) “Por que alguns países conseguem manter sua taxa de crescimento positiva por mais tempo do que dos outros?”

Nesse sentido, essa teoria identificou alguns fatores endógenos que antes eram considerados exógenos na determinação do crescimento econômico como o capital humano, as instituições, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento, a informação, entre outros. Assim, de acordo com a teoria de desenvolvimento regional endógeno, um país, região ou local que apresentasse esses fatores poderia aumentar com maior facilidade o valor agregado à produção, à produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda. É nesse ponto, de acordo com Amaral Filho

(1996), “[...] que reside à contribuição da teoria do crescimento endógeno para a teoria e as políticas de desenvolvimento regional, em especial, no que se refere à criação de externalidades e de bens coletivos” (AMARAL FILHO, 1996, p. 43-44).

Nesse contexto, surge em meados da década de 1990 o conceito predominante de desenvolvimento regional endógeno que pode ser entendido como:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente proveniente de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Entretanto, Amaral Filho (1996) ressalta que o aspecto novo para a teoria de desenvolvimento regional endógeno, reside no fato de ser estruturada a partir dos próprios atores locais e não mais pelo planejamento centralizado, como já definido como organização social regional.

No mesmo sentido que Sthor e Taylor (1981), o modelo de desenvolvimento regional endógeno descrito por Amaral Filho (1996), passa a ser definido como desenvolvimento realizado de “baixo para cima”, isto é, partindo das potencialidades sócio-econômicas do local, no lugar de um modelo de desenvolvimento de “cima para baixo”, que privilegia a modalidade de desenvolvimento associada à implantação de grandes projetos estruturantes do tipo petroquímica, a qual procura satisfazer a coerência de uma matriz de insumo-produto nacional, o que coloca na contra-mão as teorias de Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschmann (1961) como mecanismo de desenvolvimento regional.

Dentro da proposta de Amaral Filho (1996) o desenvolvimento endógeno entendido como um desenvolvimento sustentável deve se abastecer em três fontes: no papel

do estado federado, na estratégia de desenvolvimento econômico regional/local e na valorização dos novos fatores de produção.

a) No papel do estado federado, onde cada estado da federação deve proceder reforma e ajustes na qual impliquem a mudança no padrão de gestão pública e o aumento do grau de eficácia e eficiência na utilização dos recursos financeiros;

b) Na estratégia de desenvolvimento regional/local, onde se tem por objetivo munir um determinado local ou região de fatores locais econômicos capazes de criar um pólo de crescimento com a implantação de projetos econômicos de caráter estruturante de atividades interligadas;

c) Na valorização dos novos fatores de produção, onde a estratégia de desenvolvimento deve incorporar e valorizar fatores como capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituição e meio ambiente, já que a simples estratégia de desenvolvimento regional baseada na concentração geográfica de fatores ou setores não leva à otimização do crescimento e desenvolvimento da região.

Apesar de Amaral Filho (1996) estruturar um tipo de desenvolvimento regional endógeno ideal, o autor ressalva que a fonte primária de desenvolvimento depende do *paradigma societal* gerado no seio da formação social local/regional. Ademais, a forma e a composição do desenvolvimento endógeno estão sujeitas às estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais, político-decisórias nos respectivos espaços, e variar de região para região, não devendo imitar modelos de outras regiões.

Com raras exceções, as políticas de desenvolvimento regional, baseadas em modelos de cima para baixo excessivamente burocráticos e centralizados mostraram-se pouco eficazes ou pouco eficientes, razão pela qual necessita-se de uma maior mobilização da história e dos agentes locais na definição de um modelo de desenvolvimento local ou regional (AMARAL FILHO, 1996, p. 47).

Os autores Sthor e Taylor (1981), e Amaral Filho (1996) embora discutam e contribuam para o arcabouço teórico do desenvolvimento regional endógeno, eles trabalham o assunto de maneiras distintas.

Sthor e Taylor (1981) fazem uma crítica ao paradigma de “cima para baixo” até então vigente nas políticas dos planejadores de desenvolvimento regional, ao sugerirem um novo paradigma de desenvolvimento intitulado de “baixo para cima”. O caráter endógeno de Sthor está na importância do desenvolvimento das comunidades locais que através da utilização dos recursos endógenos bem como da capacidade humana pode fazer o desenvolvimento gerar impulsos econômicos que ultrapassem as fronteiras locais para se chegar a um âmbito maior.

Boisier (1989) faz uma adaptação do modelo de “baixo para cima” intitulado por Sthor e Taylor (1981) para o caso latino-americano, ao fazer uma crítica ao paradigma de desenvolvimento “cima para baixo”, embora o autor não descarte totalmente a utilização desse modelo para o desenvolvimento. A estratégia de desenvolvimento regional depende fundamentalmente de três fatores: da alocação de recursos, do papel do estado federado na geração de políticas compensatórias e da organização social da região.

Amaral Filho (1996) faz uma adequação do modelo de planejamento regional para o caso brasileiro com o conceito de desenvolvimento regional endógeno. Nesse novo conceito, Amaral Filho (1996) relaciona novos fatores endógenos como capital humano, instituições, conhecimento e informação, para elevar os rendimentos e o crescimento sustentável. Assim como fez Sthor e Taylor (1981), Amaral Filho (1996) não faz uma crítica explícita ao modelo de desenvolvimento regional de “cima para baixo”, e elabora um modelo de desenvolvimento o qual deve ter um novo papel do estado federado, uma nova estratégia de desenvolvimento regional/local e uma valorização dos novos fatores de produção, considerados no novo paradigma de “baixo para cima”, como fatores endógenos.

O Quadro 3 apresenta os principais itens abordados por Sthor e Taylor (1981), Boisier (1989) e Amaral Filho (1996) no que concerne à estratégia de desenvolvimento regional endógeno que norteia a presente pesquisa.

- Capacidade de organização social
- Utilização dos recursos endógenos e das habilidades humanas das pequenas comunidades locais
- Levar em consideração as especificidades locais de natureza cultural e institucional
- Buscar metas sociais mais abrangentes com motivações autocentrado e endógenas
- Os atores locais devem tomar a frente na formulação e execução de políticas visando o desenvolvimento
- O desenvolvimento regional deve ter dimensões sociais, culturais, ambientais e não só de caráter econômico
- Superar a prática tradicional do planejamento regional de aplicações irrestrita de teorias, modelos, metodologias e políticas para todas as localidades
- Privilegiar as Pequenas e Médias empresas ramificadas por diversos setores e sub-setores ao invés de grandes projetos estruturantes
- Privilegiar “indústrias limpas” que não exaurem os recursos naturais existentes

Quadro 3 – As principais características da teoria de desenvolvimento regional endógeno

Fonte: Sthor e Taylor (1981), Boisier (1989) e Amaral Filho (1996).

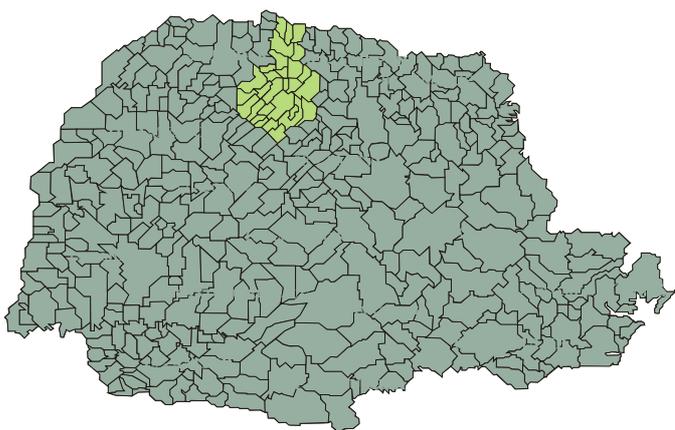
4 ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE

O estudo da temática proposta exige uma caracterização da região onde se analisa o turismo como alternativa de desenvolvimento regional endógeno. Dessa forma, além de caracterizar o objeto de estudo, a região da Amusep, o presente capítulo tem como objetivo calcular o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) proposto por Gualda (1995), com o intuito de filtrar os municípios que serão analisados; verificar a quantas anda o desenvolvimento dos municípios da Amusep, sobretudo no enfoque econômico; além de verificar se o desenvolvimento na região enfocada na teoria dos pólos está aumentado às desigualdades regionais.

4.1 A região da Amusep

A Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP) situa-se no norte central do Estado do Paraná, compondo atualmente 30 municípios com uma população estimada de 700 mil habitantes, tendo uma área de aproximadamente 3% do Estado do Paraná, o que equivale a 6.629,42 Km². (AMUSEP, 2006)

Os trinta municípios que integram a Amusep são: Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, São Jorge do Ivaí, Santo Inácio, Sarandi e Uniflor. Dentre esses municípios destaca-se a cidade de Maringá com cerca de 300 mil habitantes, considerada a cidade pólo e sede da associação (AMUSEP, 2006).



Mapa 1 – O estado do Paraná e a região da Amusep

Fonte: AMUSEP, 2006.

4.2 Alguns condicionantes das transformações recentes na economia paranaense

As profundas transformações na base produtiva do estado iniciaram-se no transcorrer da década de 1970 com expressivas mudanças tanto no setor agrícola como no setor industrial. O setor agrícola até a década de 1970 tinha como sua principal fonte as grandes plantações de café o que fez por muito tempo o estado ganhar notoriedade entre os maiores produtores do país.

Por um grande período o cultivo dessa cultura permitiu, de acordo com Trintin (2001), uma maior possibilidade de diversificação da estrutura produtiva agrícola e industrial, tendo em vista a instalação, no estado, de muitas indústrias de beneficiamento de café, como também a de torrefação e da produção de sacas, conforme a acumulação e prosperidade do setor cafeeiro.

No entanto, no limiar da década de 1970 o ciclo do café entra em crise em virtude de algumas políticas que desestimulava a produção do produto, e, sobretudo, em virtude das geadas, o que fez aprofundar a erradicação dos cafeeiros no solo paranaense.

Porém, a partir do início da década de 70, além do desestímulo à produção e dos incentivos financeiros com vistas à diversificação agrícola, a produção paranaense passou a contar com outros tipos de problemas, como a geada em 1972 e, logo em seguida, a ferrugem, que atingiu a grande maioria dos cafeeiros em 1973, e novamente uma geada em 1975, sendo esta considerada pelos produtores locais a mais forte dos últimos tempos (TRINTIN, 2001, p. 75-76).

No decorrer da década de 70, a agricultura paranaense começa a se tornar mais diversificada com plantações de cultura que de certa forma possibilitasse a utilização de métodos mais tecnológicos na sua produção, além de aproveitar a conjuntura mais favorável para outras culturas, como a soja.

Nesse contexto, inicia-se no estado do Paraná o que se chamou de “modernização do campo”, ou seja, implantação de uma agricultura modernizada intensiva em capital, latifundiária, ao contrário, da produção cafeeira, e intensiva em mão-de-obra.

A agricultura moderna é intensiva em capital, a viabilidade econômica depende de produção em larga escala, dada à mecanização agrícola, de modo que se faz necessário a produção em grandes propriedades, ao contrário do que ocorria com café (DIAS, 1995, p.22).

A tecnologia moderna inserida na economia paranaense dissemina-se a passos acelerados pelo Estado, conformando anos mais tarde como um dos maiores produtores de soja do país, o que tornou transitável às várias empresas transnacionais instalarem fábricas no sul do Brasil, sobretudo no estado do Paraná. Tal fato propiciou desenvolver a agroindústria e o setor industrial como um todo, iniciando-se a implantação da grande indústria moderna¹², intensiva em capital e com produção de gêneros mais avançados.

A grande indústria moderna que se instala no Paraná, na década de 1970 congrega gêneros mais dinâmicos, como mecânica, material elétrico, comunicação, química, material de transporte e fumo. Concomitantemente a esse processo, as indústrias que

¹² A grande indústria destaca-se como um dos grandes condicionantes para o desenvolvimento polarizado como visto pela teoria da polarização, sobretudo por Perroux (1955).

produziam produtos tradicionais também alteraram sua estrutura produtiva com uma maior modernização e sofisticação na produção.

[...] as transformações econômicas ocorridas nesse período, e até mesmo o advento da modernização da agricultura, requer a implantação de empresas grandes e modernas, com ampla escala de produção, utilizando tecnologias avançadas com elevados índices de produtividade e com poder de competição no mercado (DIAS, 1995, p. 29).

Todas essas transformações e o crescimento da base produtiva do estado não atingiram, de forma homogênea, a grande fatia dos municípios paranaenses, ainda que as indústrias de grande porte também se instalaram no interior do Estado.

Segundo Gualda (2003), isso pode ser explicado pelo fato das indústrias se instalarem em sítios que apresentassem maiores vantagens locacionais, quer associadas à economia de aglomeração, a vocações naturais ou através de intervenção governamental com políticas de incentivos, o que teve como consequência, no estado, um processo de crescimento polarizado.

Esse modelo de crescimento centrado na concentração de atividades e recursos produtivos, em poucos municípios, acarretou no estado do Paraná uma tendência ao esvaziamento das cidades de menor dinâmica devido ao fluxo migratório para as grandes aglomerações, além de deixá-las sem atrativos de atração e retenção de investimentos produtivos.

4.3 Caracterização dos municípios conforme o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) na região da Amusep

A partir da metodologia¹³ proposta, chega-se a um resultado que permite qualificar os municípios da Amusep, segundo o seu respectivo grau de dinamicidade.

De acordo com a Tabela 1, pode-se observar por meio dos critérios de classificação delineados na metodologia, que durante o período avaliado (1996–2004) não ocorreram alterações expressivas quanto à capacidade dos municípios no desenvolvimento de projetos autônomos, ou seja, de se tornarem dinâmicos.

Tabela 1 - Distribuição dos municípios de acordo com o IDR (1996–2004).

IDR	Nº de Municípios		Participação %	
	1996	2004	1996	2004
De 1,00 a 0,1	7	6	23%	20%
De 0,099 a 0,050	5	5	17%	17%
Abaixo de 0,050	18	19	60%	63%
Total de Municípios	30	30	100%	100%

Os municípios da Amusep que apresentaram o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)¹⁴ entre o intervalo de (1,00-0,99), considerados dinâmicos, eram em número de 7 no ano de 1996 e nesta mesma classificação tem-se para o ano de 2004 uma redução na quantidade, passando para apenas 6 municípios, o que representa 20 % do total.

¹³ Os dados obtidos para o cálculo do IDR (1996-2004) foram extraídos do IPARDES e do IPEADATA. Nem todas as variáveis do ano de 2004 estavam disponíveis podendo ocorrer alguma distorção. No entanto é possível que estas sejam pouco expressivas.

¹⁴ Ver todos os IDR's dos municípios da Amusep, no Apêndice A.

Nesse extrato de classificação pode-se destacar o município de Maringá que no ano de 1996, bem como no ano de 2004, manteve o maior Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), o que o configura como pólo da região da Amusep.

Tanto para o ano de 1996, como para o ano de 2004 os municípios que apresentaram o IDR entre o intervalo de (0,099-0,050) considerados de dinâmica moderada, foram em número de 5, ou seja, 17%.

Os municípios que não apresentaram qualquer dinâmica, ou seja, aqueles que não conseguiram reter e nem atrair recursos de forma a garantir as condições mínimas de um processo de desenvolvimento, cujo IDR se situou abaixo de 0,050, constituíram maioria.

Em 1996, 18 municípios situavam-se nesse extrato, ou seja, 60% e em 2004 esse número eleva-se para 19 municípios o que representa, perto de 63% dos municípios da associação.

Dessa forma, a redução das cidades dinâmicas e de dinâmicas moderadas por meio da análise do IDR, no período de (1996-2004), reflete a convergência de concentração das atividades dinâmicas da Amusep e do desenvolvimento econômico em determinados pontos.

4.4 Análise da evolução do IDR (1996–2004)

Ao analisar a evolução do IDR (1996–2004) para a região da Amusep, observa-se conforme a Tabela 2 que dos 30 municípios que compõem a associação 19¹⁵ deles conseguiram majorar seus índices, todavia, a melhora não foi expressiva para permitir aos municípios lograrem uma melhor classificação de dinamicidade.

¹⁵ Ângulo, Astorga, Atalaia, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Iguaraçu, Ivatuba, Lobato, Marialva, Mandaguaçu, Munhoz de Mello, Ourizona, Paçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí e Sarandi.

Tabela 2 - Evolução do IDR no período (1996-2004) na região da Amusep

	IDR 1996	IDR 2004		IDR 1996	IDR 2004
Ângulo	0,011	0,014	Marialva	0,150	0,155
Astorga	0,137	0,138	Maringá	0,997	0,977
Atalaia	0,013	0,018	Munhoz de Melo	0,015	0,018
Colorado	0,126	0,110	Nossa Senhora das Graças	0,017	0,015
Doutor Camargo	0,022	0,029	Nova Esperança	0,106	0,099
Floraí	0,030	0,036	Ourizona	0,029	0,031
Floresta	0,032	0,034	Paiçandu	0,061	0,074
Flórida	0,007	0,007	Paranacity	0,070	0,065
Iguaraçu	0,020	0,027	Presidente Castelo Branco	0,016	0,019
Itaguajé	0,017	0,014	Santa Fé	0,035	0,047
Itambé	0,052	0,048	Santa Inês	0,007	0,005
Ivatuba	0,017	0,022	Santo Inácio	0,029	0,031
Lobato	0,041	0,046	São Jorge do Ivaí	0,061	0,071
Mandaguaçu	0,064	0,081	Sarandi	0,122	0,131
Mandaguari	0,139	0,106	Uniflor	0,007	0,005

Ao verificar os motivos que levaram os 19 municípios aumentarem o IDR, por meio da avaliação da participação relativa dos índices parciais¹⁶, constata-se que todos os municípios, com ressalva para Sarandi, tiveram o aumento dado basicamente, ou pela boa performance da agricultura que fez elevar o valor adicionado do setor primário, pelo enfoque econômico, ou pela redução da população rural e o aumento da matrícula no ensino fundamental, pelo enfoque social. Portanto, a elevação do IDR deve-se a fatores endógenos e não a fatores exógenos, decorrentes de um espraiamento da polarização.

O município de Sarandi, que foi a exceção, apresenta, em grande parte, uma melhora do IDR pelo aumento da participação relativa no valor adicionado do setor secundário, pelo enfoque econômico, além de apresentar evoluções expressivas no enfoque social. A melhora do enfoque econômico de Sarandi explica-se pelo fato do município se

¹⁶ Ver os índices parciais no Apêndice A.

localizar em áreas de conurbação do pólo Maringá, de tal modo que pudesse absorver efeito das externalidades decorrentes da concentração.

Já os municípios que não conseguiram majorar seus índices ou se mantiveram estagnados foram 11 nesse período, o que fez 2 deles decaírem na sua classificação:

a) O município de Nova Esperança, que no ano de 1996 estava entre os municípios dinâmicos com um IDR de 0,106, passa para um IDR de 0,099 no ano de 2004, portanto, sendo considerado município com dinâmica moderada;

b) O município de Itambé, que em 1996 apresentava um IDR de 0,052, portanto, considerado como um município de dinâmica moderada, apresenta em 2004 um agravamento no seu índice (0,048),¹⁷ o que o fez situar na lista dos 19 municípios não dinâmicos da Amusep.

4.5 Análise dos municípios dinâmicos

A Tabela 3 apresenta, por ordem decrescente, os IDR's, dos municípios dinâmicos da região da Amusep (1996-2004).

Tabela 3 - Municípios dinâmicos da Amusep por ordem decrescente no período (1996-2004)

Municípios Dinâmicos	IDR 1996	IDR 2004
1º Maringá	0,997	0,977
2º Marialva	0,150	0,155
3º Astorga	0,137	0,138
4º Sarandi	0,122	0,131
5º Colorado	0,126	0,110
6º Mandaguari	0,139	0,106

¹⁷ Tanto a queda do IDR do município de Nova Esperança quanto de Itambé deve-se, sobretudo ao nível de emprego medido pelo Índice Parcial de Emprego.

Observa-se que o município de Maringá, durante o período, teve uma ligeira queda no IDR, passando de 0,997 em 1996 para 0,977 no ano de 2004. Contudo, isso não caracteriza uma redução de investimento e nem mesmo um efeito espraiamento para os municípios circunvizinhos, como propõe a teoria da polarização, o que pode ser melhor compreendido quando se averigua a Tabela 4, que demonstra a participação relativa dos índices parciais dos valores adicionados.

O que se constata, na realidade, é que o município de Maringá teve uma queda no IDR, essencialmente pela redução de sua participação no valor adicionado primário, que caiu de 10,85% para 8,09% no período, o que cooperou para a redução do índice econômico. No entanto, quando se analisa a participação do valor adicionado do setor secundário, terciário e até mesmo a participação relativa no valor da produção total, confirma-se uma tendência de concentração cada vez mais acentuada para o município de Maringá, o que o solidifica cada vez mais como município polarizado.

Em relação à porcentagem do valor adicionado do setor secundário (%VASS), o município de Maringá apresenta uma evolução no período (1996-2004) o que o possibilita passar de 54,37% para 56,91%, e em relação ao valor adicionado do setor terciário, (%VAST) um aumento de 79,88% para 80,52%.

Os outros municípios dinâmicos pouco aumentaram suas participações relativas aos valores adicionados, e em relação à porcentagem do valor adicionado da produção total (%VAPT), somente Marialva logrou um ligeiro aumento, devido a um tímido desempenho no setor secundário (4,12%), e no setor terciário (2,11%). Entretanto, cabe ratificar, que alguns municípios classificados como dinâmicos conseguiram majorar seus IDR's devido, fundamentalmente, ao aumento do índice social¹⁸.

¹⁸ Ver os índices no Apêndice A.

Tabela 4 - Evolução da participação relativa dos valores adicionados para os municípios dinâmicos¹⁹

Cidades Dinâmicas	%VAPT 96	%VAPT 04	%.VASP 96	%.VASP 04	%. VASS 96	%. VASS 04	%. VAST 96	%. VAST 04
Maringá	59,89%	60,32%	10,85%	8,09%	54,37%	56,91%	79,88%	80,52%
Marialva	3,38%	3,66%	9,75%	7,95%	4,07%	4,12%	1,87%	2,11%
Astorga	5,01%	4,07%	9,67%	9,68%	5,57%	3,47%	2,76%	2,28%
Sarandi	4,05%	3,89%	0,84%	0,64%	5,46%	6,50%	2,70%	2,62%
Colorado	4,87%	4,13%	5,73%	3,72%	8,66%	7,94%	1,50%	1,31%
Mandaguari	3,74%	3,28%	3,32%	3,04%	6,67%	5,39%	1,59%	1,75%

4.6 O desenvolvimento regional na região da Amusep

O cálculo do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) por meio da metodologia proposta por Gualda (1995), permitiu identificar grande concentração de atividades dinâmicas em poucos municípios, quase que exclusivamente em Maringá.

A análise do desenvolvimento da região da Amusep a partir da concepção de pólos de crescimento regional mostra que a idéia perrouxiana que “[...] o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1955, p. 100) de acordo com IDR não é totalmente verificável na associação.

Grande parte da região da Amusep que recebe influência do pólo não consegue se beneficiar das economias externas e da concentração das atividades econômicas em Maringá. No período de (1996-2004) o que ocorreu, na realidade, foi uma maior concentração de atividade e desenvolvimento econômico, em poucos municípios²⁰. Este

¹⁹ VAPT: Valor Adicionado da Produção Total; VASP: Valor Adicionado do Setor Primário; VASS: Valor Adicionado do Setor Secundário; VAST: Valor Adicionado do Setor Terciário.

²⁰ Maringá, Marialva, Astorga, Sarandi, Colorado e Mandaguari.

quadro ratifica que o crescimento polarizado, o que Myrdal (1957) não via com otimismo, aumentou as desigualdades regionais dos municípios integrantes da Amusep.

A concentração das atividades, em determinados pontos, se evidencia quando se constata a ampla diferença do IDR e da participação relativa do valor adicionado da produção total (%VAPT). O município de Maringá deparou com um IDR de 0,979, em 2004, enquanto o segundo maior índice, nesse mesmo ano, foi do município de Marialva com 0,155, ou seja, quase seis vezes menor. Em relação ao (%VAPT), essa discrepância se torna ainda mais evidente. Enquanto Maringá apresentou (%VAPT) de 60,32% em 2004, o segundo maior valor não ultrapassou 4,13%.

Esses resultados confirmam o intenso processo de concentração das atividades industriais e fatores produtivos no município de Maringá, em detrimento de grande parte dos municípios da Amusep, o que em parte pode ser considerado como o fator mais definido do processo de crescimento polarizado na região.

Os 19 municípios circunvizinhos de Maringá, que apresentaram um baixo IDR, portanto, considerados de pouca dinâmica, permanecem praticamente excluídos do processo de crescimento baseado na polarização, sendo que na maior parte das vezes são impossibilitados de atrair indústrias dinâmicas e de grande porte, capazes de acrescer sua participação relativa no valor adicionado, geração de emprego e tributos tão necessários para se desenvolver com maior dinamicidade.

Esse processo de polarização, possivelmente poderá conduzir com maior intensificação, no processo de esvaziamento dos municípios sem dinâmicas, em direção ao pólo de desenvolvimento, assinalado pela forte mobilização dos fatores nos próximos anos o que corroboraria ainda mais para aumentar as desigualdades regionais.

5 O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Com a falta de perspectiva econômica e de dinamicidade para a maioria dos municípios da Amusep que não conseguiram alcançar um IDR satisfatório, estuda-se nessa parte a peculiaridade do turismo como um fator de desenvolvimento regional endógeno alternativo para os municípios.

O capítulo apresenta-se estruturado nas seguintes seções: desenvolvimento histórico do turismo, o turismo como uma indústria, turismo e meio ambiente, os impactos decorrentes da atividade turística e turismo e desenvolvimento endógeno.

5.1 Turismo: evolução histórica

O Turismo acompanha a humanidade há séculos, sendo que os mais antigos povos, as mais antigas civilizações, já o praticavam no transcurso de suas longas caminhadas pelas terras mais distintas.

Não existe um consenso na literatura a propósito de um marco histórico do turismo. Segundo De La Torre *apud* Barreto (2003), o que existe são duas principais vertentes que arriscam caracterizar o surgimento da atividade turística. Por um lado, há um grande número de autores que situam o turismo no século VIII a.C, na Grécia, porque as pessoas viajavam com o intento de assistirem os jogos olímpicos que acontecia a cada quatro anos, por outro lado, há outros tantos autores, que asseguram que o turismo inicia-se desde a época dos fenícios, uma vez que, com a moeda e o comércio, já existiam viagens com finalidade de desempenharem negociações.

No entender de Molina (2004), existem duas grandes etapas do processo evolutivo do desenvolvimento turístico que faz em jus a destaque, para o melhor

entendimento de seus antecedentes históricos: o pré-turismo (o *grand tour*) e o turismo (as concepções industriais).

Na primeira etapa, a grande proeminência com relação à atividade turística deve-se ao *Grand Tour*, prática que se originou na Europa durante o século XVII, estendendo-se até o século XVIII. O *Grand Tour* consistia em viagens realizadas pelos filhos mais velhos de famílias nobres e de ricos comerciantes, com o intento educativo e de constituir vínculos diplomáticos e de negócios nos mais respeitáveis centros europeus.

Na segunda fase, a etapa industrial, Molina (2001) subdivide em turismo industrial primitivo, turismo industrial maduro e turismo pós-industrial moderno. Cada uma dessas etapas caracteriza-se por se deparar com fortes transformações que fizeram com que o turismo se tornasse uma atividade complexa e inter-relacionada com os demais setores da economia.

O Turismo Industrial primitivo teve sua ascendência no século XIX e se desdobrou até o início da Segunda Guerra Mundial. Destaca-se nesse período o surgimento dos primeiros hotéis urbanos, o grande desenvolvimento dos balneários costeiros no mar mediterrâneo e o aparecimento dos primeiros destinos turísticos na América Latina.

A época do turismo industrial maduro caracteriza-se pelo *boom* do turismo, devido ao impressionante crescimento sustentado a partir da década de 1950. Durante um período de quatro décadas, o fluxo de turistas internacionais acresceu mais de 20 vezes, passando de 25 milhões de turistas para mais de 600 milhões na década de 1990. Nesse panorama, o turismo de sol e praia foi o mais dinâmico, transformando-se na locomotiva da expansão da atividade (MOLINA, 2004).

Nessa fase, o turismo se converte em um fenômeno de deslocamento massivo, o que fez suscitar em algumas conseqüências sociais, políticas, culturais, de meio ambiente e financeira, tanto pelos aspectos positivos, quanto pelos aspectos negativos.

Materializa-se nesse período o turismo como uma indústria, ou seja, um aglomerado de empresas dos mais variados setores econômicos.

O turismo pós-industrial emerge em meados da década de 1980, caracterizando-se pelo desenvolvimento de novas tecnologias, denotando-se assim, outras tendências, como uma nova cultura turística nos agentes, tanto pelo lado da demanda e dos prestadores de serviços, como do lado dos parlamentares. Nessa etapa, apresenta-se novo pré-requisito para se tornar competitivo em um mercado cada vez mais concorrido, com uma infinidade de produtos turísticos. Destaca-se, também, a ênfase dada às diferenciações de produtos/serviços, as desmassificações dos mercados, personalização dos serviços turísticos, e até mesmo ao ecologismo com a finalidade de se alcançar o desenvolvimento sustentável.

5.2 Importância econômica do turismo

A importância e o significado do turismo na economia têm crescido de maneira tão fundamental para os países, que segundo Coloriano (1998), aos poucos a atividade vai se aderindo às políticas governamentais e na organização espacial, entre as mais promissoras.

Golub *apud* Oliveira (2000) afirma que o turismo representa uma engrenagem econômica nos países em desenvolvimento, muito mais que os setores industriais e agrícolas. No entender do autor “[...] governos em todo mundo enfrentam hoje uma crise, criada justamente pela estagnação desses dois setores. Nesse clima, o crescimento do turismo oferece a oportunidade de reconstruir-se a vitalidade econômica. Ao dar apoio a essa atividade, os governos beneficiam-se das vantagens financeiras oferecidas pelo maior gerador mundial de empregos” (GOLUB, *apud* OLIVEIRA, 2000, p. 43).

Como força econômica, o turismo expressa seu potencial por meio dos resultados financeiros, tanto a nível mundial como nacional. Para Oliveira (2000), “[...] o turismo que era para muitos uma atividade secundária, passou a receber atenção especial em razão de ser uma fonte geradora de receitas e a exigir metódica e delicada manipulação, consolidando-se dentro do conceito de indústria normal” (OLIVEIRA, 2000, p. 40).

Como setor da economia o turismo é considerado, segundo a EMBRATUR (2003), como sendo um setor meta, já que “[...] absorve em sua dinâmica diversas outras indústrias, além das viagens em si, tais como entretenimento, gastronomia, cultura e artes, locação de veículos, estadias, entre outras. Ao total, são cerca de 52 setores da economia, e justamente por isso, representa um pedaço significativo da economia de qualquer país”.

De acordo com Altés *apud* Sancho (2001), o turismo destaca-se entre os setores econômicos por seu desempenho na elevação da taxa média de crescimento, sobretudo, em detrimento dos setores agrícola e industrial. No ano de 2000, por exemplo, enquanto a taxa média de crescimento do turismo situou-se na ordem de 7% ao ano, as taxas médias na agricultura e na indústria não chegaram a 3,5% ao ano.

Para muitos autores a ascensão do turismo como força econômica o faz ser considerado como a segunda atividade mundial mais importante, depois da indústria do petróleo e seus derivados. Goeldner (2002) enfatiza que: “Para vários países, o turismo é o maior produtor no mercado internacional. Em muitos outros, está entre os três maiores setores. Hoje, é uma grande força social e econômica do mundo” (GOELDNER, 2002, p.18).

No Brasil, embora o turismo não tenha o respaldo que merece por se deparar com uma infinidade de recursos naturais, artificiais e culturais para a exploração da atividade, o Ministério do Turismo (2003) reconhece que a atividade constitui em um importante setor para alavancar o crescimento econômico e dinamizar o desenvolvimento regional. De acordo com o Ministério, a atividade turística começa a ser considerada “[...] pela sociedade

brasileira, capaz de traduzir nossa imensa riqueza natural, ética e cultural, bem como nossa capacidade empreendedora em efetiva geração de emprego e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social”.

5.3 Turismo no mundo

As estatísticas da Organização Mundial do Turismo (OMT) dão conta que a atividade turística gerou no mundo, no ano de 1996, 225 milhões de empregos diretos e indiretos e as estimativas prevêm para o ano de 2006, a geração de empregos na ordem de 385 milhões um crescimento na casa de 50,1% no período. Esses dados demonstram que o turismo apresenta uma vocação para criação de empregos. Se a geração de postos de trabalho fosse analisada em termos relativos, a cada 10 empregos gerados no mundo, 1 se relacionaria à atividade turística, ou seja, 10% dos empregos mundiais.

Estudos realizados por Carvalho *apud* Cerqueira (2002), ratificam o potencial de geração de emprego da atividade turística. Segundo o autor, enquanto nas indústrias automobilísticas, por exemplo, são necessários R\$70.000 para se gerar um emprego, no turismo apenas R\$40.000 são necessários para gerar um emprego direto em um hotel, R\$ 10.000 para gerar um emprego em um restaurante e R\$50 para garantir matéria-prima e emprego a um artesão.

Conforme Cerqueira (2002), o turismo por ter uma vocação de geração de tantos postos de trabalho, deve ser priorizado nas políticas governamentais, sobretudo em épocas de período recessivo, em que as questões do emprego e renda merecem mais atenção. Isso decorre, visto que “[...] este setor é um dos mais intensivos em mão-de-obra, e, portanto, amortecedor com relação à desutilização do fator trabalho” (CERQUEIRA, 2002, p. 07).

No que concerne à geração de riqueza (PIB), estudos dão conta, que no ano de 1996, o turismo cooperou cerca de 10,7% para o PIB mundial e para o ano de 2006 estima-se que a riqueza gerada pela atividade contribuirá com cerca de 11,5%, ou seja, um acréscimo de 49,6%.

Os investimentos, as exportações e os impostos gerados pela atividade turística, também apresentam números significativos, que corroboram para o fortalecimento do setor como uma das mais importantes atividades econômicas, no século XXI.

No que diz respeito aos investimentos, os dados da OMT demonstram que em 1996 o turismo ensejou na economia inversões na ordem de US\$ 766 trilhões e para o ano de 2006 estima-se valores próximos a US\$ 1,6 quatrilhões, um crescimento de mais de 50%.

Como atividade exportadora, gerou de receita em 1996, aproximadamente US\$761 trilhões, e para 2006 estima-se receitas na ordem de US\$ 1,5 quatrilhões, tendo, portanto, um crescimento acima de 50,0%.

O turismo também é um dos setores econômicos que mais colaboram para contribuição fiscal. Como prova disso, estudos demonstram que em 1996 a receita decorrente de tal atividade foi de US\$653 trilhões, e para o ano de 2006 terá um crescimento na ordem de 49,6 %, gerando cerca de US\$ 1,3 quatrilhões.

Tabela 5 - Dados do Turismo no mundo.

	1996	2006	Crescimento Real
Trabalho	255 milhões	385 milhões	50,1%
Trabalho (% total)	10,7%	11,1%	-
PIB	10,7%	11,5%	49,6%
Investimento	US\$ 766 trilhões	US\$ 1,6 quatrilhões	51,3%
Exportações	US\$ 761 trilhões	US\$ 1,5 quatrilhões	51,2%
Impostos	US\$ 653 trilhões	US\$ 1,3 quatrilhões	49,6%

Fonte: WTTC *apud* SANCHO (2001)

5.4 Turismo no Brasil

Mesmo com pouca exploração turística, as estatísticas do turismo no Brasil também são significativas e reveladoras da importância dessa atividade para o desenvolvimento econômico do país. Dados do Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR) do ano de 2000 dão conta que o setor contribuiu para o PIB, aproximadamente US\$25,85 bilhões, ou seja, cerca de 4% do PIB nacional, sendo que US\$9,3 bilhões foram receitas decorrentes do turismo interno.

No que diz respeito à geração de impostos estima-se que no ano de 2000 a atividade turística gerou US\$7 bilhões de impostos diretos e indiretos, e aproximadamente 5,8 milhões de empregos diretos e indiretos.

O turismo como setor exportador na economia brasileira, também é expressivo para a captação de divisas. Estudos da EMBRATUR demonstram que somente no ano de 2001, a entrada de divisas decorrente do turismo foi na ordem de US\$3,701 bilhões, o que faz se destacar entre alguns ramos tradicionais, como às de máquinas e aparelhos mecânicos.

Tabela 6 – Ranking dos principais ramos de exportação do Brasil –2000

1.Material de transporte e componentes	US\$ 9,443 bilhões
2.Complexo soja	US\$5,297 bilhões
3.Produtos metalúrgicos	US\$4,985 bilhões
4.Turismo	US\$3,701 bilhões
5.Produtos químicos	US\$3,641 bilhões
6.Minérios metalúrgicos	US\$3,129 bilhões
7.Máquinas e aparelhos mecânicos	US\$3,109 bilhões

Fonte: SECEX/MDIC/EMBRATUR (2003)

Em virtude dos dados macroeconômicos, está explícito que a atividade turística se desenvolve como poucos setores econômicos, de forma sustentada. Sua perspectiva para o futuro é uma das mais promissoras possíveis, já que em cerca de 10 anos em nível mundial, o turismo conseguiu aumentar em 50% sua participação com relação a emprego, renda, atração de divisas, investimentos e arrecadação fiscal, o que ratifica sua tendência, apontada por muitos pesquisadores, de se consolidar em um dos grandes setores econômicos. “Os números são impressionantes. As viagens internacionais devem chegar a um número de 1 bilhão em 2010, com um faturamento de US\$3 bilhões, colocando-se como o maior negócio do mundo” (OLIVEIRA, 2000, p. 45).

5.5 Tipos de turismo

No decorrer do desenvolvimento e práticas do turismo, a atividade tem sido alvo de inúmeros estudos e de diferentes abordagens, em função das tendências do fenômeno e das motivações que levam o homem a procurar diferentes ambientes do seu cotidiano.

No século XX, notadamente na década de 50, o fenômeno do turismo se caracterizou por ser uma atividade massiva como bem observou Molina (2001)²¹. Nessa época, diversos fatores na sociedade colaboraram para tal fato, entre eles destaca-se, segundo a OMT (2001), a maior disponibilidade do tempo livre, avanços tecnológicos, maior renda disponível e baixo preço do petróleo.

Todavia, concomitantemente a essa turistificação ou massificação turística que intensificou de maneira especial o modelo de turismo de “sol e praia”, de acordo com Brito (1999), alguns lugares foram se deteriorando devido aos impactos ambientais mal dimensionados para o desenvolvimento da atividade.

²¹ Ver em Turismo: Evolução Histórica.

No final da década de 1970, começa a emergir uma nova concepção de turismo, diferentemente daquela denominada de turismo de massa, predominantemente no tipo de turismo de “sol e praia”. Surge uma nova demanda turística que dá início a busca de novas formas alternativas de turismo, como o turismo rural, o agroturismo, o turismo ecológico e o turismo cultural, denominados de turismo alternativo.

De acordo com Cavaco (2000), o turismo alternativo é aquele que ocorre de forma mais harmoniosa nos seus aspectos naturais, sociais e locais, contatos e partilhas de experiências e saberes entre visitantes e populações autóctones. São procuras novas, responsáveis e sustentáveis, seletivas em termos económicos e em valores e comportamentos pessoais. Os locais procurados são diversos, o que permite uma interiorização dos potenciais turistas dentro da própria fronteira. Para Cavaco (2000), no turismo alternativo são relativamente comuns às demandas por espaços naturais nos sítios, nas vilas e aldeias de regiões periféricas e isoladas, e também nos espaços rurais, com suas paisagens, os seus campos e gados, as suas culturas e tradições, que ainda restam e a sua exploração agrícola.

O turismo alternativo para Campanhola e Graziano (2000), por utilizar as especificidades de cada localidade ou território e o pleno aproveitamento de suas potencialidades e oportunidades, pode contribuir também para o desenvolvimento local, assim como, o turismo de massa. No entanto, os autores advertem que se deve para tal finalidade, explorar o específico, os chamados “nichos” diferentemente do que é preconizado no turismo de massa, que tende a homogeneizar os produtos e a concentrar-se em determinados locais.

Nesse aspecto, observa-se que o turismo alternativo, o qual pode ser explorado nas regiões periféricas, portanto, na Amusep nas localidades com Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) abaixo de 0,050, apresenta características que vão ao encontro da teoria de desenvolvimento regional endógeno.

Segundo Rabahy (2003), a busca de um desenvolvimento regional endógeno, por meio da atividade turística, deve-se focar no turismo alternativo, já que explora cada localidade por meio de estratégias definidas pela própria comunidade, portanto, um desenvolvimento de “baixo para cima”, como salientou Sthor e Taylor (1981), obedecendo às especificidades culturais, naturais e o impacto no meio ambiente.

De maneira geral, o turismo alternativo se diferencia do turismo de massa, por ter meio de hospedagem de pequena escala, do tipo caseiro, beneficiando as pequenas e médias empresas, o mercado não é sazonal, sendo que o turismo é visto como um setor complementar, e não prioritário. No Quadro 4, tem-se as principais diferenças entre o turismo alternativo e o turismo de massa, de acordo com Vieira (1999).

TURISMO DE MASSA	TURISMO ALTERNATIVO
<p style="text-align: center;">Alojamento</p> <p>-Grande dimensão e integrados -Estrangeira e multinacional</p>	<p style="text-align: center;">Alojamento</p> <p>-Pequena escala/ tipo caseiro -Local/familiar/pequenas e médias empresas</p>
<p style="text-align: center;">Mercado</p> <p>-Elevado -Dominante -Praia/vida noturna -Sazonalidade: inverno/estação alta</p>	<p style="text-align: center;">Mercado</p> <p>-Baixo -Não dominante -Natureza/cultura -Sem estação definida</p>
<p style="text-align: center;">Economia</p> <p>-Setor dominante -Setor dependente de importação e repatriamento do lucro</p>	<p style="text-align: center;">Economia</p> <p>-Setor complementar -Setor não dependente de importação/lucros retidos no país</p>

Quadro 4 - Diferença entre o turismo de massa e o turismo alternativo

Fonte: VIEIRA, J.M. *apud* BRITO (1999).

Dessa forma, percebe-se que o turismo alternativo é uma possibilidade de ser explorado em qualquer localidade, o que evidencia que o turismo, ao contrário de muitos setores econômicos, como industrial e agrícola, o fator de localização e as economias de aglomerações não representam um empecilho para seu desenvolvimento.

Os vários tipos de turismo praticados no mundo todo tornam essa atividade uma grande opção de desenvolvimento. É preciso que cada local defina em que tipo ou tipos de turismo suas características se enquadram, de acordo com o potencial da região (VELOSO, 2003, p. 13).

No que diz respeito às definições de cada tipo de turismo, há muito tempo, vários autores da literatura tentam caracterizá-lo nos mais diversos tipos, cultural, congressual, negócios, saúde, desportivo, rural, religioso, lazer, ecológico, compra, gastronômicos, entre outros. Todavia, de acordo com Andrade (1997), “[...] é difícil estabelecer distinções viáveis e válidas entre os vários tipos de turismo, porque as chamadas motivações principais justapõem-se uma às outras” (ANDRADE, 1997, p. 60).

Para que uma determinada comunidade possa se beneficiar dos impactos positivos do turismo faz-se “[...] necessário conhecer os diversos tipos de turismo praticados no mundo, de acordo com as peculiaridades de cada região” (VELOSO, 2003, p. 13). Como não existe um consenso nas definições dos tipos de turismo, buscou-se conceituar de acordo com os propósitos dos autores Beni (2000), Andrade (1997) e Oliveira (2000):

a) Turismo Cultural:

Refere-se aos deslocamentos dos turistas para a comunidade receptora, na qual, em sua oferta turística, apresenta como produto essencial, o legado histórico do homem em épocas distintas, representado por meio do patrimônio e do acervo cultural, encontrado nas ruínas, nos monumentos, nos museus, nas obras de artes entre outros;

b) Turismo de Eventos:

Refere-se às realizações constantes de calendários de eventos fixos, tais como feiras, exposições e festas regionais e nacionais. Pode também ocorrer de forma sazonal, onde o evento ocorre regionalmente, gerando um processo de competitividade entre

municípios e organizações, podendo ou não se inserir em calendários de eventos fixos, tais como Festa do Figo, Festa do Caqui e leilões.

c)Turismo Religioso:

Refere-se aos grandes deslocamentos de peregrinos, que se destinam a centros religiosos, motivados pela fé em distintas crenças;

d)Turismo Científico:

Refere-se aos deslocamentos de turistas potenciais a grandes centros universitários, com intenção de atuar no setor de pesquisa e desenvolvimento;

e)Turismo de Negócio:

Refere-se aos deslocamentos de executivos e homens de negócios, em geral, para grandes centros empresariais, com a finalidade de realizarem transações e atividades profissionais, comerciais e industriais. Em seu tempo livre, os turistas usufruem de recreação e de entretenimento típicos dos grandes conglomerados urbanos;

f)Turismo Ecológico:

Refere-se ao deslocamento de pessoas para espaços naturais, sendo sua principal motivação o desejo e a necessidade de fruição da fauna e flora da natureza em geral. Insere-se nesse tipo de turismo, as pessoas que buscam uma maior interação com o entorno natural, através de práticas de trilhas, escaladas, *rafting*, e outros esportes radicais;

g)Turismo Rural:

Refere-se ao deslocamento de turistas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, podendo haver ou não pernoite. Nesse tipo de turismo, os turistas usufruem os cenários e instalações rurícolas. Pode-se apresentar instalações de hospedagem em casas de antigas colônias de trabalhadores, sede de fazendas e casas de engenhos, como também em propriedades modernas, complexos turísticos e hotéis-fazenda;

h)Agroturismo:

Assim como o Turismo Rural, esse tipo de turismo refere-se ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, podendo haver ou não pernoite onde os turistas usufruem dos cenários e das instalações rurícolas. No entanto, no Agroturismo, a produção agropastoril representa a maior fonte de receita para o agricultor, ao contrário do Turismo Rural, e a própria atividade agropastoril constitui, em si mesma, o principal diferencial turístico. Muitas vezes, os turistas além da vivência, participam destas atividades.

i)Turismo de Compras:

Refere-se aos deslocamentos de turistas para núcleos receptores onde os principais atrativos turísticos são as compras.

5.6 Turismo e meio ambiente

O desenvolvimento do turismo, bem como de qualquer tantas outras atividades econômicas, acarreta, por melhor que seja o planejamento, algum impacto para o meio ambiente. Todavia, conforme Goeldner (2002), o turismo pode prover fundos para conservação, preservar cultura e história, estabelecer limites sustentáveis, utilizar e proteger

atrações naturais o que faz com que o meio ambiente se torne, muitas vezes, um aliado da atividade, para que se alcance o desenvolvimento local.

Para ter a visão do impacto do desenvolvimento da atividade turística no meio na qual acontece, além de não se ter uma visão monodisciplinar no planejamento econômico como advertiu, Boiesler (1989), se faz necessário definir o conceito de meio ambiente.

De acordo com Holder *apud* Ruschmann (2001), o conceito de meio ambiente deve ser compreendido como: “[...] a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolve a Terra, justamente com os ecossistemas que eles mantêm”.

No entender da autora, os ecossistemas são constituídos da comunidade, de indivíduos de diferentes populações, além dos recursos construídos pelos homens, tais como as casas, as cidades, os monumentos históricos, os sítios arqueológicos, e os padrões comportamentais das populações como o folclore, o vestuário e a comida.

Lickorisk e Jenkins (2000) complementam o conceito de Holder e descreve o meio ambiente como:

[...] o meio ambiente físico, o qual é formado por componentes naturais e construídos. O ambiente natural é aquele que provém da natureza-clima e temperatura, água, topografia e solos, flora e fauna etc. e o meio ambiente construído o qual é fabricado pelos homens, principalmente todos os tipos de construções e estruturas. Entretanto, deve-se entender que em uma análise ambiental mais abrangente os fatores sócio-culturais e econômicos do meio ambiente são apresentados em conjunto, e de fato, é difícil e indesejável tentar separar os componentes físicos e sócio-econômicos do meio ambiente (LICKORISK e JENKINS, 2000, p.117).

Diante dessas conceituações, pode-se expor que meio ambiente é composto por todos os aspectos que estão no entorno da atividade que se desenvolve. Dessa forma, não só o lado natural se constitui em meio ambiente, mas também o lado cultural, social e econômico.

No entender de Acerenza (2000), a inter-relação do turismo com o meio ambiente é inquestionável, notadamente quando se tem em uma determinada região um intenso desenvolvimento da atividade turística. Isso porque o meio ambiente constitui o local e a matéria-prima a serem consumidos pelos turistas, o que evidencia que a localidade turística fica susceptível a impactos.

De acordo com Beni (2000), os impactos do turismo ao meio ambiente podem ser tanto positivos como negativos, e atingem quatro esferas: econômica, cultural, social e ambiental.

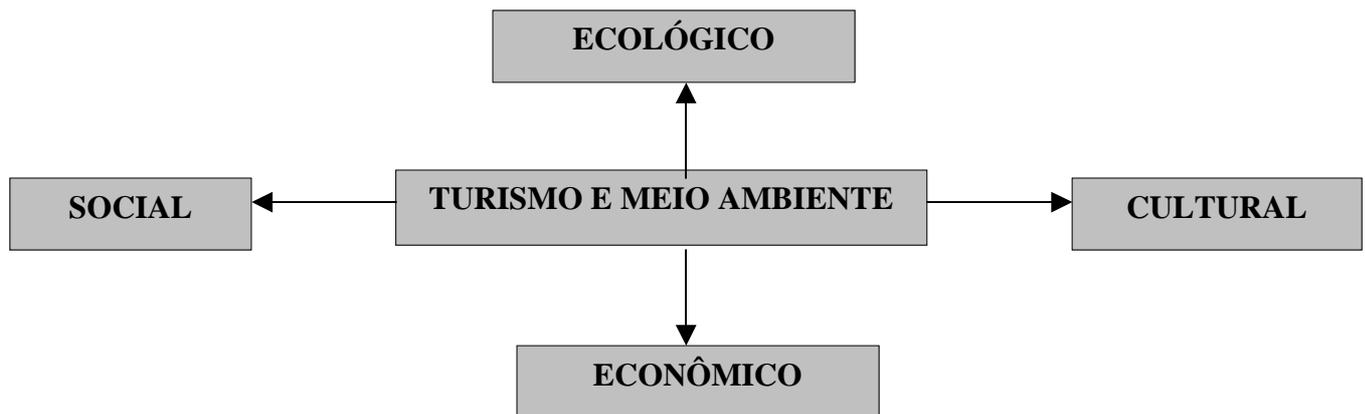


Figura 1 - Impactos do turismo no meio ambiente.

Fonte: Elaboração Própria.

5.6.1 Impactos econômicos

Os impactos econômicos do turismo, em regra, são positivos. Todavia, há de se reconhecer que o desenvolvimento da atividade também acarreta impactos negativos. De modo geral, os agentes que abordam o fenômeno do turismo, como um fator subalterno, não enxergam os benefícios gerados pela atividade.

Impactos econômicos positivos

Dentre os impactos ocasionados pelo desenvolvimento da atividade turística em uma determinada localidade, sem dúvida alguma, o que concebe uma maior simpatia entre os gestores de políticas e entidades governamentais, são os impactos econômicos.

Muitos são os impactos assinalados pelos pesquisadores por meio do desenvolvimento da atividade turística. Quando bem planejada e desenvolvida, eles são notórios, o que faz cooperar para impulsionar o dinamismo e o desenvolvimento local. Na essência, o turismo possibilita melhorar o balanço de pagamentos, gerar renda e emprego, melhorar na arrecadação fiscal, enfim, engendrar toda a economia devido ao potencial do multiplicador turístico.

- O papel do turismo no Balanço de Pagamentos

O balanço de pagamentos de um país reflete, em um determinado período, um conjunto de contas que representam o negócio do país com relação ao resto do mundo. Segundo Acerenza (2000), o turismo por ser considerado um setor exportador e representa uma oportunidade de obter, de maneira rápida, as divisas necessárias que ajudam a equilibrar a balança nacional de pagamentos. O papel do turismo na balança de pagamentos de um país, em regra, costuma ser expresso em termos de entrada gerada pelos visitantes internacionais e em termos de saída, expresso pelos gastos realizados pelos residentes no exterior.

Entretanto, os efeitos do turismo no balanço de pagamentos não se restringem somente às entradas de divisas pelos não residentes no país. De acordo com Sancho (2001), a contribuição do turismo vai muito além, tendo em vista que o turismo igualmente reflete todas as transações econômicas realizadas entre os residentes de um país com os demais.

Dessa forma, os efeitos do turismo na Balança de Pagamentos podem ser medidos pela dimensão do fluxo dentro do próprio país e o fluxo turístico do residente no exterior. Mathieson e Wall *apud* Sancho (2001) dividem os efeitos da atividade turística no Balanço de Pagamentos em três efeitos básicos: o primário, o secundário e o terciário.

Os efeitos primários referem-se aos gastos efetivados pelos turistas internacionais em um país e aos gastos realizados pelos nacionais deste país no exterior. Inclui-se nessa categoria os fluxos de dinheiro recebido pelos estabelecimentos turísticos, considerados de primeira linha (hotéis, restaurantes, táxi, ônibus etc.), diretamente dos visitantes.

Os efeitos secundários são produzidos pelos gastos turísticos na medida em que estes se filtram na economia local. Podem ser classificados em diretos, indiretos e induzidos. Os diretos são os gastos realizados em importações para prover os estabelecimentos turísticos de primeira linha, comissões pagas aos agentes, juros e dividendos entre outros. Os indiretos são entradas obtidas pelos estabelecimentos de primeira linha que serão gastas em outros provedores e serviços locais. Os induzidos são gerados durante as rodadas de gastos direto e indireto, onde parte da renda obtida vai para as mãos da população local, como salários, dividendos e lucros.

Os efeitos terciários são provenientes dos fluxos monetários que se iniciaram diretamente pelos gastos turísticos, mas que estão de alguma maneira, relacionados com a atividade turística, como por exemplo, as importações de malas para viagens.

Apesar de o turismo gerar os efeitos secundários e terciários demonstrando os efeitos reais da atividade no Balanço de Pagamentos, eles ainda não são contabilizados devido sua difícil identificação.

Até a data de hoje, a contribuição do turismo para a balança de pagamentos tem sido avaliada, principalmente, com respeito aos efeitos primários. É necessária uma análise mais ampla que permita valorizar os efeitos produzidos pelos fluxos monetários turísticos em longo prazo de toda sua circulação por meio da economia local (SANCHO, 2001 p. 204).

- Contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto (PIB)

O significado dos gastos turísticos na economia de um país pode ser avaliado por meio de sua contribuição ao PIB. O efeito do turismo sobre a renda nacional, no entender de Acerenza (2000), se manifesta por meio da contribuição ao produto interno, da redistribuição de renda e do efeito multiplicador.

a) Através de sua contribuição para o aumento do produto interno.

O turismo coopera para o acréscimo do produto interno, devido ao fato de que o gasto realizado pelos turistas faz com que gere salários e outras remunerações nos fatores de produção. Assim, quando os hotéis e restaurantes adquirirem produtos alimentícios e outras mercadorias dos fornecedores, suscitam com essas compras uma contribuição para o aumento de renda nacional. Se esses fornecedores comprarem esses mesmos produtos dos agricultores nacionais, ocorrerá uma criação de renda no setor agrícola, o que beneficiará a economia também a aumentar o produto interno.

b) Melhora da redistribuição de renda.

Além de ajudar a fomentar o produto interno, o turismo contribui do mesmo modo na redistribuição da renda. Pelo lado social, o turismo auxilia na redistribuição da renda entre as distintas camadas da população, e pelo lado espacial, a renda se dissemina ao longo

do território nacional. Contudo esse atributo é mais particular no desenvolvimento do turismo interno, isto é, aquele tipo de turismo realizado dentro da fronteira do próprio país.

Tal fato ocorre devido aos deslocamentos ocasionados pelos turistas, para realizar o consumo do produto turístico. Uma vez ocorrido o deslocamento, o gasto do turista, na região, faz com que distintos setores da economia ligados à atividade turística local, se beneficie, assim como, um grande número de pessoas da região na qual se situa a atratividade turística.

- Por meio dos efeitos multiplicadores resultantes dos gastos dos turistas.

De acordo com Acerenza (2000), a relação existente entre a injeção de dinheiro inicial que se produz em uma determinada localidade turística e a subsequente geração de renda, como conseqüência dos efeitos diretos e secundários na economia, denomina-se de efeito multiplicador.

O multiplicador do turismo é derivado do multiplicador de investimentos de Keynes, portanto, cabe ressaltar que embora o desenvolvimento da atividade turística ocasione esse efeito, ele também é encontrado em outros setores econômicos.

Na prática, o efeito multiplicador do Turismo não é mais que uma modificação do multiplicador Keynesiano, apresentado na década de 30. Portanto, não se trata de um efeito exclusivo do Turismo, pois se apresenta também em outras atividades que têm transcendência econômica (BENI, 2000, p. 269).

A Figura 2 ilustra como acontece o efeito multiplicador da atividade turística.

O dinheiro injetado inicialmente na economia, por meio dos gastos turísticos, é gasto em seguida pelas empresas que embolsaram, assim como pelo governo e pela renda familiar gerada. Uma parte destes gastos é designada às importações necessárias para satisfazerem os turistas, sendo considerado como uma fuga de capital. O restante se destina à compra de bens e serviços locais, para salários, dividendos, juros e impostos governamentais.

Dessa forma, o dinheiro flui das empresas turísticas para as outras empresas locais, que o utilizam para importações, compras de bens e serviços locais, e assim continuamente, o que faz surgir os gastos secundários, terciários e um efeito multiplicador do turismo na economia, que ao total, segundo a EMBRATUR (2003), relaciona com 52 setores da economia.

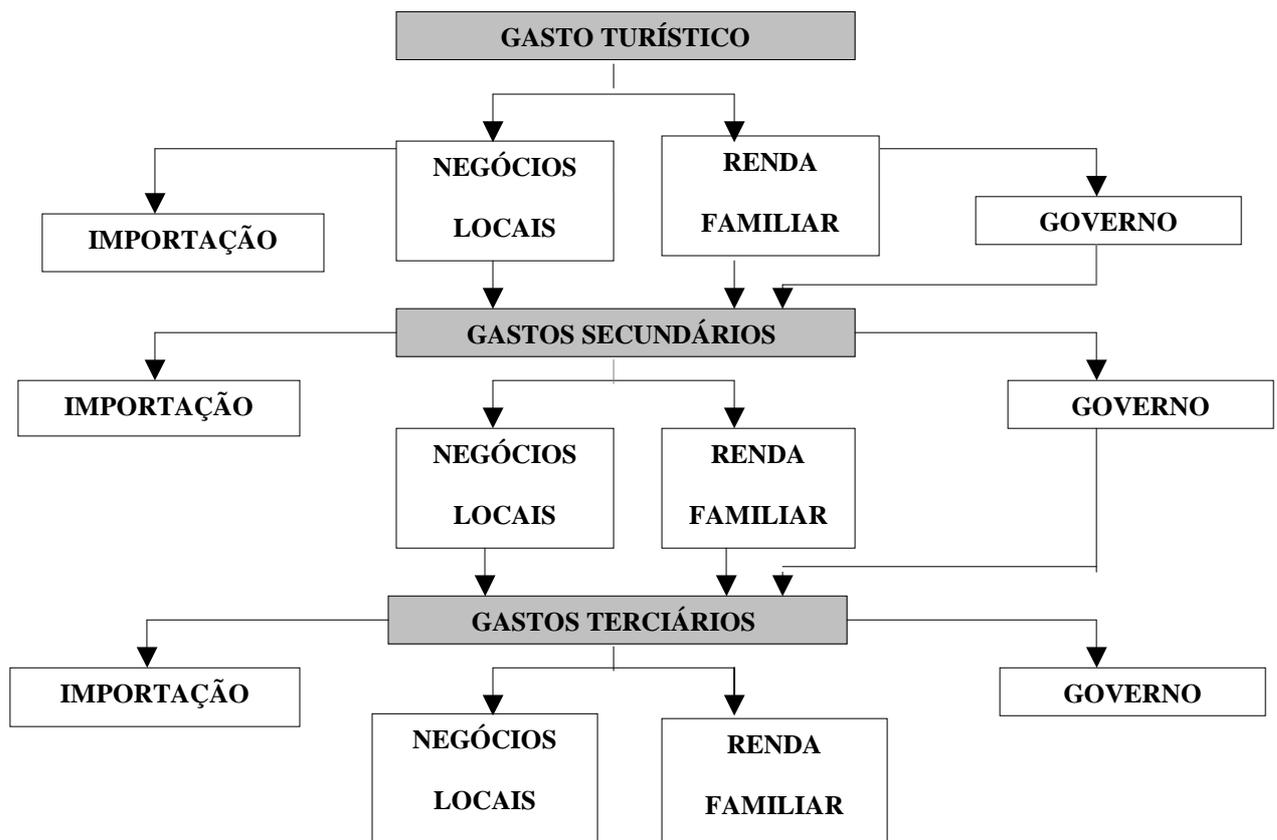


Figura 2 - Multiplicador turístico

Fonte: ELETCHER *apud* SANCHO (2001).

- Geração de emprego

Pelo fato do turismo se encaixar na dinâmica do terceiro setor da economia e por ter uma grande inter-relação com os demais, como bem frisou Cerqueira (2002), o seu desenvolvimento exige, em contrapartida, uma grande necessidade de capital humano.

Para Ruschmann (2001), os empregos gerados na economia advindo do desenvolvimento turístico podem ser diretos, indiretos e induzidos.

a) Emprego direto

Esses são os empregos gerados no setor turístico, decorrentes dos gastos nos setores de primeira linha como os hotéis, os táxis e os restaurantes.

b) Emprego indireto

O emprego indireto ocorre também no setor turístico, entretanto, não como resultado direto dos gastos dos turistas.

c) Emprego induzido

Esses empregos geram-se na comunidade, onde o turismo é praticado, mas como resultado dos gastos dos moradores com a renda procedente da atividade.

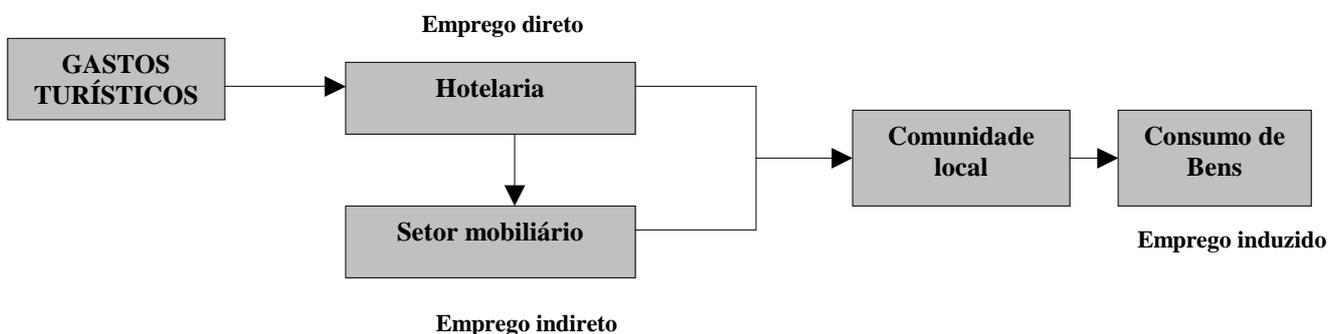


Figura 3 - Diagrama de empregos do turismo

Fonte: CUNHA (1997).

Sancho (2001) observa que não obstante o turismo seja considerado uma “indústria” caracterizada por suscitar uma grande quantidade de emprego, há muito tempo a atividade se destacou por gerar postos de trabalho sem se importar com a qualificação profissional. Esse fato ocorria devido às oportunidades da atividade turística em geral, tratar de emprego de tempo parcial, muitas vezes sem a exigência de uma maior qualificação profissional.

No entanto, observa-se que nos dias atuais, cada vez mais o mercado turístico exige a qualificação profissional, adquirida nas faculdades e nos cursos profissionalizantes, devido às exigências dos turistas, quanto ao atendimento.

[...] essa situação está mudando e, cada vez mais, se exige especialização e formação do pessoal para o trabalho, para que possa oferecer qualidade verdadeira do serviço turístico, que começa pela qualidade na formação do pessoal empregado e a existência de profissionais verdadeiros no setor (SANCHO, 2001, p. 206).

- Aumento das receitas tributárias

O turismo, como qualquer atividade, colabora para o aumento da arrecadação tributária, como já se observou por meio dos dados da Organização Mundial do Turismo (OMT). No entanto, a atividade se distingue das demais, no sentido de que seu desenvolvimento impacta em mais de 52 setores da economia, segundo a EMBRATUR (2003), o que faz gerar na arrecadação fiscal, um grande efeito multiplicador. Essa arrecadação tem em sua essência, os impostos considerados diretos e os indiretos, na qual todos os complexos de empresas interligadas com o setor, as pessoas que estão envolvidas na atividade, bem como os turistas, são agentes contribuidores para o governo.

Impactos econômicos negativos

Ainda que o desenvolvimento do turismo em uma localidade engendre toda a economia de maneira positiva, quando mal planejado, pode prejudicar o desenvolvimento local. Em geral, os impactos negativos do turismo centram-se na pressão inflacionária, na dependência em relação ao turismo, no custo de oportunidade e nas distorções na economia local.

- Pressão inflacionária

A pressão inflacionária é um dos aspectos negativos mais marcantes do fenômeno do turismo. Comumente, o local onde se realiza a atividade, em períodos sazonais, ocorre um aumento na renda local que advém dos gastos dos turistas, o que faz gerar uma pressão nos níveis gerais de preços, na economia.

Lage e Milone (2001) afirmam que essa pressão inflacionária “[...] é prejudicial às populações das regiões turísticas, porque a alta dos preços, no geral, atinge também os bens e serviços de primeira necessidade, como alimentação, habitação, transporte, vestuário etc” (LAGE e MILONE, 2001, p. 134).

- Dependência com relação ao turismo

Em muitas regiões a atividade turística é o principal vetor de crescimento e de desenvolvimento econômico. Isso torna a economia local muito vulnerável, já que estão sujeitos a fatores endógenos e exógenos que podem influenciar a demanda turística. Lage e Milone, 2001, diz:

Sabemos que a queda da demanda turística, qualquer que seja sua causa, irá provocar uma retração no nível de atividade econômica e, conseqüentemente, aumentar o desemprego nas regiões turísticas. E a magnitude e a extensão dessas crises dependerão diretamente do grau de dependência que essas regiões tenham com o turismo (LAGE e MILONE, 2001, p.135).

- Custo de oportunidade

Para Sancho (2001), ao considerar que as localidades dispõem de recursos escassos, o fato de aplicá-los nas atividades turísticas, no lugar de projetos alternativos, surge o custo de oportunidades que devem ser avaliados. Assim, cria-se também no empreendimento turístico, uma necessidade de valorizar os benefícios econômicos da utilização dos recursos escassos da localidade a ser implementado, comparando-os com os benefícios que poderiam ser obtidos em outras atividades, ou até mesmo, o não consumo dos recursos existentes.

- Distorções na economia local

De acordo com Sancho (2001), em contraposição aos aspectos positivos, a atividade turística pode prejudicar o desenvolvimento de outros setores econômicos, ou até mesmo, outras regiões do país, que não tenham as mesmas vantagens comparativas para competir.

No entender do autor, quando o desenvolvimento do turismo se polariza, isso pode atrair capital humano, investimentos e recursos de outras regiões, fazendo com que ocorra uma distorção na economia local, ao tornarem outras localidades marginalizadas do processo de desenvolvimento.²² De forma geral, o Quadro 5 apresenta os impactos econômicos positivos e negativos provenientes da atividade turística.

²² Característica semelhante aos efeitos da teoria de polarização de Perroux (1955), Myrdal (1957), e Hirschmann (1961).

POSITIVOS	NEGATIVOS
-Balanço de pagamento -Geração de renda -Geração de emprego -Efeito multiplicador - Arrecadação fiscal -Aumento da distribuição de renda -Diversificação da economia -Desenvolvimento regional	-Pressão inflacionária -Custo de oportunidade -Dependência econômica -Distorções na economia local

Quadro 5 - Impactos econômicos da atividade turística

Fonte: Elaboração Própria.

5.6.2 Impactos sócio-culturais

Uma das principais especificidades que difere a atividade turística das demais é pelo fato do turismo ser um produto, cuja produção ocorre em um processo concomitante ao consumo. Dessa forma, é inevitável durante uma viagem turística, por qualquer que seja o motivo, os visitantes não entrarem em contato com a população anfitriã. Diante desse contato, certamente surgirão alguns impactos sócio-culturais que podem de tal modo, como os impactos econômicos, serem positivos ou negativos.

Enquanto o impacto econômico do turismo enfoca-se, tradicionalmente, do ponto de vista dos lucros que apresenta, sob o enfoque positivo, os impactos sócio-culturais costumam ser analisados por seu lado negativo. No entanto, há de se considerar que o turismo pode contribuir para os efeitos positivos ao promover contato entre comunidades diferentes.

Impactos sócio-culturais positivos

Em virtude da estreita inter-relação entre os impactos sociais e culturais, para a maioria dos autores torna-se difícil discernir sobre cada um deles. Em geral, no entender de Ruschmann (2001), Sancho (2001) e Goeldner (2002), os impactos positivos sócio-culturais do desenvolvimento do turismo contribuem para:

- Melhorias das condições sanitárias, serviços públicos (iluminação, coleta de lixo, segurança), nas comunicações, e nas novas filiais financeiras;
- Recuperação e conservação de valores culturais, já que, o valor cultural em algumas vezes é o principal atrativo turístico de uma comunidade. Dessa forma, o turismo corrobora para a preservação e reabilitação de monumentos, edifícios, lugares históricos, costumes locais como artesanatos, folclore, gastronomias, festivais, entre outros;
- Em muitas localidades, o emprego que se gera, decorrente da atividade turística, permite uma maior mobilidade na escala social, em comunidades muito hierarquizadas;
- O turismo possibilita o contato e o intercâmbio entre diferentes culturas, com a população autóctone;
- A atividade turística, ao dar novas oportunidades econômicas e sociais, ajuda a abrandar as desigualdades sociais e a criminalidade.

Impactos sócio-culturais negativos

De acordo com Ruschmann (2001), Sancho (2001) e Goeldner (2002), os principais impactos negativos do turismo são:

- Descaracterização da cultura da comunidade, já que, a cultura dos turistas muitas vezes é percebida pelos nativos como superior, sobretudo devido a melhor condição de vida que apresentam. Isto pode até suscitar em adaptações de uma cultura com a outra;

- Um aumento da população, o que pode gerar até em uma superpopulação, e, portanto, maiores possibilidades de delinquências e congestionamentos viários;
- O estereótipo negativo, com o contato direto entre moradores e turistas, o que pode aumentar a concorrência no comércio e introdução de doença, sobretudo, via relação sexual;
- Transformação na estrutura de empregos e na economia, o que pode acrescer a desigualdade social, conflitos, tensão e perdas de linguagem;
- Destruição do patrimônio histórico, especialmente em virtude da circulação excessiva de veículos e das ações depredatórias dos próprios turistas;
- Descaracterização do artesanato, pois a produção desses muitas vezes volta-se para atender os turistas, como forma de lembranças.

De modo geral, os impactos sócio-culturais, tanto positivos como negativos advindo do desenvolvimento da atividade turística podem ser visualizados no Quadro 06.

POSITIVOS	NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> -Melhoria na infra-estrutura básica -Revitalização da cultura e dos valores locais -Melhora da mobilidade da escala social -Intercambio cultural -Aumento das oportunidades sociais -Diminuição das desigualdades sociais -Conservação de patrimônios -Renovação da identidade cultural 	<ul style="list-style-type: none"> -Perda de autenticidade da comunidade receptora -Influência na cultura local -Aumento das desigualdades sociais -Aumento dos problemas que se relacionam com drogas, crimes e prostituição (turismo sexual) -Estereótipo negativo -Destruição do patrimônio histórico e cultural -Descaracterização do artesanato local

Quadro 6 - Impactos sócio-culturais da atividade turística

Fonte: Elaboração Própria.

5.6.3 Impactos ambientais naturais

Conforme lembrou Acerenza (2001), qualquer forma de empreendimento acarreta impactos sobre o ambiente físico, no qual ele acontece. No caso da atividade turística, como os turistas têm de visitar o local de produção para que possam consumir o produto turístico, é inevitável que seu desenvolvimento não esteja associado a impactos ambientais. Todavia, o fazer turismo sob o prisma do desenvolvimento regional endógeno alia os atrativos naturais de forma a mitigá-los.

Impactos ambientais naturais positivos

Apesar do desenvolvimento do turismo estar estreitamente ligado ao ambiente, seja ele físico ou natural, a atividade pode suscitar alguns impactos ambientais benéficos para a comunidade local. Cooper (2001) diz:

Não é possível desenvolver o turismo sem que ocorram impactos ambientais, mas é possível, com o planejamento correto, gerenciar o desenvolvimento turístico com o objetivo de minimizar os impactos negativos ao mesmo tempo em que se estimulam os impactos positivos (COOPER, 2001, p. 184).

No entender de Ruschmann (2001) e Cooper (2001), os impactos positivos do turismo sob o enfoque ambiental podem ser:

- Preservação e restauração de parques;
- Criação de parques nacionais e parques de vida selvagem;
- Proteção de recifes, lagoas, cachoeiras, praias entre outros;
- Manutenção da fauna e da flora.

Impactos ambientais naturais negativos

Os impactos ambientais negativos causados pelo turismo têm sido tema de debate para muitos pesquisadores. Em parte, os impactos que advém do turismo deve-se à falta de conscientização dos agentes econômicos, que ao analisar a atividade pelo enfoque econômico, buscam obter lucros em curto prazo sem se preocuparem com o aspecto ambiental.

De acordo com Ruschmann (2001) e Cooper (2001), os impactos ambientais negativos são:

a) Poluição sonora, visual e ambiental.

- Contaminação de mananciais, rios, lagoas, praias, entre outros;
- Acumulação de lixo nas margens dos caminhos, trilhas, lagos, montanhas, rios entre outros;
- Alteração de temperatura em localidade sensível, tais como cavernas e grutas;
- Desmatamentos e descaracterização do entorno natural.

5.7 Turismo e desenvolvimento endógeno

Em face dos impactos macroeconômicos que a atividade turística pode trazer para as comunidades anfitriãs, além de corroborar, quando bem planejado, para conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, pode-se dizer que o turismo se qualifica como um setor importante dentro de um mecanismo possível de desenvolvimento regional endógeno.

Ablas *apud* Andrade (1996) diz:

Há indicações, portanto, de que a atividade turística possui um claro potencial para a promoção do desenvolvimento regional, principalmente ao se considerar que os efeitos positivos sobre a estrutura produtiva regional ocorrem a prazos mais longos, através da

criação de um ambiente propício à implantação de outros tipos de atividades (ANDRADE, 1996, p. 56).

No propósito de desenvolvimento regional de “baixo para cima” de Sthor e Taylor (1981), o turismo constitui um fator de desenvolvimento, por utilizar de forma intensiva a mão-de-obra, projetos pequenos e medianos, capazes da tecnologia aproveitar plenamente dos recursos humanos, naturais e institucionais de uma determinada região. Para a atividade turística levar o desenvolvimento de “baixo para cima”, tem que se ter uma organização territorial e o turismo ser uma motivação endógena, isto é, a formulação do conceito de desenvolvimento deve sair da própria comunidade e não por intermédio de outras, com maior nível de desenvolvimento.

Na teoria de Boisier (1989), o turismo pode ser uma alternativa endógena desde que a atividade se enquadre dentro de uma dinâmica de organização social, onde a participação da própria comunidade no planejamento regional tenha um papel fundamental. A região precisa ter uma autonomia em relação aos governantes e empresários e a atividade turística deve criar um ambiente econômico e social, para gerar uma capacidade regional de reter o excedente econômico, preservar o meio ambiente e melhorar os indicadores sociais.

Na concepção de Amaral filho (1996), o turismo é a atividade que mais se aproxima do desenvolvimento endógeno por utilizar vários elementos para o desenvolvimento local/regional, como grande utilização de pequenas e médias empresas que não exaurem e poluem o meio ambiente e o grande multiplicador da renda local. No entanto, o desenvolvimento endógeno, por meio do turismo, depende do *paradigma societal* gerado no seio da formação social local/regional, isto é, a atividade tem que ter um caráter autocontido com motivações endógenas. Deve-se executar políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas, visando sempre o desenvolvimento originalmente local, de forma que o turismo gere um processo interno contínuo de agregação de valor, bem como a capacidade de reter os excedentes econômicos gerados na região.

6 O TURISMO NA REGIÃO DA AMUSEP

O capítulo inicia-se com uma avaliação e hierarquização dos municípios, conforme as potencialidades turísticas, de acordo com a metodologia proposta pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e a seguir realizam-se três estudos de casos, no município de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello, os quais receberam maiores índices de atratividades (IA), entre os municípios da Amusep, com baixo IDR.

6.1 Avaliação e hierarquização dos municípios conforme as potencialidades turísticas

Antes de dar início a essa parte, faz-se necessário redigir algumas considerações. A avaliação e a hierarquização dos municípios da Amusep objetiva ordenar e delimitar os municípios cujo Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) indicou ser sem dinâmica, ou seja, $IDR < 0,050$ e saber se os mesmos são capazes de atrair demanda turística internacional, nacional, estadual, regional ou local. Como visto no capítulo 2, os municípios com baixo IDR são aqueles que não apresentam capacidades de gerar e reter excedentes econômicos, necessários para o crescimento e desenvolvimento econômico e que possivelmente deparam-se com menores perspectivas econômicas.

A escolha desses municípios deve-se por eles não se beneficiarem do espraiamento do pólo de forma a atenuar as desigualdades regionais²³, e o turismo dentro, do propósito da teoria de desenvolvimento regional endógeno de Sthor e Taylor (1981), Boisier (1989) e Amaral Filho (1996), poderia ter uma maior contribuição de geração de renda e emprego do que para os municípios que alcançaram um IDR alto, caracterizando-os como

²³ Ver Capítulo 4.

dinâmicos. Na Tabela 7 apresenta-se os municípios que serão avaliados e hierarquizados conforme as potencialidades turísticas.

Tabela 7 - Municípios que serão avaliados e hierarquizados conforme as potencialidades turísticas.

MUNICÍPIO	IDR(2004)	MUNICÍPIO	IDR(2004)
Santa Inês	0,005	Iguaraçu	0,027
Uniflor	0,005	Doutor Camargo	0,029
Flórida	0,007	Santo Inácio	0,031
Ângulo	0,014	Ourizona	0,031
Itaguajé	0,014	Floresta	0,034
Nossa Senhora das Graças	0,015	Floraí	0,036
Atalaia	0,018	Lobato	0,046
Munhoz de Melo	0,018	Santa Fé	0,047
Presidente Castelo Branco	0,019	Itambé	0,048
Ivatuba	0,022		

Fonte: Elaboração própria.

6.2 Resultados

Por meio da metodologia proposta chega-se a um resultado que permite distribuir os municípios conforme o grau de atratividade turística. De acordo com a Tabela 8, pode-se observar que dos 19 municípios que foram objetos de análise, 58 % apresentaram uma hierarquia de grau I, ou seja, um Índice de Atratividade (IA) entre 1,00 a 1,75. Esses são os municípios com potencialidades turísticas capazes de instigar correntes locais e regionais. Os municípios que não atingiram uma pontuação satisfatória para adentrar em uma das hierarquias foram 8. Esses são os municípios que dificilmente conseguirão atrair demanda turística e se beneficiar dos efeitos positivos do turismo, para impulsionar o desenvolvimento local.

Cabe salientar que todos os municípios, em análise, receberam pontuação máxima no quesito acesso por meio de transporte rodoviário (3,0); em relação aos equipamentos e serviços turísticos só pontuaram os municípios de Iguaraçu (1,4) e Santa Fé (1,0), devido à presença de parques aquáticos, balneários e hotéis rurais; no que concerne o

somatório das potencialidades turísticas, apenas oito municípios conseguiram pontuações, com destaque para Santo Inácio (2,0) Itaguajé (1,6) e Munhoz de Mello (1,6); e no item vontade política, outra vez a ênfase foi para os municípios de Santo Inácio (2,0), Itaguajé (2,0) e Munhoz de Mello (1,6) que atingiram as maiores pontuações.²⁴

Diante do cálculo do (IA) pode-se afirmar que grande parte dos municípios com IDR aquém de 0,050 não tem aptidão de ter o turismo como uma alternativa de desenvolvimento local. Pelo lado da demanda turística, tal fato se ratifica, pois cerca de 40% desses municípios não conseguiram atingir a pontuação mínima para atrair nem mesmo uma demanda local; e pelo lado da oferta turística, cerca de 60% dos municípios receberam somente pontuações mínimas nas potencialidades turísticas e menos de 10% auferiram pontuações em equipamentos e serviços turísticos.

Tabela 8 - Hierarquia dos municípios conforme Índice de Atratividade (IA)

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE ATRATIVIDADE (IA)
Santo Inácio	1,70
Itaguajé	1,50
Munhoz de Mello	1,42
Iguaraçu	1,32
Floraí	1,28
Santa Fé	1,28
Lobato	1,18
Ivatuba	1,14
Floresta	1,12
Santa Inês	1,10
Ourizona	1,04
Presidente Castelo Branco	0,92
Doutor Camargo	0,92
Uniflor	0,88
Flórida	0,88
Atalaia	0,88
Itambé	0,88
Ângulo	0,84
Nossa Senhora das Graças	0,84

Fonte: Elaboração própria.

²⁴ Ver os resultados da avaliação dos demais municípios no Apêndice D.

6.3 Município de Santo Inácio-PR

6.3.1 Caracterização do município

- Histórico

O território onde está situado o município de Santo Inácio apresentou, no século XVII, a mais respeitável redução jesuítica pertencente à província Paraguai de Guayra. Por muito tempo esta civilização alastrou-se nessa região, que era conhecida como Santo Inácio Mini, até que foi abandonada quando houve a guerra entre os portugueses e os espanhóis, a qual impossibilitou a catequização dos jesuítas.

Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto, que se encontravam à frente do poderoso exército, marcharam até o caminho de Peabirú com o desígnio de caçar índios para venderem como escravos. O conhecimento desse fato fez com que os jesuítas buscassem outros lugares para colonizar, e em pouco tempo, houve um êxodo total, o que fez chegar ao fim de Santo Inácio Mini. Da localidade restou apenas vestígios arqueológicos.

Essa região só foi movimentada outra vez a partir do primeiro quartel do século XX. Em 1924, o Dr. Manuel Firmino de Almeida compra a gleba de cinquenta mil alqueires às margens do rio Paranapanema e funda o Distrito Redução de Santo Inácio que fica subordinado ao município de Jaguapitã. No dia 14 de novembro de 1951, o distrito da Redução de Santo Inácio Mini se emancipa e se torna município de Santo Inácio.²⁵

- Aspectos físicos, demográficos e geográficos.

O município de Santo Inácio situa-se no noroeste do Paraná, a 510 km de Curitiba, a capital do estado, e segundo o IPARDES (2006), pertence à Mesoregião Norte

²⁵ AMUSEP (2006).

Central. Integra a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense junto com mais vinte e nove municípios.

Possui uma área de 259,754 Km² e sua posição geográfica está determinada pelas coordenadas Latitude Sul 23°43' e Longitude Oeste 51°45'.

O clima classifica-se como subtropical mesotérmico úmido, com verões quentes e com geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22° C e a dos meses mais frios é inferior a 18° C.

O município de Santo Inácio está a uma altitude de 410m do nível do mar. Os limítrofes do município são Cafeara, Colorado, Lupionópolis, Nossa Senhora das Graças, Santa Inês e Estado de São Paulo.

De acordo com o IBGE (Censo Demográfico 2000), Santo Inácio possui 5.188 habitantes. Desses, 3.960 residem na área urbana e 1.288, na área rural. A taxa de crescimento anual total é de 0,62%.

- Economia

A economia do município de Santo Inácio tem como principais meios de sustentação os setores de indústria, serviços e o agropecuário. O setor de serviços é o que gera o maior valor agregado no município, com aproximadamente 61%, a seguir do setor agropecuário com 28% e do setor industrial com 11%.

Os principais produtos agrosilvopastoris são os bovinos, o algodão e a cana-de-açúcar. As indústrias que predominam no município de Santo Inácio são de produtos alimentares, madeiras, metalurgia e mobiliário.

A quantidade de estabelecimentos sujeitos à cobrança de ICMS no município, é baixa. O número de indústrias existentes são 17, de comércio varejista 55, de comércio atacadista 1 e de serviços 20.

Tabela 9 - Quantidade de estabelecimento sujeito ao recolhimento de ICMS no município de Santo Inácio-PR

SETOR	Estabelecimento	Participação na AMUSEP
Indústria	17	0,01
Comércio Varejista	55	0,01
Comércio Atacadista	1	0,00
Serviços	20	0,01

Fonte: AMUSEP, 2006.

6.3.2 Potencialidades no município de Santo Inácio-PR²⁶

O município de Santo Inácio apresenta potencialidades turísticas que lhe permite atingir a maior pontuação no fator valor intrínseco do somatório das potencialidades: (1,7) no cálculo do Índice de Atratividade (IA). De acordo com o inventário turístico da Pró-Amusep (2005) e com a pesquisa de campo, as principais potencialidades turísticas naturais que Santo Inácio oferece são:

Hidrografia

a) Rio Paranapanema.

O Rio Paranapanema localiza-se na divisa com o estado de São Paulo, aproximadamente a 2 Km do centro da cidade. O rio tem fácil acesso, tanto pela via rural como pela via asfalto. Em algumas áreas circunvizinhas ao rio encontram-se áreas com mata ciliar preservada e reflorestada. Os equipamentos e serviços turísticos ainda são incipientes, sendo que alguns lugares apresentam trapiches e marinas.

²⁶ A classificação das potencialidades segue a metodologia recomendada por BENI (2000).

b) Rio Santo Inácio.

O Rio Santo Inácio localiza-se aproximadamente a 2 Km do centro da cidade. O rio tem fácil meio de acesso, tanto por via rural como por via asfalto. Em algumas áreas circunvizinhas ao rio encontra-se mata ciliar preservada e reflorestada. Os equipamentos e serviços turísticos ainda são incipientes, sendo que alguns lugares apresentam estrada de chão que dão acesso à beira do rio e lugares para acampar.

c) Lago Fluvial Represa da Hidrelétrica de Taquaruçu

O lago localiza-se na divisa com o estado de São Paulo, aproximadamente a 2 km do centro, sendo de fácil acesso, tanto pela via rural como pela via asfalto. Nas áreas ao redor do lago encontra-se mata ciliar preservada e reflorestada. Ainda não existe equipamentos e serviços turísticos.

Com relação às potencialidades histórico-culturais, Santo Inácio oferece dois sítios arqueológicos, o sítio Ruínas da Redução Jesuítica de Santo Inácio Mini, o qual foi tombada pelo Estado e o sítio Ápio 1.

Sítio histórico

a) Sítio Arqueológico: Ruínas da Redução Jesuítica de Santo Inácio Mini.

O sítio localiza-se aproximadamente a 10 km do centro. O responsável pela manutenção e preservação do sítio é a prefeitura de Santo Inácio. Não existe um horário estipulado para a visitação, e a entrada é gratuita para se ter acesso às ruínas. O sítio foi tombado pelo estado, e atualmente encontra-se em estado precário de preservação, sendo inexistente qualquer tipo de infra-estrutura turística

b) Sítio Ápio 1.

O sítio localiza-se aproximadamente a 10 km do centro, sendo de uma propriedade particular. Não existe um horário estipulado para a visitação e nem se cobra

ingresso para se ter acesso às ruínas de tradição tupiguarani. Atualmente, encontra-se em estado precário de conservação, com o uso do terreno para plantio, sendo inexistente qualquer tipo de infra-estrutura turística.

O município de Santo Inácio ainda apresenta outras potencialidades locais que poderiam ser exploradas por meio da atividade turística. Entre essas se destacam um museu, a Festa da Padroeira, a Festa do Peão do Boiadeiro, a Festa do Porco na Lata, além de artesanato de bordados, de papel, e metal feito pela comunidade do município.

Outras potencialidades turísticas locais

a) Museu Histórico.

Atualmente, as peças e os documentos estão depositados em uma sala onde aguarda local apropriado para exposição. A maioria das peças são do Sítio Arqueológico Ruínas da Redução Jesuítica de Santo Inácio Mini. Ainda há peças históricas do ano de 1800 como materiais de guerra da época.

b) Festa do Padroeiro.

A Festa do Padroeiro é uma festa tradicional no município de Santo Inácio, que atrai pessoas de toda a região. Acontece todos os anos na praça da igreja matriz, no dia 31 de junho. A festa é promovida pelo pároco local.

c) Encontro Interestadual de Bandas e Fanfarras.

O encontro de bandas e fanfarras é uma festa tradicional no município, que atrai pessoas de toda a região. Acontece todos os anos na praça da igreja matriz, sempre na última semana de julho. O promotor do encontro é Valmir Coelho, diretor cultural de Santo Inácio.

c) Festa do Peão de Boiadeiro.

A Festa do Peão de Boiadeiro é uma festa tradicional, que atrai pessoas de toda a região. Acontece todos os anos no parque de rodeio, na primeira semana de setembro, sendo considerada o principal evento do município. O promotor é José Carlos Mariano.

d) Festa do Porco na Lata

A Festa do Porco na Lata ainda é recente no município e acontece no salão paroquial, sempre na primeira semana de setembro.

e) Bordado com lacres de alumínio (latinhas de alumínio)

O bordado com lacres de alumínio é uma atração no município. A produção cresce ano a ano e já vem sendo comercializada como lembranças para as pessoas que visitam o município. O grupo já comemorou dois anos, no dia 29 de novembro. Nessa data é realizada uma festa em comemoração ao artesanato. As promotoras são a Sras. Maria Clarice Santos Correio e Marlei Martins de Araújo Motta.

f) Artesanato em Jornal

O artesanato com jornal tornou uma atração no município e a comercialização dos produtos já é feita na comunidade, com a intenção de reservar um dia da semana (sábado), para ensinar aos pais das crianças locais. O grupo é o mesmo do bordado com lacres e alumínio.

Diante dessas potencialidades levantadas, somente o Rio Paranapanema, as Ruínas de Santo Inácio Mini, o Sítio Ápio 1 e a Festa do Peão de Boiadeiro foram lembradas pela iniciativa pública e privada, sociedade civil organizada e comunidade quando se realizou a entrevista. Isto demonstra uma fraqueza para o turismo, pois a própria população não conhece ou reconhece suas potencialidades, como uma possível exploração.

Potencialidades	Iniciativa Pública	Iniciativa Privada	Sociedade Civil Organizada	Comunidade
Rio Paranapanema	X	X	X	X
Rio Santo Inácio		X		
Lago Taquaraçu				
Ruínas de Santo Inácio Mini	X	X	X	X
Sítio Ápio 1	X	X	X	X
Museu Histórico	X			
Festa do Padroeiro				
Encontro Interestadual de Bandas e Fanfarras	X		X	
Festa do Peão de Boiadeiro	X	X	X	X
Festa do Porco na Lata	X			
Bordado com lacres de alumínio				
Artesanato em Jornal				

Quadro 7- Potencialidades turísticas lembradas pelos atores locais
 Fonte: Elaboração própria.

6.3.3 Equipamentos e serviços turísticos no município de Santo Inácio-PR²⁷

Os equipamentos e serviços turísticos, que dispõe o município de Santo Inácio, demonstram que a atividade turística ainda é explorada de forma incipiente e latente. Santo Inácio, no que se refere aos meios de hospedagens, possui um único hotel, onde os principais públicos-alvo são os viajantes de firmas. Existe uma pousada, que em sua maioria é composto por residências de moradores da própria localidade e algumas de pessoas dos municípios circunvizinhos que as utilizam, em regra, nos feriados para pescar no Rio Paranapanema. O setor de alimentação, do mesmo modo, é muito limitado, representado por pequenos empreendimentos como churrascarias em postos de combustíveis, lanchonetes e bares, serviços esses, que ainda são trabalhados de forma amadora, para atender os turistas. O setor de lazer e entretenimentos também não estimula a atração e a permanência de turistas no município. Esse setor apresenta-se, em sua essência praças e clubes particulares.

²⁷ A classificação dos equipamentos e serviços turísticos segue a metodologia recomendada por BENI (2000).

Meio de Hospedagem

a) Hotel JS

Localiza-se no centro da cidade, na Avenida Raposo Tavares. Atualmente recebe turistas de negócios.

b) Condomínio Pousada do Paranapanema

Esse condomínio localiza-se na BR 317 e conta com uma área de 71 alqueires. O condomínio dispõe de um restaurante, sanitários, pista para patinação, campo de futebol suíço, quadra de areia, uma trilha “ecológica” de 1.100 metros, praia artificial com local para banho, prática de esportes náuticos “jet-ski” e para pesca. O condomínio ainda dispõe de uma pista de MotoCross que atrai pilotos do Brasil inteiro, quando acontece o campeonato em Santo Inácio.

Alimentação

a) Churrascaria do Gaúcho

Localiza-se no trevo de Santo Inácio. Servem refeições diariamente e rodízio de carnes aos finais de semana.

b) Churrascaria Tremendão

Localiza-se na divisa com o estado de São Paulo, em um posto de combustível. Servem refeições diariamente e rodízio de carnes aos finais de semana.

c) Restaurante pousada do Paranapanema

Localiza-se na divisa com o estado de São Paulo, na Pousada do Paranapanema. Tem capacidade para 200 pessoas e funciona na alta temporada (verão e férias de julho), todos os dias e no restante do ano, apenas nos fins de semana.

d) Lanches Mamão com Mel

Localiza-se no centro da cidade, na Avenida Raposo Tavares.

Lazer e Entretenimento

a) Praça da Bandeira

b) Praça Ângelo Agostinho (praça matriz)

c) Tênis Clube Santo Inácio

O clube localiza-se no centro da cidade, na Avenida Raposo Tavares. Dispõe de serviços como restaurante, bar, lanchonete e sanitários. Oferece atividades de esporte e lazer, possui quadras esportivas, piscina, bilhares e tênis de mesa, ainda conta com área de lazer infantil (parque infantil)

d) Clube Municipal de Santo Inácio

Localiza-se na Rua Isaltina Neves Martins. Possui um salão de festas e quadras esportivas. Tem como responsável a Prefeitura Municipal de Santo Inácio.

Por meio da pesquisa de campo, pode-se dizer com exceção do Tênis Clube e do Clube de Santo Inácio, que todos os equipamentos e serviços turísticos levantados são adequados para atender uma potencial demanda turística local.

Equipamentos/ Serviços Turísticos	Adequado	Não Adequado
Hotel J.S	X	
Condomínio Pousada do Paranapanema	X	
Churrascaria do Gaúcho	X	
Churrascaria Tremendão	X	
Restaurante Pousada do Paranapanema	X	
Lanches Mamão com Mel	X	
Praça da Bandeira	X	
Praça Ângelo Agostinho	X	
Tênis Clube Santo Inácio		X
Clube Municipal de Santo Inácio		X

Quadro 8 - Equipamentos/ serviços turísticos possíveis de atender os turistas em Santo Inácio-PR
 Fonte: Elaboração própria.

6.3.4 Tipos de turismo no município de Santo Inácio-PR.

Por meio das potencialidades e dos equipamentos e serviços turísticos existentes no município de Santo Inácio, pode-se explorar alguns tipos de turismo considerados alternativos. Cabe lembrar que o turismo considerado alternativo apresenta características semelhantes que vai ao encontro da teoria de desenvolvimento regional endógeno.²⁸ Entre outros aspectos, utiliza alojamentos de pequena escala e das especificidades locais, sobretudo natural e cultural para desenvolver a atividade turística.

²⁸ Ver Capítulo V.

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS	TIPOS DE TURISMO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Rio Paranapanema ➤ Rio Santo Inácio ➤ Lago Fluvial Represa da Hidroelétrica de Taquaruçu ➤ Sítio Arqueológico Ruínas da Redução Jesuíticas de Santo Inácio Mini ➤ Sítio Arqueológico Ápio 1 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo Ecológico ➤ Turismo de Aventura
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sítio Arqueológico Ruínas da Redução Jesuíticas de Santo Inácio Mini ➤ Sítio Arqueológico Ápio1 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo de Rural ➤ Agroturismo
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sítio Arqueológico Ruínas da Redução Jesuíticas de Santo Inácio Mini ➤ Sítio Arqueológico Ápio 1 ➤ Museu Histórico 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo Cultural
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Festa do Peão de Boiadeiro ➤ Festa do Porco na Lata ➤ Festival de Bandas e Fanfarras ➤ Pista de Motocross na pousada Paranapanema ➤ Rio Paranapanema 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo de Eventos

Quadro 9 - Tipos de turismo a ser explorado no município de Santo Inácio-PR.
 Fonte: Elaboração própria.

6.3.5 A Percepção dos atores locais no município de Santo Inácio-PR

I) Iniciativa pública

As pessoas da iniciativa pública que responderam as questões, em sua maior parte, apresentam nível superior de escolaridade, fazem parte da sociedade civil organizada e dizem que existe uma boa relação entre o setor público, a iniciativa privada e a comunidade. Eles desconhecem as políticas públicas voltadas para fomentar e desenvolver o turismo, e em quase sua totalidade, não sabem quais são os tipos de turismo a serem explorados, de acordo com as potencialidades turísticas.

Os agentes da iniciativa pública, no município de Santo Inácio, entendem que o turismo pode contribuir como uma alternativa de desenvolvimento econômico, ainda que admitam o turismo como um setor não prioritário. Quando se falava em desenvolvimento, alguns agentes lembravam da usina de cana-de-açúcar, além da indústria e o turismo.

Na opinião de um agente, o turismo pode cooperar para o desenvolvimento devido às potencialidades existentes, como a Redução Jesuítas e o Rio Paranapanema, além do município ter uma boa localização estratégica. Esse agente também menciona a usina de cana-de-açúcar.

Um dos principais setores para desenvolver o município de Santo Inácio sem dúvida alguma, seria o turismo, devido à Redução Jesuítas, o rio Paranapanema, e por ter uma localização estratégica, ou seja, por ser um município de fronteira. Agora também no momento está vindo a usina de cana-de-açúcar que também irá contribuir muito na geração de emprego e renda.

Nesse mesmo sentido uma outra pessoa da iniciativa pública comenta:

[...] os produtores estão descontentes que vem caindo seus ganhos e rendimentos ao longo dos anos. Temos agora no município instalada uma usina de açúcar e álcool e isso vai tornar Santo Inácio muito forte nessa produção gerando um desenvolvimento no município. Eu acho também que o município poderia ser muito bem sucedido no turismo, principalmente o rural se houvesse uma maior conscientização dos proprietários.

Um agente comenta que para o município se desenvolver necessitaria de mais indústrias e comércio, além de lembrar o turismo como uma possível alternativa.

[...] para gerar emprego aqui em Santo Inácio teria que aumentar mais indústria e comércio, em geral é isso. O turismo também poderia contribuir, mas em longo prazo. Somente agora com o projeto Costa Rica que o município está começando a analisar o turismo como desenvolvimento.

No mesmo sentido um outro agente diz:

Santo Inácio precisa de novas fontes de recursos além de alternativas para empregar as pessoas paradas no nosso município. Se acharmos algumas alternativas capazes de modificar a economia, vamos dar todo o apoio bem como fizemos com a usina. Para desenvolver aqui, eu cito além da usina o turismo, porque a gente sabe que essas são atividades grandes geradoras de empregos.

Quando se falava de potencialidades turísticas no município de Santo Inácio, todos os agentes lembravam do rio Paranapanema e da redução dos Jesuítas. Alguns também mencionavam os festivais que acontecem anualmente no município. Em relação às potencialidades turísticas, uma agente comenta:

[...] a pousada do Paranapanema, o museu, as ruínas que hoje não se encontra muita coisa e a festa do peão de boiadeiro. Esses são os diferenciais do município, e agora também a festa do porco na lata representando a nossa comida típica. Desde que faça as coisas direitinhas, com investimento e tempo, essas potencialidades turísticas poderão estar sendo exploradas.

No mesmo sentido, um outro agente público articula:

[...] nós temos à pousada do Paranapanema, ela poderia estar sendo utilizada para campeonatos de “jet ski” e pesca, isso ajudaria muito nosso município. Uma outra coisa que poderia estar sendo explorada seria o turismo religioso, através do sítio arqueológico, quem sabe fazer até um caminho dos Jesuítas, como o caminho do Peabirú. Também vejo a exploração do turismo através das inúmeras propriedades rurais no município.

Um outro agente diz:

Tenho acompanhado o trabalho do pessoal que trabalha o turismo no município. A gente sabe que Santo Inácio pode se destacar no turismo rural devido o rio Paranapanema, mas podemos explorar também a tradicional festa do rodeio, a festa das fanfarras e agora também a festa do prato típico do porco na lata. Com certeza Santo Inácio irá se destacar com essas potencialidades. [...] já está provado que o turismo contribui para a geração de renda e emprego, temos que cobrir os pontos de carência econômica, através do desenvolvimento turístico.

Em meio as principais dificuldades do município de Santo Inácio, promover o turismo como uma alternativa de desenvolvimento econômico, os agentes locais foram unânimes em alegar a falta da capacitação da população para a atividade turística, a falta de conscientização e de recursos financeiros.

[...] podemos estar falando que o turismo gere emprego e renda e ajuda na economia local. Mas não devemos esquecer que tudo isso dependerá de vários fatores que devem caminhar juntos, como a capacitação da população, a valorização das nossas potencialidades, e claro de verbas para serem destinadas para esse setor, que aliás hoje não destinamos quase nada para o turismo.

II) Iniciativa privada

A iniciativa privada, na sua maior parte, apresenta escolaridade em nível de ensino médio, não participa da sociedade civil organizada e diz ter uma boa relação com a iniciativa pública. Os agentes, de modo geral, estão insatisfeitos com o atual nível de desenvolvimento em Santo Inácio. Quando se questionava do turismo como uma alternativa de impulsionar o desenvolvimento local, todos os agentes disseram que seria possível, devido, principalmente, a falta de perspectiva econômica.

Quando se perguntou do turismo como uma alternativa econômica um agente disse:

Eu acho que sim. Principalmente agora com a vinda da usina. Eu acho que vem bastante gente para cá e temos muitas coisas bonitas pra mostrar aqui no município. Isso para nós donos de comércios, seria uma boa alternativa para impulsionar a economia de Santo Inácio.

Um outro agente comentou:

Urgentemente o turismo tem que ser explorado no município. Temos aqui muitas potencialidades que devem ser exploradas e não abandonadas. Com a vinda de mais pessoas para Santo Inácio todos nós sairemos ganhando. Do jeito que está, logo a maioria dos comerciantes vai fechar suas portas. O turismo é uma alternativa, posso lhe afirmar com toda a certeza.

Quando se perguntava das potencialidades turísticas no município de Santo Inácio, nenhum agente da iniciativa privada citou todos aqueles que estão no inventário turístico. Na opinião de um agente, Santo Inácio se depara com a pousada, com os rios e com a ruína:

[...] tem a pousada do Paranapanema que é um condomínio fechado, a antiga ruína onde era o município de Santo Inácio, temos o rio Santo Inácio e o rio Paranapanema.

Um outro agente articula:

[...] o que poderia ser explorado no nosso município são os Rios Paranapanema e o Santo Inácio, a festa do peão de rodeio, além das reduções. Por ser um município pequeno, eu acho que isso já é bastante para o turismo.

III) Comunidade

As pessoas da comunidade que foram entrevistadas apresentam, em quase sua totalidade, uma escolaridade em nível fundamental, não participam da sociedade civil organizada e dizem ter uma boa relação com a iniciativa pública. Quando se interrogava sobre as potencialidades turísticas no município, de modo geral, as pessoas em um primeiro momento falavam que não existia. Na maioria dos casos lembravam ou da pousada que fica ao redor do Rio Paranapanema ou da Festa do Rodeio, poucos indicavam também a Redução dos Jesuítas.

Quando se indagou sobre potencialidades turísticas uma pessoa disse:

O que posso citar para você é somente o rio Paranapanema, que sempre vem pessoas de Maringá, Jaguapitã e ficam nas pousadas. Temos também a festa do peão, que dá um movimento até bom.

No mesmo sentido, uma outra pessoa relatou:

A única coisa que tem no município ou é o rodeio ou a pousada. Para vir pessoas de fora, eu acho que só tem essas duas coisas em nosso município.

Um outro agente lembra além da pousada e do rodeio, as reduções jesuítas:

[...] temos aqui a pousada que vem algumas pessoas durante o feriadão, a festa do rodeio que vai acontecer agora em setembro que também é boa. Uma outra coisa que merece mais atenção no município seria as reduções jesuítas que tem uma história muito rica e poderia estar atraindo pessoas.

Quando se perguntava às pessoas da comunidade, se elas estariam dispostas a participar do turismo, caso fosse incentivado no município, todas se pronunciaram que envolveria.

Com certeza eu me envolveria com o turismo. Com a falta de emprego aqui em Santo Inácio, a grande maioria estaria disposta a participar da atividade.

No mesmo sentido uma outra pessoa diz:

Claro que envolveria com o turismo. Aliás, com qualquer outra atividade econômica. As coisas por aqui não estão fáceis, se o turismo melhorar o município eu daria o maior apoio.

IV) Sociedade civil organizada

A sociedade civil organizada, representada pela Associação dos Produtores do Leite, Associação Rural e a Associação Cultural Diana Montagnini Mora Monteiro, entendem que Santo Inácio poderia explorar as potencialidades turísticas para gerar uma maior renda e emprego no município. Na opinião de uma associação o município deveria explorar mais o rio Paranapanema, uma vez que diante da crise no município o turismo poderia ser uma alternativa econômica.

[...] o que pode ser aproveitado no município seria a questão das águas. Nós temos o rio Paranapanema que proporciona uma questão muito forte para o turismo, sem contar das propriedades rurais que tem muito a ser desenvolvido em termos do produto local. Tem muita coisa que poderia ser engajado para o desenvolvimento turístico da nossa cidade. Diante da crise que passamos Santo Inácio necessita de novas alternativas. Nós já fomos o maior produtor de leite da região, temos que desenvolver pólo de alguma coisa, o turismo poderia ser uma delas.

Quando se questionava das potencialidades turísticas, todos lembravam em primeiro lugar do rio Paranapanema, a seguir das ruínas e dos festivais.

[...] temos o rio Paranapanema que é uma riqueza muito grande em nosso município que deveria ser explorada para o turismo, as ruínas

dos jesuítas que teria que ser resgatado, já que é um registro do nosso município, e os festivais como o rodeio, e o concurso de bandas e fanfarras. Tudo isso poderia ser melhor incentivado pela iniciativa pública e explorado.

6.4 MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ-PR

6.4.1 Caracterização do município

- Histórico

O município de Itaguajé tem seu histórico semelhante ao de Santo Inácio. O local onde se situa Itaguajé, no século XVII era conhecido como Nossa Senhora do Loreto, a qual foi fundada pelos padres jesuítas, na foz do Rio Pirapó e Paranapanema.

Por muito tempo, Nossa Senhora do Loreto apresentou um grau de civilização que se equiparava a muitos municípios paraguaios, devido ao grande rebanho que apresentava e as terras que permitiam lavouras férteis abastecer até outras aldeias. No entanto, devido aos ataques de Antônio Preto e Raposo Tavares, que não chegou atingir Nossa Senhora do Loreto, provocou, do mesmo modo que aconteceu em Santo Inácio, um êxodo total dos jesuítas, deixando para trás apenas vestígios arqueológicos.

Nossa Senhora do Loreto só voltou a ser povoada no ciclo do café. Em 1924, o Dr. Manuel Firmino de Almeida adquiri uma terra junto ao governo do Estado e funda o patrimônio de Boa Esperança. Em 11 de novembro de 1951, cria-se o distrito administrativo de Itaguajé, no município de Santo Inácio, e em 26 de novembro de 1954, oficializa-se a emancipação política da antiga povoação de Boa Esperança.²⁹

²⁹ AMUSEP (2006)

- Aspectos físicos, demográficos e geográficos.

O município de Itaguajé está situado no noroeste do Paraná, a 533 km de Curitiba, capital do estado. Segundo o IPARDES (2006), pertence à Mesoregião Norte Central. Integra a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense junto com mais vinte e nove municípios.

Possui uma área de 251.313 Km² e sua posição geográfica está determinada pelas coordenadas Latitude Sul 22°41' e Longitude Oeste 51°54'.

O clima classifica-se como subtropical mesotérmico úmido, com verões quentes e com geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22° C e a dos meses mais frios é inferior a 18° C.

O município de Itaguajé está a uma altitude de 349m do nível do mar. Os limítrofes do município são Colorado, Jardim Olinda, Paranapoema, Santa Inês e Estado de São Paulo.

De acordo com o IBGE (Censo Demográfico 2000) Itaguajé possui 4.771 habitantes. Desses, 3.586 reside na área urbana e 1.185 na área rural. A taxa de crescimento anual total é de 1,38%.

- Economia

A economia do município de Itaguajé tem como principais meios de sustentação os setores de indústria, serviços e o agropecuário. O setor de serviços é o que gera o maior valor agregado no município com aproximadamente 67,0%, a seguir do agropecuário com 29,63% e do setor industrial com 3,35%.

Os principais produtos agrosilvopastoris são os bovinos, o algodão e o leite. As indústrias que predominam no município de Itaguajé são as de produtos alimentares, metalurgia, vestuários, calçados e tecidos.

A quantidade de estabelecimentos sujeitos à cobrança de ICMS no município é baixa. O número de indústrias existentes são 5, de comércio varejista 43, de comércio atacadista 1 e de serviços 8. Nenhuma dessas quantidades de estabelecimentos chegam a ultrapassar 0,01% da totalidade da região da Amusep.

Tabela 10 – Quantidade de estabelecimento sujeito ao recolhimento de ICMS no município de Itaguajé-PR

SETOR	Estabelecimento	Participação na AMUSEP
Indústria	5	0.00
Comércio Varejista	43	0.01
Comércio Atacadista	1	0.00
Serviços	8	0.01

Fonte: AMUSEP, 2006.

6.4.2 Potencialidades no município de Itaguajé-PR³⁰

O município de Itaguajé se depara com inúmeras potencialidades que justifica a segunda melhor pontuação no fator somatório das potencialidades turísticas da região da Amusep, no cálculo do Índice de Atratividade (1,50).

De acordo com o inventário turístico da Amusep e com a pesquisa em campo, pode-se constatar que as principais potencialidades turísticas naturais são um arquipélago que abrange toda extensão do município; o Rio Paranapanema; o Rio Pirapó; uma

³⁰ A classificação das potencialidades turísticas segue a metodologia recomendada por BENI (2000)

lagoa nos Sítio Santa Rita; uma cachoeira na Fazenda Big Valle e uma Unidade de Conservação Ambiental.

Terra insulares

a) Arquipélago

O arquipélago localiza-se na divisa com estado de São Paulo, aproximadamente a 10 km do centro da cidade. O arquipélago tem fácil acesso, tanto pela via rural com pela via asfalto. É constituído por quatro ilhas no Rio Paranapanema, que contempla toda a extensão do município, sendo que a maior delas tem aproximadamente 30.000 m² e encontra-se degradada. No local não se encontram qualquer equipamento e serviço turístico que possa atender uma possível demanda.

Hidrografia

a) Rio Paranapanema

O rio localiza-se na divisa com o estado de São Paulo, aproximadamente a 5 km do centro da cidade. O rio tem fácil acesso, tanto pela via rural como pela via asfalto. Em suas margens encontram-se alguns sítios arqueológicos e áreas de preservação ambiental. Embora seja um rio que atrai uma grande quantidade de pessoas, ainda não existe qualquer equipamento e serviço turístico.

b) Rio Pirapó

O rio localiza-se na divisa entre os municípios de Itaguajé, Jardim Olinda e Paranapoema, aproximadamente a 7 km do centro da cidade O rio tem fácil acesso tanto pela via rural como pela via asfalto. Não proporciona qualquer tipo de equipamento e serviço turístico para os usuários.

Lagoas

a) Lagoa Seca

A lagoa é de propriedade particular localizando-se no sítio Santa Rita, aproximadamente a 5 km do centro da cidade. Tem fácil meio de acesso, por meio de estrada rural. O terreno da propriedade é atualmente utilizada para o cultivo de cereais, não oferecendo uma infra-estrutura turística.

Quedas d' água

a) Cachoeira Água Grande

A cachoeira localiza-se em uma propriedade particular, na fazenda Big Valle, aproximadamente a 7 km do centro da cidade. Tem difícil acesso, por meio de estrada, via rural. A cachoeira tem cerca de 5 metros de queda d' água e a paisagem circundante é a mata ciliar. A infra-estrutura turística na fazenda Big Valle, embora existente é incipiente.

Unidades de conservação ambiental

a) Área de Observação de fauna e flora

Essa é uma área de reflorestamento, ao lado da Usina Hidrelétrica Taquaruçu. Espaço de aproximadamente 75 alqueires, com árvores reproduzidas em laboratório, criado principalmente para amenizar os impactos ambientais causados pela instalação da usina. Essa área também se depara com alguns animais livres. Seu acesso se dá via Rodovia PR 542 (Itaguajé – Estado de São Paulo), ou pelo Rio Paranapanema.

Em relação às potencialidades histórico-culturais o município de Itaguajé bem como o município de Santo Inácio se sobressai na região da Amusep, em parte, devido à

redução jesuítas. Entre as potencialidades, destacam-se as ruínas encontradas no sítio Ruínas Nossa Senhora de Loreto, cadastrada pelo Centro de Ensino e Pesquisa Arqueológica na unidade Paraná e o sítio Antiga Casa de Máquinas que apresenta as instalações da primeira usina hidrelétrica do Paraná.

Sítio histórico

a) Sítio Nossa Senhora do Loreto

O sítio Nossa Senhora do Loreto localiza-se aproximadamente a 7 km do centro. O meio de acesso é pela estrada rural. Encontra-se atualmente no sítio a marca da redenção jesuítica, do século XVI, como resto de paredes de taipa e ruas. Esses artefatos cerâmicos estão catalogados junto ao Centro de Ensino e Pesquisas Arqueologias (unidade - Paraná). O estado de conservação do sítio é precário, sendo inexistente qualquer tipo de infraestrutura turística.

b) Sítio Antiga Casa de Máquina

O sítio localiza-se, aproximadamente a 5 km do centro. O meio de acesso é fácil por meio de estrada de asfalto. Situa-se às margens do Rio Pirapó, onde ainda se encontra parte do que era a casa de máquinas, da primeira Usina Hidrelétrica do Paraná. O estado de conservação é razoável e não existe qualquer tipo de equipamento e serviços turísticos.

Escultura

a) Cristo Redentor

Essa escultura localiza-se no centro de Itaguajé, na Praça Presidente Castelo Branco. O responsável é a prefeitura municipal e sua visitação é livre.

O município de Itaguajé ainda dispõe de outras potencialidades que não se enquadram nas naturais e histórico-culturais, mas que também pode cooperar para o desenvolvimento da atividade turística no município. Nessas potencialidades tem a Casa da Cultura, a Festa da Padroeira e a Usina Hidrelétrica Taquaraçu.

Outras potencialidades turísticas locais

a) Casa da Cultura

A Casa de Cultura localiza-se no centro da cidade, na rua Conde Francisco Matarazzo. Nela, encontra-se a biblioteca municipal e um pequeno acervo, contendo peças que marcaram o passado da cidade, especialmente a questão da redenção jesuítica. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta das 8h às 12h e das 13h às 17h e está sob responsabilidade da prefeitura do município de Itaguajé.

b) Festa da Padroeira

A Festa da Padroeira é tradicional no município de Itaguajé e acontece todos os anos na praça da igreja Nossa Senhora da Aparecida, no dia 12 de outubro. São realizadas missas, quermesse e leilão de gado em comemoração à padroeira do município. Neste evento toda a população da cidade e algumas pessoas da região comparecem para prestigiar e participar deste dia festivo. O promotor da festa é o pároco local

c) Usina Hidrelétrica Taquaraçu

A usina localiza-se na fronteira do estado do Paraná com o estado de São Paulo, distante 12 km, do centro da cidade. O acesso é fácil, por meio de estrada de asfalto. A usina Taquaraçu é composta por cinco turbinas, com potência total de 554 MW, sendo o

segundo maior aproveitamento do Rio Paranapanema. Inaugurada em 1992, essa usina recebe visitantes em sua maioria, estudantes do interior do Estado de São Paulo e Paraná.

Diante dessas potencialidades levantadas, o arquipélago, a Lagoa Seca, o reflorestamento, o sítio Antiga Casa de Máquinas, o Cristo Redentor, a Casa da Cultura e a Usina Hidrelétrica Taquaraçu, não foram lembradas pela iniciativa pública e privada, sociedade civil organizada e comunidade quando se realizou a entrevista. Do mesmo modo que no município de Santo Inácio-PR, tal fato demonstra um ponto fraco para o desenvolvimento turístico, pois a própria população não reconhece suas potencialidades como uma possível exploração.

Potencialidades	Iniciativa Pública	Iniciativa Privada	Sociedade Civil Organizada	Comunidade
Arquipélago				
Rio Paranapanema	X	X	X	X
Rio Pirapó	X	X		X
Lagoa Seca				
Cachoeira Água Grande				X
Reflorestamento				
Ruínas Nossa Senhora do Loreto	X		X	X
Sítio Antiga Casa de Máquinas				
Cristo Redentor				
Casa da Cultura				
Festa da Padroeira			X	
Usina Hidrelétrica Taquaraçu				

Quadro 10 - Potencialidades turísticas lembradas pelos atores locais em Itaguajé-PR

Fonte: Elaboração própria.

6.4.3 Equipamentos e serviços turísticos no município de Itaguajé-PR³¹

Os equipamentos e serviços turísticos, em Itaguajé, demonstram que a atividade turística no município ainda é latente, bem como se levantou no município de Santo Inácio. Não se identificou nenhum meio de hospedagem cadastrado pela EMBRATUR. As

³¹ A classificação dos equipamentos e serviços turísticos segue a metodologia recomendada por BENI (2000)

hospedagens se restringem a pousada Santo Antônio, ao balneário Beira Rio e a casa de amigos e familiares. Tanto o balneário como a pousada têm residência, que em sua maioria, são de pessoas que moram em Itaguajé, mas também encontram proprietários de Maringá, Londrina, Paranavaí e outros municípios da região norte do Paraná. O setor de alimentação e de lazer e entretenimento também são muito limitados. De maneira geral, não se encontra grandes restaurantes, bares, lanchonetes e o entretenimento são pequenas praças, estádio de futebol, clubes particulares e uma marina e atracadouro. Cabe salientar, que esse último já vem sendo usufruído pelos turistas que passam pelo município, com o intuito, notadamente, de pescar nas águas do Rio Paranapanema.

Meio de hospedagem

a) Pousada Santo Antônio

Localiza-se no centro da cidade, na Rua Presidente Dutra. A pousada tem um total de 30 leitos e oferece apenas café da manhã.

b) Pousada Beira Rio

Localiza-se na rodovia PR 340, entre o município de Itaguajé e Santa Inês, aproximadamente a 9 km do centro da cidade. A pousada está instalada às margens do Rio Paranapanema, em uma área de 11 alqueires, divididas em aproximadamente 35 lotes. Essa pousada é composta, em sua maioria, por proprietários residentes em outros municípios como Paranavaí, Londrina, Lobato e Maringá.

Alimentação

a) Restaurante Kaiak.

Localiza-se no centro da cidade, na Avenida Governador Lupion, 237. Os serviços oferecidos são refeições *self-service*, sorvetes e bebidas.

b) Restaurante e Lanchonete Taquaruçu.

Localiza-se na rodovia PR-542 km 2,3. Os serviços oferecidos são refeições, lanches e bebidas em geral.

c) Catuta Lanches

Localiza-se na Rua Agamenom Magalhães, 892. Os serviços oferecidos são lanches, pastel e bebidas em geral.

d) Silva's Lanche.

Localiza-se Avenida José Correia de Araújo, 615. Os serviços oferecidos são lanches, pastel e bebidas em geral.

e) Padaria Massa Pura.

Localiza-se na Rua José Correia de Araujo, 732.

f) Panificadora Santa Inês.

Localiza-se na Rua Sete de Setembro, 89.

Lazer e entretenimento

a) Praça Presidente Castelo Branco.

Localiza-se no centro da cidade, na Avenida Governador Lupion s/n. No local situa-se a escultura do Cristo Redentor.

b) Praça Padre João Batistiere.

Localiza-se no centro da cidade, na Avenida Governador Lupion, s/n. A praça abriga a principal igreja matriz, tendo também uma quadra de areia e banheiros públicos.

c) Country Club de Itaguajé.

Localiza-se no centro da cidade, na Rua Paraná s/ n. Encontra-se campo de futebol, 03 piscinas, sauna, mini parque infantil, lanchonete, sanitários e bebedouro.

d) Estádio Municipal Doutor Helio Bondin Góes.

Localiza-se na Rua Rio de Janeiro s/n. O estádio possui campo de futebol, arquibancada, estacionamento, espaço para venda de bebidas e bilheteria.

e) Ginásio de Esportes Municipal Nelson Lima da Costa.

Localiza-se na Avenida Munhoz da Rocha, 236.

f) Marinas e Atracadouros

As marinas e os atracadouros se situam às margens do rio Paranapanema, com uma estrutura que possibilita aos usuários colocarem seus barcos para navegarem pelo rio. No local possui também, quadras poliesportivas, sanitários, lanchonete e bebedouros.

Por meio da pesquisa de campo, constata-se que o Catuta Lanches, Silva's Lanches, *Country Club* Itaguajé, o estádio municipal, o ginásio e as marinas e atracadouros são equipamentos e serviços turísticos precários e por isso não são adequados para atender uma possível demanda turística local/regional.

Equipamentos/ Serviços Turísticos	Adequado	Não Adequado
Pousada Santo Antônio	X	
Pousada Beira Rio	X	
Restaurante Kaiak	X	
Restaurante e Lanchonete Taquaraçu	X	
Catuta Lanches		X
Silva's Lanche		X
Padaria Massa Pura	X	
Panificadora Santa Inês	X	
Praça Presidente Castelo Branco	X	
Praça Padre João Bastistiere	X	
<i>Country Club</i> de Itaguajé		X
Estádio Municipal Dr. Hélio Bondin Góes	X	
Ginásio de Esporte Municipal Nelson Lima da Costa		X
Marina e Atracadouros		X

Quadro 11 - Equipamentos/ serviços turísticos possíveis de atender os turistas em Itaguajé-PR
 Fonte: Elaboração própria.

6.4.4 Tipos de turismo no município de Itaguajé-PR

O município de Itaguajé se depara com inúmeras potencialidades turísticas como se analisou anteriormente. Com essas potencialidades, o município pode explorar alguns tipos de turismo alternativo, como o Turismo Rural, o Agroturismo, o Turismo Ecológico, o Turismo Cultural, o Turismo de Aventuras e o Turismo Científico. Como os tipos de turismo não são excludentes, isso significa que alguns dos atrativos turísticos podem estar sendo explorado, mais de um tipo de turismo. O Quadro 12 demonstra os possíveis tipos de turismo a serem explorados no município de Itaguajé de acordo com suas potencialidades turísticas.

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS	TIPOS DE TURISMO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Arquipélago; ➤ Rio Paranapanema; ➤ Rio Pirapó; ➤ Sítio Santa Rita; ➤ Sítio Nossa Senhora do Loreto; ➤ Sítios arqueológicos; ➤ Sítio Antiga Casa de Máquinas; ➤ Fazenda Big Valle; ➤ Área de Conservação Ambiental; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo Ecológico
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Arquipélago; ➤ Rio Paranapanema; ➤ Rio Pirapó; ➤ Sítio Nossa Senhora do Loreto; ➤ Sítio Antiga Casa de Máquinas; ➤ Fazenda Big Valle. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo de Aventura
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sítio Santa Rita; ➤ Sítio Nossa Senhora do Loreto; ➤ Sítio Antiga Casa de Máquinas; ➤ Sítios arqueológicos; ➤ Fazenda Big Valle. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo Rural ➤ Agroturismo
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sítio Nossa Senhora do Loreto; ➤ Sítios arqueológicos; ➤ Sítio Antiga Casa de Máquinas; ➤ Casa da Cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo Cultural
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Usina Hidrelétrica Taquaruçu. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo Científico

Quadro 12 - Tipos de turismo a ser explorado no município de Itaguajé - PR
 Fonte: Elaboração própria.

6.4.5 A Percepção dos atores locais no município de Itaguajé-PR

I) Setor público

Os agentes entrevistados do setor público, em sua maioria, apresentam somente o ensino médio, não participam de uma sociedade civil organizada e disseram haver uma boa relação com a iniciativa privada e a comunidade. Os agentes desconhecem os tipos de turismo a serem explorados no município e das políticas para fomentar a atividade tanto a nível nacional como regional, embora lembrem do programa Costa Rica.

Quando se pergunta em desenvolvimento econômico, percebe-se que todos os agentes do setor público estão insatisfeitos com o atual nível de desenvolvimento do

município. De maneira geral, eles querem buscar novas alternativas de geração de renda e emprego, devido principalmente à crise da agropecuária.

Entre as alternativas, os agentes foram unânimes em indicar a atividade turística, embora admitam, que as iniciativas para desenvolver esse setor, ainda é incipiente no município.

Um agente público diz:

O nosso município, para ele se desenvolver já foram feitas algumas tentativas de montar indústrias, micro e pequenas empresas, mas é difícil. Eu acredito que aqui em Itaguajé a alternativa econômica estaria ou na fecularia de mandioca ou no desenvolvimento do turismo. Aproveitar dos dois grandes rios que margeiam o município, o rio Pirapó e Paranapanema. Para ver que o turismo pode ser uma boa alternativa, posso citar o exemplo de Jardim Olinda, o município vizinho ao nosso que vive hoje basicamente do turismo. Então, eu acho que tem que partir para esse caminho já que temos um grande potencial a ser desenvolvido.

No mesmo sentido um outro agente descreve:

O nosso município daqui dez anos não existirá mais, estamos sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento. Dificilmente Itaguajé vai atrair indústrias e a agropecuária, no atual momento, também não está colaborando com a geração de emprego e renda. No meu entender, o turismo poderia ser desenvolvido no município, mas a administração pública não tem recurso para alocar nesse setor. O que precisa é de parecerias, alguém que nos auxilie nesse setor para amenizar essa dificuldade.

Na opinião de um agente da oposição, o turismo deve ser tratado com mais atenção no município, pois em curto prazo é a única alternativa para impulsionar a economia.

No entanto, ele notifica que o prefeito não dá incentivo para que essa atividade se desenvolva.

[...] a gente sabe que o desenvolvimento econômico no município é difícil. O turismo deveria vir em primeiro lugar, ou seja, ser um setor prioritário na atual gestão. A gente corre atrás, mas a falta de incentivo do prefeito nesse setor, faz com que não ocorra algo de concreto. O turismo é a riqueza nesse município, temos grandes potencialidades, mas não se desenvolve. A gente sempre busca debater para buscar novas alternativas de desenvolvimento para Itaguajé. Não é porque sou da oposição que falo que o prefeito não se volta para essa área, mas sim a imposição às dificuldades que se vê e o desleixo do prefeito

nessa parte. Volto a frisar, o turismo é o futuro do município, tudo deveria girar em cima dessa alternativa. Assim, o fato do prefeito não tratar como um setor meta para o município, deixa a oposição insatisfeita nessa parte. A gente não se deve iludir com grandes empresas, que alias não existe e dificilmente virá para o nosso município, já que a cidade é muito pequena, sem muita infra-estrutura. A nossa riqueza é o turismo, é algo próprio de nosso município, não é algo que vai chegar de fora.

Mesmo que os agentes públicos indiquem o turismo como uma possível alternativa de dinamizar o desenvolvimento local, quando se interroga quais são as potencialidades existentes no município, nem todos tem conhecimento.

Na opinião de um agente:

Itaguajé conta com dois balneários, é o que vem ajudando o município. Olha as potencialidades é coisa que vem sendo levantado, mas não saberei detalhar para você quais são as principais potencialidades existentes. Eu sei que tem muita água, muito rio, mas detalhar, realmente não sei.

No mesmo sentido um outro agente diz:

Eu não conheço todas as potencialidades do município, mais ou menos eu conheço algumas. As que eu conheço são fantásticas, o rio Pirapó, o rio Paranapanema e as Ruínas de Loreto. São essas que eu poderia te dizer.

No que diz respeito as principais dificuldades de se praticar o turismo no município, todos lembraram a falta de políticas e programas municipais, a falta da cultura regional voltada para o turismo, à falta de recursos financeiros e a afinidade do governo municipal com o governo estadual.

Em relação às dificuldades do município de Itaguajé explorar o turismo um agente diz:

Falta um incentivo maior, não só a nível municipal como estadual. Deveria conscientizar mais a comunidade, que no meu entender embora reconheçam as potencialidades turísticas, ela ainda não tem uma cultura para o turismo. Deveria ter cursos, doutrinas ou ensinar a população através de fóruns e conselhos, mas para isso há uma

necessidade de se obter recursos, que na atual gestão é inexistente para o turismo. A infra-estrutura seria uma outra dificuldade para se implementar o turismo no município. Como se pode observar não existem sinalizações turísticas, centro de informações turísticas e áreas públicas para o entretenimento dos turistas. Falta também a iniciativa privada se mobilizar para o turismo, já que o município não tem recurso.

Na opinião de outro agente público:

A parte negativa do nosso município é a nossa infra-estrutura. Nós temos somente uma pousada em Itaguajé que é antiga. Não temos onde hospedar os turistas que poderão chegar ao município em quantidade. Essa seria a principal dificuldade. Uma outra dificuldade seria a desinformação da comunidade. A própria comunidade não conhece o município, tem pessoas que não sabe onde se situam os rios. Essas pessoas não foram estimuladas que aqui é um lugar rico e histórico.

II) Iniciativa privada

Os agentes entrevistados, da iniciativa privada, na sua quase totalidade, apresentam o nível fundamental completo não participam de uma sociedade civil organizada e dizem ter uma boa relação com a iniciativa pública.

De modo geral, a iniciativa privada reconhece que o município carece de alternativas de desenvolvimento econômico. Quando se perguntava se o turismo poderia ser uma opção, todos os agentes foram unânimes em dizer que esse segmento teria grandes chances de se desenvolver no município. Alguns agentes até disseram que seu comércio só dá um impulso em épocas festivas, onde a presença de turistas no município aumenta. Um agente diz:

O turismo deve ser desenvolvido urgentemente na cidade. Olha, para te falar a verdade, o meu comércio só é mais movimentado quando as pessoas vêm para os balneários existentes no município. O prefeito deveria dar mais atenção para esse segmento já que pode até ajudar a desenvolver nossa economia.

Na opinião de um outro agente:

O nosso município está numa situação difícil. Meu filho mais velho está estudando em Nova Esperança e o mais novo está indo para Paranavaí estudar e trabalhar. Se não desenvolver alguma medida ou alternativa para desenvolver Itaguajé, eu também não vou ficar mais aqui. Do jeito que está, qualquer busca de geração de riqueza para o município será bem vinda. O turismo poderia ser uma delas.

Embora a iniciativa privada reconheça que o município se depara com potencial a ser explorado turisticamente, nem todos os agentes têm conhecimento das principais potencialidades naturais e histórico-culturais existentes no município. A maior parte dos entrevistados conhecem apenas os rios Paranapanema e Pirapó ou os balneários.

Um agente da iniciativa privada articula:

O município tem vocação para o turismo. A gente tem tudo na mão, tem muita fartura de potencialidades turísticas, mas só que eles não investem. O que posso dizer das potencialidades, são os rios existentes, que daria para se fazer uma melhor infra-estrutura.

Uma outra agente conta:

Bom, eu não conheço muito. Eu conheço o Rio Pirapó, o Rio Paranapanema. Esses são os dois atrativos que dariam para se implementar aqui no município.

III) Comunidade

As pessoas da comunidade, entrevistadas, apresentam no máximo um nível médio de escolaridade, não participam de uma sociedade civil organizada e dizem ter uma boa relação com a iniciativa pública.

Nem todos os agentes da comunidade reconhecem que o município pode utilizar o turismo como alternativa de desenvolvimento local. Alguns rejeitam essa possibilidade, uma vez que com as potencialidades turísticas que Itaguajé se depara, dificilmente essa poderia ser explorada para impulsionar a economia.

Na opinião de um agente:

Turismo aqui não existe moço. As pessoas que querem viajar vão para Camburiú, Guaratuba, pega uma excursão e vai para praia. O que eles vão querer fazer aqui. Só se for pescar, olha que nem peixe dá mais aqui na região. Desenvolver o turismo aqui não dá não.

Nas palavras de um outro agente da comunidade, quando se pergunta das potencialidades turísticas, ele diz que não conhece e que de certa maneira falta mais ação do prefeito para melhorar a infra-estrutura turística, pois só assim o município poderia pensar no turismo como alternativa de desenvolvimento:

Rapaz, eu não conheço as potencialidades turísticas do município. Não tem nada aqui, a não ser miséria. Tem rio, mas não consegue por si só atrair os turistas. Aqui não dá para implementar, só se o prefeito demonstrar mais interesse, fazer alguma infra-estrutura, uma beira de rio bonita. Do jeito que está, o município não tem vocação para o turismo.

Na opinião de uma outra pessoa, que considera o turismo como uma atividade possível de impulsionar o município, quando se indaga das potencialidades turísticas, ela indica o Rio Paranapanema, o Rio Pirapó e algumas cachoeiras de umas propriedades rurais particulares. No seu entender, o que Itaguajé necessita é de uma melhor atenção da iniciativa pública, em relação ao segmento do turismo.

Eu conheço mais ou menos as potencialidades turísticas. Eu conheço o rio Pirapó e o rio Paranapanema. Também algumas cachoeiras em alguns sítios existentes aqui no município. A atividade turística dá para se implementar em Itaguajé, mas eu acho que falta mais desempenho, dava para se fazer muita coisa com a parte do turismo. Falta mais da administração pública aqui no município. Meus amigos de Paranaíba, quando chegam aqui no município, elogiam muito as partes turísticas, e sempre querem voltar.

No mesmo sentido, uma outra pessoa da comunidade relata:

Aqui tem potencialidades, tem ruínas, cachoeiras, mas tudo foi esquecido ao longo do tempo. Eu acho que se fizesse um bom trabalho, conseguiríamos ter algum retorno com o turismo. Aqui não existe nada para incentivar o turismo, se existe alguma coisa para desenvolver, a comunidade desconhece. Eu nasci aqui, e até hoje não vi nada que fizesse para desenvolver esse segmento.

Quando se pergunta se estaria disposta a se envolver com o turismo, um agente articula:

Envolveria-me com certeza com o turismo, aliás qualquer outra atividade honesta que trouxesse para Itaguajé, maior renda e emprego, eu e toda comunidade estaria disposta a se envolver. No caso em Itaguajé, temos lindos sítios, rios que poderiam ser mostrado para outras pessoas, mas nada é feito.

IV) Sociedade civil organizada

A sociedade civil organizada entrevistada no município de Itaguajé foi o fórum de desenvolvimento. De acordo com essa entidade, o turismo pode vir a ser uma alternativa de desenvolvimento econômico, diante da atual crise que passam os municípios agropecuários, no entanto deve-se buscar outras atividades.

[...] a crise que afeta os pequenos municípios agropecuários hoje é muito devastadora. Itaguajé sabe muito bem como é essa crise. Nesses períodos falta emprego, falta renda, enfim falta oportunidade de negócios. O turismo entra nesse contexto como uma alternativa, mas não vejo como solução para o nosso município. Deveria se buscar, além do turismo, outras alternativas.

Quando se questiona das potencialidades que podem vir a ser um atrativo turístico para Itaguajé, o agente responsável pelo fórum cita o Rio Paranapanema, as Ruínas de Nossa Senhora do Loreto, matas e a Festa da Padroeira.

O nosso município tem muita riqueza em termos de potencialidades turísticas, isso deve ser mais bem repensado pela comunidade. As potencialidades que mais se destacam são o Rio Paranapanema, que pode estar sendo explorado alguma coisa relacionada a esportes e campeonatos, a Ruína de Nossa Senhora de Loreto que talvez seja uma das potencialidades culturais mais importantes da nossa região, temos muitas propriedades rurais que apresentam belas paisagens, áreas de conservação e uma festa que cada ano que passa atrai mais pessoas, que é a Festa da Padroeira.

6.5 MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELLO-PR

6.5.1 Caracterização do município

- Histórico

O território onde se situa Munhoz de Mello pertencia ao tempo de sua colonização ao estado do Paraná e se chamava de Gleba Interventor. Nessa época imperava o ciclo do café que tornou por muito tempo essa região grande cultivadora dessa cultura. No entanto, o cultivo obcecado fez com que muitas terras perdessem suas produtividades e com as fortes geadas atenuou o desestímulo a continuar com as grandes plantações de café. Hoje, no município de Munhoz de Mello e na região uma das poucas propriedades que continuam cultivar rubiáceas é a Fazenda Felicíssima.

A colonização na região norte do Paraná sempre ocorreu de forma harmoniosa com a venda de lotes urbanos e rurais às inúmeras famílias vindas de todas as partes do país, que sempre vinham à procura do “Eldorado” ou da “Terra da Promissão”. A primeira denominação da localidade foi Interventor Manoel Ribas. Sem passar pela categoria de distrito, o patrimônio Interventor Manoel Ribas elevou-se a categoria de município no dia 03 de novembro de 1956, quando foi desmembrada de Astorga, denominando-se de Munhoz de Mello³².

- Aspectos físicos, demográficos e geográficos

O município de Munhoz de Mello situa-se no noroeste do Paraná, a 440 km de Curitiba, a capital do estado. Segundo o IPARDES (2006) pertence à Mesoregião Norte Central. Integra a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense junto com mais vinte e nove municípios.

³² AMUSEP (2006)

Possui uma área de 139.238 Km² e sua posição geográfica está determinada pelas coordenadas Latitude Sul 23°09' e Longitude Oeste 51°43'.

O clima classifica-se como subtropical mesotérmico úmido, com verões quentes e com geadas pouco freqüentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22° C e a dos meses mais frios é inferior a 18° C.

O município de Munhoz de Mello está a uma altitude de 500m do nível do mar. Os limítrofes do município são Astorga, Iguaraçu, Jaguapitã e Santa Fé.

De acordo com o IBGE (Censo Demográfico 2000), Munhoz de Mello possui 3.401 habitantes. Desses, 2.527 residem na área urbana e 844, na área rural. A taxa de crescimento anual total é de -0,28%.

- Economia

A economia do município de Munhoz de Mello tem como principais meios de sustentação os setores de indústria, serviços e o agropecuário. O setor de serviços é o que gera o maior valor agregado no município com 49,96%, a seguir do agropecuário com 49,7% e do setor industrial 0,34%.

Os principais produtos agrosilvopastoris são os bovinos, aves de cortes e a cana-de-açúcar. As indústrias que predominam no município de Munhoz de Mello são as de produtos alimentares, mobiliário, perfumaria, sabão e vela.

As quantidades de estabelecimentos sujeitos à cobrança de ICMS, no município, é baixa. O número de indústrias existentes são 5, de comércio varejista 32, de comércio atacadista 0 e de serviços 5. Nenhuma dessas quantidades de estabelecimentos chegam a ultrapassar 0,00% da totalidade da região da Amusep.

Tabela 11 - Quantidade de estabelecimento sujeito ao recolhimento de ICMS no município de Munhoz de Mello-PR

SETOR	Estabelecimento	Participação na AMUSEP
Indústria	5	0,00
Comércio Varejista	32	0,00
Comércio Atacadista	0	0,00
Serviços	5	0,00

Fonte: AMUSEP, 2006.

6.5.2 Potencialidades no município de Munhoz de Mello-PR³³

O município de Munhoz de Mello que alcançou o terceiro maior Índice de Atratividade (1,42), entre os municípios da Amusep com baixo (IDR), não se depara com um somatório de potencialidades turísticas que se distingue dos demais municípios. De acordo com o inventário turístico e com a pesquisa de campo, pode-se identificar que as potencialidades são limitadas por alguns pequenos rios que cortam o município como o Rio Pirapó e o Água do Ouro, a Cachoeira Tangará e festas que ocorrem todos os anos.

Hidrografia

a) Rio Pirapó

O Rio Pirapó é um importante rio que corta algumas propriedades rurais no município de Munhoz de Mello. O rio tem fácil acesso, tanto pela via rural como pela via asfalto. Em algumas áreas circunvizinhas ao rio encontra-se a mata ciliar degradada. Embora algumas pessoas utilizem o rio com a finalidade de pesca, não se encontra nenhum equipamento e serviço turístico.

³³ A classificação das potencialidades turísticas segue a metodologia recomendada por BENI (2000)

b) Rio Água de Ouro

Esse é um pequeno rio que corta o município de Munhoz de Mello e passa por algumas propriedades rurais. O rio tem difícil acesso por meio de estrada rural. É pouco utilizado para pesca e não proporciona infra-estrutura e serviços turísticos.

c) Cachoeira Tangará

A Cachoeira Tangará localiza-se aproximadamente a 8 km do centro da cidade. O meio de acesso ocorre via rural, em estrada de terra em bom estado de conservação. A cachoeira tem uma queda d' água de aproximadamente 05 metros de altura, com um lago de 10 metros de largura. No local encontra-se mata ciliar, pássaros, tatus, pacas e lagartos. A cachoeira pertence à prefeitura de Munhoz de Mello. Está em bom estado de conservação, porém não se depara com uma infra-estrutura turística.

As potencialidades histórico-culturais no município de Munhoz de Mello, do mesmo modo que as potencialidades naturais são limitadas para se explorar a atividade turística. De acordo com o inventário turístico e com a pesquisa in loco, pode-se levantar somente a Fazenda Felicíssima que apresenta algumas atratividades possíveis de serem exploradas, por meio da atividade turística.

Sítio histórico

a) Fazenda Felicíssima

Essa fazenda localiza-se na estrada Fernão Dias, aproximadamente a 6 km do centro da cidade. Existe um lago com uma grande diversidade de peixes, mas neste é proibido nadar e pescar devido aos arames farpados submersos na água. Na sede da fazenda se encontra a casa grande, que foi construída por volta de 1956. Em frente a casa tem um jardim de época, com grande variedade de flores ornamentais e árvores importantes como a Araucária. Próximo à casa existe uma capela construída também em 1956. Nela são realizadas

missas mensalmente, casamentos, batismos, entre outras realizações religiosas. Existem trilhas com o chão de pedra e uma represa com aproximadamente 1,20 metros de profundidade. Devido à existência das colônias, há uma escola que se encontra abandonada. O terreno é utilizado para o cultivo de café, criação de gado, plantação de eucalipto, árvores frutíferas (tangerina, ameixa, goiaba), cedro. É uma propriedade particular e apresenta alguns equipamentos e serviços turísticos

Além das potencialidades naturais e histórico-culturais, o município de Munhoz de Mello proporciona outras potencialidades como a Festa do Padroeiro, a Festa das Nações e os artesanatos.

Outras potencialidades turísticas locais

a) Festa do Padroeiro

A Festa do Padroeiro de São Sebastião é tradicional no município e ocorre todos os anos no dia 20 de janeiro. Nessa festa destaca-se a culinária onde servem à costela feita ao fogo de chão. Ademais, tem o leilão de gado que atrai pessoas de toda a região da Amusep, especialmente do município de Maringá. O promotor da festa é o pároco local.

b) Festa das Nações

A Festa das Nações é tradicional em Munhoz de Mello e acontece todos os anos, na primeira semana de novembro. O local onde se realiza a festa é praça da igreja matriz. Nas barracas é servido gastronomia típica de cozinha internacional. O promotor da festa é a senhora Lourdes Bubula.

c) Artesanato

Em Munhoz de Mello encontra-se a Associação Regional do Artesanato de Iguaçu, Ângulo e Munhoz que produzem e comercializam artesanatos feitos pelos próprios

moradores dos municípios. A responsável pela associação é a senhora Vera Domingues Saraiva.

Entre as potencialidades levantadas, todas foram de alguma forma lembrada por um dos agentes entrevistados, exceto a Festa do Padroeiro São Sebastião e o artesanato.

Potencialidades	Iniciativa Pública	Iniciativa Privada	Sociedade Civil Organizada	Comunidade
Rio Pirapó		X		
Rio Água de Ouro		X		
Cachoeira Tangará	X	X	X	X
Fazenda Felicíssima	X		X	X
Festa do Padroeiro de São Sebastião				
Festa das Nações	X	X	X	
Artesanato				

Quadro 13 - Potencialidades turísticas lembradas pelos atores locais em Munhoz de Mello-PR
Fonte: Elaboração própria.

6.5.3 Equipamentos e serviços turísticos no município de Munhoz de Mello-PR³⁴

Os equipamentos e serviços turísticos no município de Munhoz de Mello demonstram que a atividade turística acontece de forma incipiente, como também se constatou nos municípios de Santo Inácio e Itaguajé. Não existe no município nenhum meio de hospedagem, ou seja, as pessoas que visitam Munhoz de Mello ficam restritas às casas de amigos e familiares. O setor de alimentação, bem como o setor de entretenimento e lazer é muito latente, o que também se torna um empecilho para se promover o turismo.

³⁴ A classificação dos equipamentos e serviços turísticos segue a metodologia recomendada por BENI (2000)

Meio de hospedagem

Ausente

Alimentação

a) Restaurante do José Ferreira Macedo

É um pequeno restaurante familiar localizado no centro da cidade, na Avenida Getúlio Vargas, s/n. São servidas alimentações diariamente e bebidas em geral.

b) Lanchonete e Sorveteria Milk Mone

Localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 550. São servido lanches, bebidas e sorvetes em geral.

c) Bar do Cidão

Localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 124. São servido bebidas e petiscos em geral.

d) Bar e Merceria São João

Localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 648. São servido bebidas e petiscos em geral, além de vendas de diversos produtos.

Lazer e entretenimento

a) Praça Residencial Paraty I

Localiza-se na Rua das Orquídeas, 468. O local possui um quiosque e um banco central em forma de coração.

b) Praça Residencial Paraty II

Localiza-se na Rua das Acácias, 516. O local depara-se com quiosques e bancos.

c) Praça da Igreja Matriz

Localiza-se na Rua Gastão Vidigal, 632. Apresenta-se no local um quiosque, uma cancha de bocha e um barracão.

d) Recanto do Pescador

Localiza-se no interior do município, aproximadamente 5 km do centro. O meio de acesso é através de uma estrada cascalhada. O local é constituído por bar/lanchonete, 07 tanques, sendo 03 para pesca e os outros para criação. No pesqueiro são criados vários tipos de peixes, Tilápia, Pacu, Parca, Piau, entre outros.

O Quadro 14 demonstra quais dos equipamentos e serviços turísticos são adequados para atender uma demanda turística.

Equipamentos/ Serviços Turísticos	Adequado	Não Adequado
Restaurante do José Ferreira Machado		X
Lanchonete e Sorveteria Milk Mone		X
Bar do Cidão		X
Bar e Merceria São João		X
Praça Residencial Paraty I	X	
Praça Residencial Paraty II	X	
Praça da Igreja Matriz	X	
Recanto do Pescador	X	

Quadro 14 - Equipamentos/ serviços turísticos possíveis de atender os turistas em Munhoz de Mello
Fonte: Elaboração própria.

6.5.4 Tipos de turismo no município de Munhoz de Mello

O município de Munhoz de Mello se depara com um somatório de potencialidades turísticas menor que os municípios de Santo Inácio e Itaguajé. No entanto, isso não elimina a possibilidade do turismo ser explorado como uma alternativa de impulsionar o desenvolvimento local. De acordo com as potencialidades proporcionadas em Munhoz de Mello, pode-se trabalhar o turismo rural, o agroturismo, o turismo ecológico e o turismo de eventos. Os artesanatos e o pesque-pague existentes ajudam a diversificar a opção de compra e entretenimento, cooperando para um maior gasto dos turistas.

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS	TIPOS DE TURISMO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fazenda Felicíssima ➤ Rios: Pirapó, Água do Ouro ➤ Cachoeira Tangará 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo Ecológico
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fazenda Felicíssima ➤ Rios Pirapó e Água do Ouro ➤ Cachoeira Tangará 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo de Aventura
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fazenda Felicíssima 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo Rural ➤ Agroturismo
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Festa da Padroeira ➤ Festa das Nações 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo de Eventos

Quadro 15 - Tipos de turismo a ser explorado no município de Munhoz de Mello-PR

Fonte: Elaboração própria.

6.5.5 A Percepção dos atores locais no município de Munhoz de Mello-PR

I) Iniciativa pública

A maioria das pessoas da iniciativa pública que foi entrevistada no município, apresenta nível superior de escolaridade, participa de atividades relacionadas à sociedade civil organizada, e diz ter uma boa relação com a iniciativa privada e a comunidade.

Os agentes públicos desde os vereadores até o prefeito de Munhoz de Mello admitem que o município necessita de novas alternativas de desenvolvimento, no entanto nem todos conseguem enxergar a atividade turística como uma das opções. Não sabem quais são as políticas voltadas para fomentar a atividade e nem os tipos de turismo possíveis de serem explorados. Quando se fala em desenvolvimento, é unânime, entre os agentes ou agropecuária ou a indústria, especialmente a têxtil. O turismo na atual gestão não é um setor prioritário e a maioria dos agentes está longe de se despontar, por carências de potencialidades turísticas que se destaquem frente a outros municípios.

Um agente do setor público, em relação ao desenvolvimento do município, diz:

Para se ter um desenvolvimento econômico no município necessitamos da agricultura, é o que mais interfere, além de algumas empresas têxteis que a gente está investindo e o comércio que gera emprego e renda. Mas nos municípios pequenos precisamos de novas alternativas, a arrecadação é baixa e temos que trabalhar com outras atividades complementares. [...] por enquanto a gente só tem a confecção, nos temos que sair dessa mesmice. A gente tem visão para isso, estamos trabalhando com a Pró-Amusep junto com os outros prefeitos, na parte de desenvolvimento regional e com vários parceiros como SEBRAE, IDR, UEM, CESUMAR e outras entidades que têm nos ajudado. [...] com respeito ao turismo, a Pró-Amusep agora tem um programa e vai analisar os municípios, se Munhoz de Mello tiver vocação ou capacidade de atrair turistas, o turismo pode ser visto com mais atenção no município.

Na opinião de um outro agente do setor público, para o município se desenvolver teria que investir mais na industrialização, pois a agricultura não apresenta boas perspectivas econômicas. O turismo poderia ser explorado, mas não como prioridade, visto o município não se deparar com grandes potencialidades:

[...] o desenvolvimento vem com uma boa educação que é o princípio, saúde e geração de emprego. Para desenvolver necessita de algo que gere emprego, para estar movimentando o comércio. A indústria seria a principal, agora a gente tem indústria de confecção, mas precisamos de novas alternativas para Munhoz de Mello.

[...] na agricultura não vejo muito futuro para o município, é um investimento que ajuda no emprego, mas as pessoas já estão saindo dessa atividade, os jovens também já não querem. Com relação ao turismo, eu vejo que pode ser explorado no município, mas não como algo prioritário já que não apresentamos praias, grandes rios, enfim, paisagens que atrairiam os turistas.

No mesmo sentido, um outro agente menciona:

Para desenvolvermos aqui, em primeiro lugar, eu menciono a industrialização do mesmo modo que acontece em Maringá. Só com a indústria é que Munhoz conseguirá gerar renda e emprego. Claro que pode ter outras atividades como a pecuária, a agricultura e o comércio. [...] o turismo seria muito difícil, não temos grandes atrativos, infraestrutura deixa a desejar e as pessoas mal sabem o que é isso. Mas a gente reconhece que essa atividade gera emprego e renda. Um exemplo disso seria o Salto Bandeirante aqui em Santa Fé que gera muito emprego.

Quando se interroga sobre as potencialidades turísticas no município de Munhoz de Mello, todos os agentes são unânimes em dizer que o município não tem vantagens comparativas para o turismo. No entanto, de modo geral, eles destacam a fazenda Felicíssima, a Cachoeira Tangará e as Festas das Nações, que poderiam ser melhores exploradas, como novas alternativas de impulsionar o desenvolvimento local.

Um agente do setor público descreve:

[...] nos temos riquezas mais na área da ecologia, temos cachoeira, temos a fazenda Felicíssima que é muito bonita, inclusive são gravados programas, além de uma bela gruta da Nossa Senhora. Nós temos a Festa das Nações que é um trabalho muito bom, que realmente atrai as pessoas. Enfim, nosso município tem um potencial que pode estar sendo explorado. É um município tranquilo e sossegado, está fora das rodovias e isso também pode ser explorado, além de alguns pesqueiros. Então potencialidades têm, para pelo menos dar um pouco de impacto na economia, que é isso que Munhoz de Mello precisa no momento.

Nesse mesmo sentido um outro agente do setor público relata:

[...] olha, nós temos uma fazenda aqui muito bonita que é referência, tem uma capela, uma sede bastante antiga, que é a Fazenda Felicíssima. Temos a Cachoeira Tangará, mata, área de preservação e

alguns rios. Aqui no município temos algumas coisas assim, mas algo que se destaca não tem não.

Os agentes do setor público questionam que só há pouco tempo eles começaram a enxergar o turismo como uma possível atividade geradora de renda e emprego, através do programa Pró-Amusep, até então nunca houve essa preocupação. Por isso citam vários empecilhos para o desenvolvimento do turismo, como a falta de infra-estrutura, de profissionais qualificados e de estudos e análises dos impactos do turismo.

Não priorizamos o turismo. Na verdade nunca tivemos um trabalho nesse sentido. É por isso que estou achando interessante esse levantamento para a gente estar olhando para esse setor. Eu acredito que deveria estar sendo realizado um trabalho e uma análise mais profunda por técnicos dessa área para sabermos quais são os impactos na economia.

Um outro agente questiona que o desenvolvimento do turismo na economia é difícil pela falta de cultura, de conhecimento da atividade, além da prefeitura não ter ninguém especializado na área.

[...] os limites para desenvolver o turismo são muitos, desde a falta de conscientização dos agentes públicos, privados, comunidade até o desconhecimento dos tipos de turismo que pode estar sendo desenvolvido no município, além de não termos ninguém dessa área na prefeitura.

Na opinião de um outro agente público:

Não temos um estudo e uma análise mais profunda, uma estrutura adequada, hotel, falta capacitação e cultura na comunidade para esse setor. Embora nossa comunidade seja hospitaleira, ela não está acostumada com o turismo. Por isso acho difícil, no médio prazo, estarmos pensando em turismo.

Um outro agente diz que o principal limite para promover o turismo no município seria a inexistência de grandes potencialidades turísticas.

[...] em primeiro lugar a falta de potencialidade em Munhoz de Mello é o principal fator limitante do turismo. Depois o despertar do turismo vem acontecendo agora com alguns estudos e por fim a falta de recursos, infra-estrutura e da cultura da nossa região. Por exemplo, poucos são os proprietários rurais que apostam suas propriedades no turismo rural, eles utilizam mais para a criação de gado, cultivo de milho e soja. Aliás, esse tipo de turismo seria o mais fácil de implementar no nosso município.

II) Iniciativa privada

Os agentes da iniciativa privada que foram entrevistados, na quase sua totalidade, apresentam nível médio de escolaridade, não participam de atividades que caracterizem uma sociedade civil organizada e dizem ter uma boa relação com a iniciativa pública.

A iniciativa privada está insatisfeita com o atual nível de desenvolvimento econômico do município. Todos os entrevistados dizem que sua atividade está parada e que Munhoz de Mello necessita de mais alternativas de desenvolvimento econômico. É quase unânime, entre os agentes da iniciativa privada, que o turismo dificilmente possa se tornar uma possível estratégia de impulsionar a economia local. No entender dos agentes, o principal motivo para não desenvolver o turismo, são as poucas potencialidades turísticas. Um comerciante diz:

O turismo para desenvolver em Munhoz de Mello é difícil, pois é uma cidade pequena que não apresenta algum diferencial turístico. Aqui temos uma cachoeira, alguns pequenos rios e a festa das nações. Eu acho que com isso, dificilmente o turismo poderia ser uma alternativa. A não ser que faça grandes investimentos e alguma fazenda se desenvolva como o Salto Bandeirantes. Munhoz de Mello precisa mesmo é de mais empresa e o governo precisa ajudar a agricultura para movimentar mais o comércio.

Um outro comerciante, embora insatisfeito, também com a falta de desenvolvimento econômico e das potencialidades turísticas existentes no município,

consegue enxergar uma possível exploração do turismo rural para colaborar com a economia do município.

O nosso município está difícil. Aqui falta dinheiro para movimentar o comércio, falta emprego, falta uma atividade que substitua a agropecuária que agora está agonizando. Eu acho que deveria atrair mais empresas de confecção, sei lá, alguma coisa melhor para nós comerciantes. Por falta de potencialidades existentes, eu acho que o turismo só poderia ser uma alternativa nas propriedades rurais, mas não sei não se os proprietários investiriam nesse novo setor.

Em relação às potencialidades turísticas, os agentes privados, embora citem algumas, eles não reconhecem os valores existentes nelas para a exploração do turismo como uma possível fonte de geração de renda e emprego. Na opinião de um agente, ele só cita a Fazenda Felicíssima, como uma potencialidade turística.

Meu amigo, mostrar o que aqui para os turistas. Não vejo nada. Para ser sincero eu acho que só a Fazenda Felicíssima poderia entrar como uma potencialidade, porque de resto não tem nada.

Um outro comerciante lembra da Cachoeira Tangará e das Festas das Nações, no entanto, salienta que essas duas potencialidades não são diferenciais para atrair nem mesmo a população da região, caso não faça grandes investimentos e divulgações.

Difícil o turismo ser uma atividade aqui em Munhoz de Mello. Agora que vieram algumas pessoas e estão começando a analisar o município. Mas como todos nós sabemos, o que temos para oferecer é pouco, muito pouco, infelizmente. O que posso citar para você é a Cachoeira Tangará que eu vi poucas vezes e a Festa das Nações. Mas isso tem quase em todos os lugares, não imagino que seja um diferencial para o turismo. Pode até ser, desde que se faça grandes investimentos e divulgação, mas não temos arrecadação e nem apoio para isso. Pelo menos que eu saiba.

III) Comunidade

As pessoas da comunidade que foram entrevistadas, na sua grande parte, tem somente o nível médio de escolaridade, não participam da sociedade civil organizada e dizem ter uma boa relação com a iniciativa pública.

De todos os agentes da comunidade que foram entrevistados, nenhum diz que o turismo pode ser desenvolvido no município. Quando se perguntava de potencialidades turísticas, de modo geral, as pessoas ficavam assustadas, demoravam em citar algumas. Na grande maioria das vezes, as pessoas apenas lembravam da Cachoeira Tangará e alguns das Festas das Nações.

Na opinião de um agente da comunidade, por Munhoz de Mello ser um município pequeno ele não se depara com potencialidades turísticas e por isso não acredita que o município possa se voltar para esse setor.

O município é pequeno, ele não tem muita coisa para ser desenvolvida para o turismo. Tem uma cachoeira, algumas coisas nesse sentido, mas nada que possa atrair os turistas e virar ponto turístico. Aqui não tem muita coisa, se existe eu desconheço. [...] Eu acho que o turismo não pode ser desenvolvido aqui, a não ser futuramente. Aqui tem muitas outras coisas para desenvolver, mas para o turismo não vejo muita coisa.

Na opinião de uma outra pessoa da comunidade:

Olha temos a Fazenda Felicíssima, próxima ao município, uma cachoeira, mas no geral, é isso. Talvez possa ter uma outra coisa que eu não tenho conhecimento. Para te falar a verdade não sabia que Munhoz de Mello poderia voltar para esse segmento.

No mesmo sentido, uma outra pessoa diz:

O que? Potencialidades turísticas? Aqui não existe nada que possa estar sendo desenvolvido nessa área. Temos poucas coisas. O que eu posso citar para você é a Cachoeira Tangará, mais nada. Temos também uma festa que todos os anos acontece, não sei se pode ser considerada, que é a Festas das Nações.

IV) Sociedade civil organizada

A sociedade civil organizada entrevistada no município de Munhoz de Mello, foi a Associação Arproleite, Associação dos Produtores Rurais de Munhoz de Mello e o Fórum de Desenvolvimento. Essas entidades de forma geral acham que o município necessita de novas alternativas para impulsionar o desenvolvimento econômico e o turismo poderia ser uma delas, desde que se incentivassem mais a exploração dessa atividade.

Quando se questiona se o turismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento, uma entidade diz que só há pouco tempo o município começou a enxergar essa atividade como uma possível aliada para impulsionar a economia local. No entender dessa entidade, para o turismo dar certo em Munhoz de Mello, precisa-se de empreendedores do setor, como bem aconteceu em Santa Fé e em Iguaraçu.

O município necessita de novas alternativas. A gente trabalha no fórum a questão da agricultura familiar e a fruticultura e agora estamos pensando em alguma coisa relacionada ao turismo, devido o projeto do Pró-Amusep. A partir disso, começamos a ter uma nova visão do turismo no município, como uma alternativa. [...] A gente sabe que o turismo pode gerar renda e emprego como vem acontecendo em Iguaraçu com o Ody Parque Aquático e em Santa Fé com o Salto Bandeirante. O nosso município também poderia estar atraindo alguns empreendimentos turísticos para estar dando um impulso na economia.

Quando se interroga sobre as possíveis potencialidades turísticas a serem exploradas por meio da atividade turística, todas as entidades indicam a Fazenda Felicíssima, a Festas das Nações e a Cachoeira Tangará. No que concerne às potencialidades uma entidade diz:

Pode ser desenvolvida a Fazenda Felicíssima, que é uma das fazendas mais belas da região e que já se depara com alguma infra-estrutura, as festas das Nações e da Padroeira. Também existe uma cachoeira que deve ser explorada na forma de um balneário.

Uma outra entidade diz:

[...] aqui a gente tem bem pouca coisa para se explorar o turismo. Mas nós temos que ter uma melhor visão para as poucas potencialidades existentes, como a Fazenda Felicíssima, a Cachoeira Tangará e também a Festa das Nações.

6.6 Análise do turismo entre os municípios de Santo Inácio X Itaguajé X Munhoz de Mello enquanto alternativa de desenvolvimento endógeno

Nesse item sistematiza-se a pesquisa de forma a confrontar a situação dos três municípios em estudo, por meio do quadro com os parâmetros de análise sobre o turismo, enquanto alternativa de desenvolvimento endógeno, conforme a metodologia descrita no capítulo 1.

Através do Quadro 16, identificou-se que quase a metade dos parâmetros analisados foram comuns entre os municípios de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello, o que demonstra que mesmo que esses municípios tenham alcançado um Índice de Atratividade (IA) distinto (1,7), (1,57) e (1,40), existe pouca discrepância entre eles, no que se refere ao turismo enquanto alternativa de desenvolvimento. Por um lado, observou-se que entre os fatores que envolvem a teoria de desenvolvimento endógeno, a falta de organização social, do reconhecimento de todos os recursos endógenos que poderiam ser explorados pelo turismo e a busca de um desenvolvimento, em longo prazo, que supere a visão economicista foram iguais para todos os municípios. Por outro lado, entre os itens que compõem a análise do turismo, constatou-se semelhança na falta de prioridade do turismo, o conhecimento de linhas de crédito, tipos e impactos do turismo, as potencialidades que compõem o inventário turístico e a falta de conscientização do turismo, na escola.

PARÂMETROS	SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	COMUNIDADE
1) Capacidade de organização social			X Y Z	
2) Existe um reconhecimento dos fatores de produção e dos recursos naturais e culturais locais para explorar a atividade turística.				
3) Os atores locais apresentam motivações para explorar a atividade turística.			X Y	
4) Os atores locais tomam frente na formulação e execução de políticas visando o desenvolvimento.			X	
5) Buscam um desenvolvimento em longo prazo que supera a visão economicista.				
6) Privilegiam as pequenas e médias empresas ao invés de grandes projetos estruturantes	X Y Z	Y Z	X Y Z	
7) Privilegiam indústrias limpas que não exaurem /poluem o meio ambiente.	X Y Z	Y Z	X Y Z	
8) Turismo é um setor prioritário				
9) Existência de Infra-estrutura Turística		X Y		
10) Conhecimento de linhas de crédito para o turismo				
11) Conhece alguns programas/ projeto de fomento ao turismo	X Y Z	X	X Y	
12) Conhecimento do Inventário Turístico	X Y		X Y	
13) Conhecimento dos tipos de turismo				
14) Conhecimento dos Impactos do Turismo				
15) Conhecimento de todas as potencialidades turísticas levantadas no Inventário do Pró-Amusep (2005)				
16) Envolve com algum projeto relacionado com o turismo	X Y			
17) Desenvolve algum tipo de turismo	X Y Z	X Y		
18) Existe secretarias ou departamentos de turismo	X Y			
19) Existência de fórum com a comunidade para discutir os problemas e potencialidades turísticas locais.			X	
20) Existe profissionais na área de turismo				
21) Existe conscientização do turismo na escola e resgate histórico-cultural local.				
22) Existe empresário do setor turístico, ligado aos atrativos e aos equipamentos/serviços turísticos.		X Y		
23) O turismo é uma possível alternativa de desenvolvimento	X Y	X Y	X Y	

Quadro 16 - Parâmetros de análise sobre o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento endógeno nos municípios de Santo Inácio x Itaguajé x Munhoz de Mello

Município de Santo Inácio (**X**); Município de Itaguajé (**Y**); Municípios de Munhoz de Mello (**Z**).

Frente a esses parâmetros pode-se descrever muitos pontos fracos para o turismo se tornar uma alternativa efetiva de desenvolvimento regional endógeno, nos municípios de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello. Entre os pontos fracos, uma parte relaciona-se com o modelo de desenvolvimento regional endógeno dentro do propósito de Sthor e Taylor (1981), Boisier (1989) e Amaral Filho (1996), como a falta de capacidade de organização social, o reconhecimento dos recursos endógenos e das habilidades humanas. Não se verificou nesses municípios algum fórum, associações ou conselhos municipais que estimulassem e trabalhassem a questão do turismo, enquanto atividade alternativa de desenvolvimento. Constatou-se que desde os moradores até as autoridades como prefeitos, vereadores e secretários dos municípios de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello não conhecem alguns dos atrativos locais que poderiam ser mais bem trabalhados para o desenvolvimento de algum tipo de turismo, como os atrativos naturais e histórico-culturais. No que concerne às habilidades humanas, especialmente voltadas ao turismo, pouco se verificou nos municípios, pois não existem locais como cursos técnicos que estudam esse tipo de atividade. Um outro empecilho em comum entre os municípios, refere-se ao estímulo. Observou-se que os agentes locais não apresentam motivações endógenas para tomar frente na formulação e execução de projetos e políticas que levem ao desenvolvimento, especialmente relacionado ao turismo. Ainda o que prevalece entre esses municípios é a idéia de que o prefeito ou o governador do estado devam atrair algumas indústrias, como uma solução para haver o desenvolvimento, sendo, portanto, uma concepção de desenvolvimento exógeno, como visto no capítulo 3. Esse aspecto se reforça com alguns exemplos mencionados durante a entrevista. Em Santo Inácio, as autoridades disseram que o município só iria desenvolver devido à instalação da usina de açúcar. No município de Itaguajé, as autoridades citaram grandes indústrias e do mesmo modo aconteceu com Munhoz de Mello,

ao mencionar instalações de grandes empresas de confecções, de tal modo como se verifica em Maringá.

A idéia de desenvolver as localidades que tenham potencialidades turísticas como uma alternativa capaz de impulsionar a geração de renda e emprego, nos três municípios ainda é recente. Percebeu-se que nos municípios de Santo Inácio e Itaguajé o turismo só começou a ser estimulado e reconhecido como uma atividade econômica, a partir do projeto Costa Rica³⁵. Até então, o turismo era visto como uma atividade a ser explorada somente em municípios que apresentassem a característica do modelo “sol e praia”. Em Munhoz de Mello, a idéia de desenvolver o turismo no município, é ainda mais recente. Enquanto uma alternativa de desenvolvimento o turismo só começou a despertar o interesse das autoridades locais a partir do programa de desenvolvimento da região da Amusep, a Pró-Amusep³⁶.

Um outro ponto fraco para se explorar o turismo em Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello, é que ainda não existe um método de gestão ou uma secretaria para desenvolver o turismo, embora a iniciativa pública, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e algumas pessoas da comunidade, entendam o turismo como uma possível atividade capaz de impulsionar o desenvolvimento local. Muitas potencialidades turísticas, nesses municípios, estão abandonadas e em situações precárias e não se depara com qualquer tipo de equipamentos e serviços turísticos. Não somente nas potencialidades, mas nas cidades de modo geral, não se tem uma infra-estrutura turística, como sinalizações, postos de informações e pessoas capacitadas para atender os turistas.

³⁵ O projeto Costa Rica abrange os municípios ribeirinhos do Rio Paraná e Paranapanema no trecho entre Jardim Olinda e Querência do Norte, além de Santa Inês, Santo Inácio e Itaguajé. O propósito desse projeto regional é de explorar o turismo como uma alternativa de crescimento da economia aliado com a preservação do meio ambiente. Mais detalhes sobre o projeto acessar: www.turismoregional.com.br.

³⁶ O Pró-Amusep, visa desenvolver e fomentar os trinta municípios que integram a associação por meio de programas que visem especialmente o desenvolvimento sustentável. São catorze programas voltados para área de agronegócio, ambiental, têxtil, turismo, entre outras.

Dentro da iniciativa pública, as autoridades dos três municípios não consideram a atividade turística como um setor prioritário para a prosperidade do município, embora reconheçam como uma possível alternativa frente a falta de perspectiva econômica. Ademais, não se encontrou profissionais da área na prefeitura. Os agentes não têm conhecimento dos programas de turismo a nível nacional e estadual para fomentar a atividade e nem dos tipos de turismo que podem trabalhar de acordo com as potencialidades existentes.

Poucos foram os pontos fortes levantados nos municípios de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello para desenvolver a atividade turística. Entre esses pontos se evidencia a possibilidade de explorar vários tipos de turismo considerados alternativos, como o turismo rural, o turismo ecológico e o turismo de aventura, de acordo com as potencialidades existentes, como por exemplo, as Ruínas e o Rio Paranapanema existentes em Santo Inácio e Itaguajé, e a fazenda Felicíssima e a Cachoeira Tangará em Munhoz de Mello. Destaca-se também a existência de um inventário turístico e do programa do Pró-Amusep (2005), e nos municípios de Santo Inácio e Itaguajé a atração de alguns turistas provenientes da região de Maringá, Paranapoema e Paranaíba com a finalidade de praticar esportes náuticos e pescar no rio Paranapanema.

Em face dessa análise, percebe-se que os pontos fracos superaram os pontos fortes o que limita o desenvolvimento endógeno, por meio da atividade turística, nos três municípios. Apesar de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello alcançarem os maiores Índices de Atratividades (IA) capazes de atraírem um demanda turística local/regional, o turismo, pelo menos no curto prazo, está aquém de ser uma atividade que impulse o desenvolvimento.

No longo prazo, ao maximizar os pontos fortes e minimizar os pontos fracos, os três municípios têm a oportunidade de explorar uma atividade, cuja atual conjuntura demonstra uma boa perspectiva, seus impactos positivos no meio ambiente colaboram para o

desenvolvimento local, seu efeito multiplicador, a utilização notadamente de pequenas e médias empresas e de recursos endógenos abandonados, entre outras características que vão ao encontro do modelo de desenvolvimento regional endógeno, focado por Sthor e Taylor (1981), Boisier (1989) e, sobretudo Amaral Filho (1996), o qual considera o turismo como a atividade que mais se aproxima do desenvolvimento endógeno.

7 CONCLUSÃO

O desenvolvimento da região da Amusep, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), demonstrou que existe uma forte concentração e uma tendência de intensificação de atividades em poucos municípios. Tal fato se comprovou ao verificar a mudança da estrutura de dinamicidade dos municípios da associação durante os anos de 1996-2004. Os índices desse período demonstram, por um lado, uma redução da quantidade de municípios dinâmicos de 27% para 23%, portanto, concentrando-se as atividades em poucas localidades e de outro lado o aumento de municípios sem dinâmica, ao passar de 60% para 67%. Diante desse contexto pode-se afirmar que no período em análise o que de fato aconteceu na região da Amusep foi um aumento das desigualdades regionais.

A concentração de atividades dinâmicas ocorreu em 6 municípios da associação: Maringá, Marialva, Astorga, Sarandi, Colorado e Mandaguari. Maringá considerada pólo da região obteve o maior IDR 0,977 devido os setores secundário e terciário, o que demonstra uma grande concentração das atividades, quase que exclusivamente no pólo. Os outros municípios, embora classificados também como dinâmicos, tiveram seus IDR's muito aquém do município pólo. Destaca-se Marialva e Astorga com segundo e terceiro maior IDR de 0,150 e 0,137, devido notadamente ao setor terciário da economia.

Os municípios identificados no extrato de pouca dinâmica por terem alcançados baixos IDR's, entre eles os municípios que foram objetos de estudo dessa pesquisa ficam praticamente excluídos do processo de desenvolvimento embasados no crescimento polarizado. Tal fato, de certa forma, impossibilita esses municípios de atraírem indústrias dinâmicas e de grande porte tão necessárias de acordo com a teoria de Perroux, Myrdal e Hirschmann para desenvolver uma localidade com maior dinamicidade e alcançar um desenvolvimento regional.

Esse panorama indica que a região da Amusep necessita de atividades dentro de uma outra visão de desenvolvimento, que de fato oportunize os municípios que ficaram excluídos de um processo de desenvolvimento polarizado, de maneira a atenuar as desigualdades regionais. O desenvolvimento endógeno pode ser uma alternativa para se alcançar a prosperidade dos municípios com baixo IDR, ou seja, aqueles classificados sem dinâmica, desde que se trabalhe algumas questões na comunidade, como a organização social e o reconhecimento dos recursos existentes nos municípios.

Diante da possibilidade de explorar o turismo nos municípios excluídos do crescimento polarizado, por meio do desenvolvimento endógeno, estudou-se a atividade turística. Verificou-se que a atual conjuntura do turismo demonstra ser uma das alternativas mais promissoras para o desenvolvimento regional. Os dados macroeconômicos, tanto em nível mundial como nacional, ratificaram esse potencial. Em 2006, estimou-se que 11% dos postos de trabalho no mundo relacionam-se com o turismo, seu PIB contribuiu em cerca de 10% do PIB mundial e os impostos gerados pela atividade ultrapassaram os US\$ 13 quatrilhões de dólares.

Com intuito de selecionar as localidades que teriam as melhores oportunidades de explorar a atividade e demonstrar a possível demanda turística entre os municípios com baixa perspectiva econômica, de acordo com o IDR, calculou-se o Índice de Atratividade (IA) de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT). Esse índice demonstrou que apenas 60% dos 19 municípios da Amusep que apresentaram baixo nível de dinamicidade, de acordo com o IDR, conseguiram apresentar um IA capaz de instigar potenciais demandas turísticas locais e regionais, enquanto os demais municípios nem sequer conseguiram pontuação suficiente para adentrar em uma das hierarquias possíveis. Os municípios que auferiram uma maior hierarquia foram Santo Inácio (1,7); Itaguajé (1,57) e

Munhoz de Mello (1,42), visto apresentarem maiores pontuações nos fatores somatório de atratividades turísticas e vontade política.

Ao analisar as potencialidades turísticas nos municípios de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello que tiveram os maiores IA, constatou-se que embora em sua grande parte não existirem infra-estrutura, os municípios demonstraram ter possibilidades de explorar algum tipo de turismo, como o turismo rural, turismo de aventura e o turismo ecológico. No município de Santo Inácio e Itaguajé, os principais atrativos identificados foram o Rio Paranapanema, o qual já recebe alguns turistas, especialmente nos finais de semanas, de alguns municípios da região como Londrina, Maringá e Paranaíba, e as ruínas criadas por meio das reduções jesuíticas que ali povoaram, no século XVI. Já no município de Munhoz de Mello os destaques são a Cachoeira Tangará e a Fazenda Felicíssima.

No que concerne aos equipamentos e serviços turísticos pouco se encontrou nesses municípios. De modo geral, os três municípios em análise não apresentam ainda condições de atrair, com profissionalismo, uma potencial demanda turística local/regional. Faltam sinalização e um posto de informação turística, pousadas, hotéis, restaurantes, agências de viagens entre outros equipamentos e serviços turísticos.

A entrevista realizada com a iniciativa pública e privada, a comunidade e a sociedade civil organizada demonstrou como ocorreu nos itens anteriores, uma certa semelhança. De modo geral, a iniciativa pública representada por prefeitos, secretários e vereadores reconhece que seus municípios necessitam de novas alternativas para atenuar as desigualdades regionais e que o turismo poderia ser uma delas, no entanto, acham que essa atividade está longe de ser desenvolvida principalmente devido à falta de cultura, recursos e apoio. Com relação à iniciativa privada, comunidade e sociedade civil organizada eles também temem a falta de perspectiva econômica em seus municípios, mas poucos entendem que o turismo possa vir a se constituir uma alternativa efetiva de desenvolvimento regional.

Entretanto, cabe ressaltar que na grande parte dos agentes entrevistados, eles não reconhecem as próprias potencialidades levantadas no inventário turístico e nem têm idéia de como o turismo pode vir a se desenvolver. Diante desse contexto, percebe-se que nos três municípios em análise os agentes têm uma ignorância em relação à potencialidade do turismo, enquanto uma alternativa de desenvolvimento.

Identificou-se nos municípios de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello a falta da presença de elementos endógenos, como uma capacidade de organização social, reconhecimento de fatores de produção e os recursos internos que poderiam ser explorados pela atividade turística. Também se levantou a ausência de motivação, entres os atores locais, para formular e executar política que visem desenvolvimento, a busca de um desenvolvimento, em longo prazo, que supere a visão economicista e presença de pequenas e médias empresas que não exaurem e poluem o meio ambiente.

Em face desse cenário, refuta-se a hipótese de que o turismo seja hoje uma alternativa efetiva de desenvolvimento regional endógeno, nos municípios estudados. Ela ainda é latente devido às potencialidades identificadas nos municípios de Santo Inácio, Itaguajé e Munhoz de Mello.

Em longo prazo, os municípios em análise podem ter a oportunidade do turismo, enquanto alternativa de desenvolvimento regional endógeno, desde que superem alguns desafios. Entre eles, estão a necessidade de desenvolver o capital social, o capital humano e as instituições dentro do próprio município. Os atores locais poderiam ser melhor sensibilizados da importância da atividade turística, enquanto alternativa econômica e estimulados a terem motivação para liderar e conduzir o próprio crescimento da atividade turística, para elevar o desenvolvimento regional. Seria essencial um trabalho nas questões do resgate histórico-cultural e um reconhecimento dos fatores disponíveis e das potencialidades turísticas no município, para visar a consolidação de um desenvolvimento originalmente local.

Um ambiente social e econômico poderia ser construído para gerar a atração de novos empreendimentos e excedentes econômicos, para engendrar toda a economia. Igualmente, destaca-se a importância de buscar informações de linhas de créditos, de profissionais da área de turismo, parcerias e apoio para se investir na infra-estrutura turística do município, além de se ter um melhor comprometimento com projetos que visem estimular o desenvolvimento do turismo no município.

Ao superar esses desafios, diante da falta de perspectiva econômica e de dinamicidade da maioria dos municípios da Amusep, o turismo pode se tornar uma oportunidade de impulsionar o desenvolvimento endógeno. Minimizar seus impactos negativos e maximizar seus impactos positivos com aumento de renda, emprego, arrecadação fiscal, preservação do meio ambiente, valorização da cultura local, oportunidades sociais, infra-estrutura básica entre outros, corroborando para diminuir as desigualdades regionais em uma região polarizada.

RECOMENDAÇÕES

Para se ter a conscientização de toda a comunidade frente aos projetos que levem o desenvolvimento regional, o manual de orientação para gestão municipal de turismo, recomenda alguns pontos. O processo de conscientização deve atingir todos os segmentos que atuam direta e indiretamente com o turismo, a comunidade local, os trabalhadores da área de apoio ao turismo como segurança e educação e os próprios turistas. Para cada setor, sugere-se estabelecer distintas estratégias, pois os interesses para desenvolver a atividade muitas vezes não são iguais. Assim, deve-se envolver a rede escolar, identificar e sensibilizar as lideranças comunitárias, realizar fóruns com a comunidade para levantar e discutir problemas e potencialidades turísticas locais, realizar eventos como cursos, palestras, feiras, seminários, oficinas entre outros. Deve-se promover campanhas institucionais para o turismo e para o turista, capacitar os prestadores de serviços turísticos, realizar roteiros turísticos locais e visitas técnicas com a comunidade e por último, mas não menos importante, fazer um resgate histórico-cultural local.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, Miguel. **Administración del turismo**. México: Editorial Trillas, 2000.
- ANDRADE, José Roberto de. **Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional**. Curitiba, Dissertação de mestrado. Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná - UFPR, 1996.
- ANDRADE, José Vicente. **Fundamentos e dimensões**. 3. ed. São Paulo: Àtica, 1997.
- ASAMOTO, Arlete Emico. **Aspecto do desenvolvimento recente na região da AMUSEP: análise a partir do valor agregado**. Maringá, Monografia de especialização em Desenvolvimento Econômico. Departamento de Economia – UEM, 2001.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal) in: **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia**. Anpec: Salvador, 1995.
- AMUSEP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE**
Disponível em: <<http://www.amusep.com.br/>>. Acesso em: 20/03/2006.
- BARRETO, Margaritta. **Manual de iniciação ao turismo**. 13. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- BELTRÃO, Otto Di. **Turismo: a indústria do século 21**. Osasco: Novo Século, 2001.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2000.
- BOISIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In HADDAD, P.R (org.) **Economia regional: teorias e métodos de análise**. BNB, Fortaleza. 1989.
- BRITO, Brígida Rocha. O turista e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. In: **IV Congresso português de sociologia**, Lisboa 1999.
- CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano Da. O agroturismo como uma nova forma de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim Anésio; RIEDL, Mario (Orgs) **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. São Paulo: EDUSC, 2000.
- CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante**. 4. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- CAVACO, Carmina. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CERQUEIRA, Cristiane Aparecida. **Análise estrutural do turismo do município de Ilhéus-BA**. Piracicaba, Dissertação de mestrado. Departamento de Economia Aplicada da ESALQ, 2002.
- COOPER, Chris. **Turismo: princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Os limites do desenvolvimento. In: **Revista Pasos**, 1, Espanha, 2003.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. Portugal: McGRAW-HILL, 1997.

DIAS, Gilza de Fátima. **Causas e conseqüências da polarização no desenvolvimento paranaense**. Maringá, Monografia. Departamento de Economia Maringá da Universidade Estadual de Maringá – UEM, 1995.

EMBRATUR.- Anuários Estatísticos (2003)

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOELDNER, Charles R; RITCHIE, Brent; MCTOSH, Robert. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. São Paulo, 2002.

GUALDA, Neio Lúcio Peres. /1995. **IDR/ Uma proposta metodológica**. Texto para discussão no curso de mestrado. DCO/UEM. Maringá, mimeo.

GUALDA, Neio Lúcio Peres. O índice de desenvolvimento regional como fator de identificação de pólos de crescimento regionais – uma tentativa para a economia paranaense. In: **ECOPAR**, 2, Maringá, 2003.

HIRSCHMANN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20/03/2006.

Inventário Turístico da Pró- AMUSEP, 2005.

IPARDES-INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 20/04/2006.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 20/04/2006.

LAGE, Gelas Beatriz H; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. 2. ed. Campinas, SP, 2001.

LEMONS, Leandro de. **Turismo que negócio é esse?** Uma análise da economia do turismo. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

LICKHORISK, Leonard J. e JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política.** Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 8. ed. São Paulo: EPU- Ed. Pedagogia e Universitária, 1986.

Manual: Orientação para Gestão Municipal de Turismo. S/A.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1957.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do mercado turístico.** 2. ed. São Paulo: Roca, 2001.

MOLINA, Sérgio. **O Pós-turismo.** 2. ed. São Paulo: ALEPH, 2004.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PERROUX, François. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: SPERIDIÃO FAISSOL. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico.** IBGE. Rio de Janeiro, 1975.

RABAHY, Wilson. **Turismo e Desenvolvimento.** Barueri, SP: Manole, 2003.

Rede de Turismo Regional. Disponível em: <<http://www.turismoregional.com.br/>>. Acesso em: 10/10/2006.

ROLIM, C. **Restauração produtiva, mundialização e novas territorialidades: um novo programa para os cursos de economia regional urbana.** V Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Coimbra, 1998.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente,** Campinas: Papirus, 2001.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação.** 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbana regional baseada em *cluster*.** São Paulo, tese de doutorado. Ciências da comunicação da escola de comunicação e artes da Universidade Estadual de São Paulo, ECA/ USP, 2004.

STHOR, WALTER B. & TAYLOR, D.R. **Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries.** Nova York, John Willey and Sons, 1981.

THEOBALD, Willian F. **Turismo global.** - São Paulo: SENAC, 2001.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense: 1985-1998**. Campinas, Tese de doutorado. Departamento de Economia da Universidade de Campinas: UNICAMP, 2001.

VELOSO, Marcelo Parreira. **Turismo simples e eficiente: um guia com orientações básicas para os municípios**. São Paulo: Roca, 2003.

APÊNDICE A – Cálculos dos índices sociais e econômicos do IDR (1996-2004).

Municípios (AMUSEP)	I.P. Matriculas	I.P.P.Urbana	I.P.Emprego	I.P.P.Rural	Índice Social 1996 (AMUSEP)
Ângulo	0,00	0,01	0,00	0,05	0,01
Astorga	0,09	0,08	0,04	0,33	0,10
Atalaia	0,01	0,01	0,00	0,07	0,01
Colorado	0,07	0,06	0,06	0,36	0,09
Doutor Camargo	0,01	0,02	0,01	0,12	0,02
Floraí	0,01	0,01	0,01	0,14	0,02
Floresta	0,01	0,01	0,00	0,12	0,02
Flórida	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Iguaraçu	0,00	0,01	0,02	0,02	0,01
Itaguajé	0,01	0,01	0,00	0,13	0,02
Itambé	0,01	0,01	0,01	0,29	0,04
Ivatuba	0,00	0,01	0,00	0,05	0,01
Lobato	0,01	0,01	0,01	0,11	0,02
Mandaguaçu	0,05	0,05	0,02	0,36	0,07
Mandaguari	0,10	0,08	0,07	1,00	0,18
Marialva	0,10	0,07	0,05	0,83	0,15
Maringá	1,00	1,00	1,00	0,92	0,99
Munhoz de Melo	0,01	0,01	0,00	0,13	0,02
Nossa Senhora das Graças	0,01	0,01	0,00	0,13	0,02
Nova Esperança	0,09	0,07	0,04	0,89	0,15
Ourizona	0,01	0,01	0,00	0,10	0,01
Paiçandu	0,10	0,10	0,02	0,06	0,07
Paranacity	0,03	0,02	0,03	0,52	0,07
Presidente Castelo Branco	0,01	0,01	0,00	0,17	0,02
Santa Fé	0,02	0,02	0,01	0,20	0,04
Santa Inês	0,00	0,00	0,00	0,09	0,01
Santo Inácio	0,01	0,01	0,01	0,14	0,02
São Jorge do Ivaí	0,01	0,02	0,01	0,15	0,03
Sarandi	0,23	0,22	0,06	0,33	0,18
Uniflor	0,00	0,00	0,00	0,10	0,01

Municípios (AMUSEP)	I.P. Matrículas	I.P.Emprego	I.P.P.Urbana	I.P.P.Rural	Índice Social 2004 (AMUSEP)
Ângulo	0,00	0,00	0,00	0,07	0,01
Astorga	0,07	0,04	0,07	0,46	0,10
Atalaia	0,01	0,00	0,01	0,07	0,01
Colorado	0,06	0,05	0,06	0,30	0,08
Doutor Camargo	0,01	0,00	0,01	0,13	0,02
Floraí	0,01	0,01	0,01	0,08	0,02
Floresta	0,01	0,01	0,01	0,08	0,02
Flórida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iguaraçu	0,01	0,00	0,01	0,08	0,01
Itaguajé	0,01	0,00	0,01	0,15	0,02
Itambé	0,01	0,00	0,01	0,05	0,01
Ivatuba	0,01	0,00	0,00	0,10	0,01
Lobato	0,01	0,01	0,01	0,07	0,01
Mandaguacu	0,06	0,02	0,05	0,39	0,08
Mandaguari	0,09	0,05	0,10	0,45	0,12
Marialva	0,10	0,05	0,07	1,00	0,17
Maringá	1,00	1,00	1,00	0,70	0,97
Munhoz de Melo	0,01	0,00	0,00	0,10	0,01
Nossa Senhora das Graças	0,01	0,00	0,01	0,12	0,02
Nova Esperança	0,09	0,04	0,07	0,58	0,12
Ourizona	0,00	0,00	0,01	0,07	0,01
Paiçandu	0,12	0,02	0,10	0,14	0,09
Paranacity	0,03	0,03	0,02	0,24	0,05
Presidente Castelo Branco	0,01	0,00	0,01	0,13	0,02
Santa Fé	0,02	0,01	0,02	0,21	0,04
Santa Inês	0,00	0,00	0,00	0,10	0,01
Santo Inácio	0,01	0,00	0,01	0,15	0,02
São Jorge do Ivaí	0,01	0,01	0,01	0,12	0,02
Sarandi	0,27	0,08	0,24	0,26	0,20
Uniflor	0,00	0,00	0,00	0,07	0,01

Municípios da AMUSEP	I.P.C.E.E	I.P.P.Total	I.P.P.VASP	I.P.P.VASS	I.P.P.VAST	I.P.ICMS	Índice Econômico 1996 (AMUSEP)
Ângulo	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,01
Astorga	0,04	0,08	0,89	0,10	0,03	0,10	0,16
Atalaia	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,01	0,01
Colorado	0,04	0,08	0,53	0,16	0,02	0,09	0,15
Doutor Camargo	0,01	0,01	0,17	0,00	0,00	0,02	0,02
Floraí	0,01	0,01	0,28	0,00	0,00	0,02	0,03
Floresta	0,01	0,01	0,35	0,00	0,00	0,01	0,04
Flórida	0,00	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,01
Iguaraçu	0,01	0,01	0,17	0,01	0,00	0,01	0,02
Itaguajé	0,00	0,01	0,01	0,03	0,00	0,01	0,01
Itambé	0,01	0,02	0,51	0,01	0,00	0,02	0,06
Ivatuba	0,00	0,01	0,20	0,00	0,00	0,01	0,02
Lobato	0,01	0,03	0,25	0,05	0,00	0,03	0,06
Mandaguaçu	0,02	0,02	0,46	0,01	0,01	0,03	0,06
Mandaguari	0,09	0,06	0,31	0,12	0,02	0,11	0,11
Marialva	0,06	0,07	0,90	0,07	0,02	0,09	0,15
Maringá	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Munhoz de Melo	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00	0,01	0,01
Nossa Senhora das Graças	0,00	0,00	0,15	0,00	0,00	0,01	0,02
Nova Esperança	0,05	0,05	0,38	0,03	0,05	0,06	0,08
Ourizona	0,00	0,01	0,30	0,00	0,00	0,05	0,04
Paiçandu	0,03	0,03	0,31	0,02	0,02	0,04	0,05
Paranacity	0,01	0,03	0,34	0,06	0,01	0,03	0,07
Presidente Castelo Branco	0,01	0,00	0,07	0,00	0,00	0,01	0,01
Santa Fé	0,01	0,01	0,26	0,01	0,00	0,01	0,03
Santa Inês	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
Santo Inácio	0,01	0,02	0,14	0,03	0,00	0,01	0,03
São Jorge do Ivaí	0,01	0,03	0,73	0,00	0,01	0,03	0,08
Sarandi	0,11	0,06	0,08	0,10	0,03	0,07	0,08
Uniflor	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Municípios da AMUSEP	I.P.C.E.E	I.P.P.Total	I.P.P.VASP	I.P.P.VASS	I.P.P.VAST	I.P.ICMS	Índice Econômico 2004 (AMUSEP)
Ângulo	0,00	0,00	0,14	0,00	0,00	0,01	0,02

Astorga	0,04	0,07	1,00	0,06	0,03	0,08	0,15
Atalaia	0,00	0,01	0,17	0,00	0,01	0,00	0,02
Colorado	0,04	0,07	0,38	0,14	0,02	0,10	0,12
Doutor Camargo	0,01	0,01	0,27	0,00	0,01	0,01	0,03
Floraí	0,01	0,01	0,38	0,00	0,00	0,02	0,05
Floresta	0,01	0,01	0,36	0,00	0,01	0,02	0,04
Flórida	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,01
Iguaraçu	0,00	0,01	0,29	0,00	0,00	0,02	0,03
Itaguajé	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,01	0,01
Itambé	0,01	0,02	0,56	0,01	0,01	0,03	0,07
Ivatuba	0,00	0,01	0,23	0,00	0,00	0,01	0,03
Lobato	0,02	0,03	0,30	0,06	0,00	0,04	0,06
Mandaguaçu	0,02	0,03	0,63	0,01	0,01	0,04	0,08
Mandaguari	0,07	0,05	0,31	0,09	0,02	0,09	0,10
Marialva	0,06	0,06	0,82	0,07	0,03	0,11	0,14
Maringá	1,00	1,00	0,84	1,00	1,00	1,00	0,98
Munhoz de Melo	0,00	0,00	0,18	0,00	0,00	0,01	0,02
Nossa Senhora das Graças	0,00	0,00	0,12	0,00	0,00	0,01	0,01
Nova Esperança	0,05	0,04	0,54	0,03	0,02	0,05	0,08
Ourizona	0,00	0,01	0,38	0,00	0,00	0,02	0,04
Paiçandu	0,05	0,03	0,35	0,03	0,02	0,03	0,06
Paranacity	0,01	0,03	0,37	0,06	0,01	0,02	0,07
Presidente Castelo Branco	0,01	0,00	0,15	0,00	0,00	0,01	0,02
Santa Fé	0,02	0,02	0,33	0,02	0,01	0,02	0,05
Santa Inês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santo Inácio	0,01	0,02	0,18	0,03	0,00	0,02	0,03
São Jorge do Ivaí	0,01	0,03	0,85	0,00	0,01	0,04	0,10
Sarandi	0,09	0,06	0,07	0,11	0,03	0,06	0,08
Uniflor	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Município AMUSEP		Índice Social (1996)	Índice Econômico (1996)	IDR (1996)	%		
Ângulo		0,01	0,01	0,01	0,00		
Astorga		0,10	0,16	0,14	0,05		
Atalaia		0,01	0,01	0,01	0,00		
Colorado		0,09	0,15	0,13	0,05		
Doutor Camargo		0,02	0,02	0,02	0,01		

Floraí	0,02	0,03	0,03	0,01
Floresta	0,02	0,04	0,03	0,01
Flórida	0,00	0,01	0,01	0,00
Iguaraçu	0,01	0,02	0,02	0,01
Itaguajé	0,02	0,01	0,02	0,01
Itambé	0,04	0,06	0,05	0,02
Ivatuba	0,01	0,02	0,02	0,01
Lobato	0,02	0,06	0,04	0,02
Mandaguaçu	0,07	0,06	0,06	0,02
Mandaguari	0,18	0,11	0,14	0,05
Marialva	0,15	0,15	0,15	0,05
Maringá	0,99	1,00	1,00	0,36
Munhoz de Melo	0,02	0,01	0,01	0,01
Nossa Senhora das Graças	0,02	0,02	0,02	0,01
Nova Esperança	0,15	0,08	0,11	0,04
Ourizona	0,01	0,04	0,03	0,01
Paiçandu	0,07	0,05	0,06	0,02
Paranacity	0,07	0,07	0,07	0,03
Presidente Castelo Branco	0,02	0,01	0,02	0,01
Santa Fé	0,04	0,03	0,04	0,01
Santa Inês	0,01	0,01	0,01	0,00
Santo Inácio	0,02	0,03	0,03	0,01
São Jorge do Ivaí	0,03	0,08	0,06	0,02
Sarandi	0,18	0,08	0,12	0,04
Uniflor	0,01	0,00	0,01	0,00

Municípios AMUSEP	Índice Social (2004)	Índice Econômico (2004)	IDR (2004)	%
Ângulo	0,01	0,02	0,01	0,01
Astorga	0,10	0,16	0,14	0,05
Atalaia	0,01	0,02	0,02	0,01
Colorado	0,08	0,13	0,11	0,04
Doutor Camargo	0,02	0,04	0,03	0,01
Floraí	0,02	0,05	0,04	0,01
Floresta	0,02	0,05	0,03	0,01
Flórida	0,00	0,01	0,01	0,00
Iguaraçu	0,01	0,04	0,03	0,01
Itaguajé	0,02	0,01	0,01	0,01

Itambé	0,01	0,07	0,05	0,02
Ivatuba	0,01	0,03	0,02	0,01
Lobato	0,01	0,07	0,05	0,02
Mandaguaçu	0,08	0,08	0,08	0,03
Mandaguari	0,12	0,10	0,11	0,04
Marialva	0,17	0,15	0,15	0,06
Maringá	0,97	0,98	0,98	0,37
Munhoz de Melo	0,01	0,02	0,02	0,01
Nossa Senhora das Graças	0,02	0,01	0,02	0,01
Nova Esperança	0,12	0,09	0,10	0,04
Ourizona	0,01	0,05	0,03	0,01
Paiçandu	0,09	0,07	0,07	0,03
Paranacity	0,05	0,08	0,07	0,02
Presidente Castelo Branco	0,02	0,02	0,02	0,01
Santa Fé	0,04	0,05	0,05	0,02
Santa Inês	0,01	0,00	0,01	0,00
Santo Inácio	0,02	0,04	0,03	0,01
São Jorge do Ivaí	0,02	0,11	0,07	0,03
Sarandi	0,20	0,08	0,13	0,05
Uniflor	0,01	0,00	0,01	0,00

APÊNDICE B – Avaliadores do Índice de Atratividade.

AVALIADORES DO ÍNDICE DE ATRATIVIDADE (IA)

- I) André Martins de Almeida (Bacharel em Turismo e coordenador da pesquisa);
- II) Camilla Costa do Santos. (Bacharel em Turismo e participante do Inventário da AMUSEP/SEBRAE)
- III) Emanuele de Oliveira Carniatto (Graduando em Turismo e Hotelaria)
- IV) Franciely Fernandes Azarias. (Bacharel em Turismo, instrutora do SENAR, Sócia-proprietária do GESTUR e Participante do inventário-AMUSEP/SEBRAE)
- V) Wanda Ugeda Pille. (Gerente e coordenadora de projetos da Rede de Turismo Regional RETUR)

APÊNDICE C – Questionários semi-estruturados.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

PESQUISA

O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO NA REGIÃO DA AMUSEP

PESQUISADOR: ANDRÉ MARTINS DE ALMEIDA

ORIENTADOR. PROFº. Dr. ANTÔNIO CARLOS LUGNANI

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS AGENTES DA INICIATIVA PÚBLICA

I-INICIATIVA PÚBLICA

IDENTIFICAÇÃO

Nome.....M
 município.....
 Cargo.....Id
 ade.....Sexo() Masculino () Feminino
 Grau de Instrução.....
 Participa da Sociedade Civil Organizada.....

1- PERGUNTAS:

- 1.1 Qual a avaliação que o senhor faz do turismo no município?
- 1.2 Como está estruturado o turismo no município?
- 1.3 Qual o orçamento anual destinado ao turismo?
- 1.4 Como está o envolvimento da comunidade com o turismo?
- 1.5 O turismo é um dos setores prioritários da atual gestão?
- 1.6 Quais são as principais potencialidades turísticas do município?
- 1.7 Como elas estão sendo trabalhadas?
- 1.8 Qual a contribuição do turismo na geração de emprego, renda e tributo?
- 1.9 O senhor acredita que o turismo pode contribuir para um melhor desenvolvimento econômico do município?
- 1.10Quais são as maiores dificuldades de se implementar o turismo no município?
- 1.11O município já utilizou algum programa ou política voltada para o desenvolvimento do turismo?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

PESQUISA

O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO NA REGIÃO DA AMUSEP

PESQUISADOR: ANDRÉ MARTINS DE ALMEIDA

ORIENTADOR. PROFº. Dr. ANTÔNIO CARLOS LUGNANI

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS AGENTES DA INICIATIVA PRIVADA

II) INICIATIVA PRIVADA

IDENTIFICAÇÃO

Nome.....M
 município.....
 Cargo.....Id
 ade.....Sexo()Masculino ()Feminino
 Grau de Instrução.....
 Participa da Sociedade Civil Organizada.....

2- PERGUNTAS:

- 2.1 Qual a visão que o senhor (a) tem de desenvolvimento econômico?
- 2.2 O senhor (a) conhece as potencialidades turísticas do município? Quais são?
- 2.3 Diante das potencialidades existentes, o senhor (a) acredita que a atividade turística pode ser desenvolvida no município colaborando com o desenvolvimento?
- 2.4 A comunidade tem algum incentivo para se envolver com o turismo?
- 2.5 Caso a atividade turística fosse desenvolvida no município, o senhor (a) estaria disposto de alguma maneira se envolver com a atividade?
- 2.6 Qual a relação da iniciativa privada com o setor público?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

PESQUISA

O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO NA REGIÃO DA AMUSEP

PESQUISADOR: ANDRÉ MARTINS DE ALMEIDA.

ORIENTADOR. PROFº. Dr. ANTÔNIO CARLOS LUGNANI.

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS AGENTES DA COMUNIDADE.

III) COMUNIDADE

IDENTIFICAÇÃO

Nome.....

Município.....

Profissão.....Idade.....Sexo() Masculino () Feminino

Grau de Instrução.....

Participa da Sociedade Civil Organizada.....

3-PERGUNTAS:

3.1 O senhor (a) conhece as potencialidades turísticas do município? Quais são?

3.2 Diante das potencialidades existentes, o senhor (a) acredita que a atividade turística pode ser desenvolvida no município colaborando com o desenvolvimento?

3.3 A comunidade tem algum incentivo para se envolver com o turismo?

3.4 Caso a atividade turística fosse desenvolvida no município, o senhor (a) estaria disposto de alguma maneira se envolver com a atividade?

3.5 Qual a relação da comunidade, em geral, com o setor público?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

PESQUISA

O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO NA REGIÃO DA AMUSEP

PESQUISADOR: ANDRÉ MARTINS DE ALMEIDA.

ORIENTADOR. PROFº. Dr. ANTÔNIO CARLOS LUGNANI.

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS AGENTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

IV) SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

IDENTIFICAÇÃO

Nome.....M

unicípio.....

Cargo.....Id

ade.....Sexo()Masculino () Feminino

Grau de Instrução.....

Participa da Sociedade Civil Organizada.....

4-PERGUNTAS:

4.1) A senhor (a) conhece as potencialidades turísticas do município? Quais são?

4.2) Diante das potencialidades existentes, o senhor acredita que a atividade turística pode ser desenvolvida no município colaborando com o desenvolvimento?

4.3) A entidade desenvolve alguma para desenvolver o turismo?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

PESQUISA

O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO NA REGIÃO DA AMUSEP

PESQUISADOR: ANDRÉ MARTINS DE ALMEIDA.

ORIENTADOR. PROFº. Dr. ANTÔNIO CARLOS LUGNANI.

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS TURISTAS.

V) TURISTAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome.....M
 município.....
 Origem.....Id
 ade.....Sexo()Masculino ()Feminino
 Grau de Instrução.....

5-PERGUNTAS:

- 5.1) Qual o motivo que levou o senhor (a) conhecer o município?
- 5.2) O senhor (a) conhece as potencialidades turísticas do município? Quais são?
- 5.3) Diante das potencialidades existentes, o senhor (a) acredita que a atividade turística pode ser desenvolvida no município colaborando com o desenvolvimento?

APÊNDICE D - Índice de Atratividade.

Município	Acesso	Ponto do Fator	Equipamentos e Serviços turísticos	Ponto do Fator	Valor do somatório das potencialidades	Ponto do Fator	Vontade política	Ponto do Fator	Índice de Atratividade
Santa Inês	3,0	0,6	0,0	0,0	1,2	1,2	1,0	0,4	1,1
Uniflor	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	0,4	0,2	0,9
Flórida	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	0,4	0,2	0,9
Ângulo	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	0,2	0,1	0,8
Itaguajé	3,0	0,6	0,0	0,0	1,6	1,6	2,0	0,8	1,5
Nossa Senhora das graças	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	0,2	0,1	0,8
Atalaia	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	0,4	0,2	0,9
Munhoz de Mello	3,0	0,6	0,0	0,0	1,6	1,6	1,6	0,6	1,4
Pres. Castelo Branco	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	0,6	0,2	0,9
Ivatuba	3,0	0,6	0,0	0,0	1,2	1,2	1,2	0,5	1,1
Iguaraçu	3,0	0,6	1,4	0,6	1,0	1,0	1,2	0,5	1,3
Doutor Camargo	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	0,6	0,2	0,9
Santo Inácio	3,0	0,6	0,0	0,0	2,0	2,0	2,0	0,8	1,7
Ourizona	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	1,2	0,5	1,0
Floresta	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	1,6	0,6	1,1
Florái	3,0	0,6	0,0	0,0	1,4	1,4	1,4	0,6	1,3
Lobato	3,0	0,6	0,0	0,0	1,2	1,2	1,4	0,6	1,2
Santa Fé	3,0	0,6	1,0	0,4	1,4	1,4	0,4	0,2	1,3
Itambé	3,0	0,6	0,0	0,0	1,0	1,0	0,4	0,2	0,9

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)